

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2026

NÚMERO 23.224 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política

Celina lidera com 59,3% e Grass tem 40,7% a três dias do 2º turno

Números da última rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostram que Celina Leão (PP) está na frente da disputa pelo Palácio do Buriti e é favorita à reeleição diante de Leandro Grass (PT), no próximo domingo. Pelo levantamento, a governadora tem 59,3% dos votos válidos — descontados brancos e nulos — contra 40,7% do adversário (54,6% a 37,5% na estimulada). Eleitores que vão votar branco, nulo ou em nenhum dos dois são 7,1%, e 8,5% não souberam avaliar. A margem de erro da consulta é de 3,3 pontos percentuais, para mais ou para menos. As entrevistas foram realizadas entre 16 e 19 de outubro, com 1.006 eleitores em 31 regiões do DF. O registro na Justiça eleitoral é DF/08851/2026. Primeira colocada nesta pesquisa, Celina venceu o primeiro turno, em 4 de outubro, com 825.530 votos (49,93% do eleitorado) e Grass passou à etapa final com 569.930 votos (34,47%). A abstenção ficou em 18,88%.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



Em dia intenso, Celina fez ato em defesa do FCDF e esteve com policiais penais; Grass foi à manifestação dos professores

Miguel Schincariol/AFP



Flávio, em Guarulhos, e Lula no Planalto: há empate técnico na capital, com vantagem para o senador

Evaristo Sá/AFP



Flávio marca 52,5%, e Lula, 47,5% no DF

O senador Flávio Bolsonaro (PL) está à frente do presidente Lula (PT) na consulta **Correio**/Opinião Inteligência Política, divulgada hoje. Nos votos válidos, o parlamentar tem 52,5% das preferências, enquanto o candidato à reeleição registrou 47,5% (48,4% a 43,8% na estimulada). Os brasilienses que votarão nulo ou branco são 5,7%, e os indecisos, 2,2%. Como a margem de erro é de 3,3 pontos percentuais, há empate técnico. No primeiro turno, Flávio venceu nas urnas com 13 pontos de diferença: 51,31% a 38,11% de Lula. CEO do instituto que fez o levantamento, Alexandre Garcia diz que a série histórica das consultas indica que Flávio segue como líder no pleito.

Sigilo é guerra de campanhas

Equipes de Flávio Bolsonaro e Lula colocam condições para a abertura de contas bancárias e telefônicas dos dois candidatos. Petista prometeu entregar seus sigilos, desde que o adversário fizesse o mesmo, e deve enviar hoje ao TSE diversos documentos. Senador condicionou a decisão à extensão da medida a um ex-assessor do presidente, suspeito de corrupção.

• Nunes Marques nega suspensão de canais

• ONU faz alerta sobre interferência da Meta

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Últimas ações — Ao *CB.Poder Eleições*, o cientista político Lúcio Rennó avaliou a reta final da campanha eleitoral para a Presidência. O professor acredita que a movimentação dos petistas nas ruas e no campo digital alterou o cenário da disputa.

PÁGINAS 2 A 6 E 13 A 16. BRASÍLIA-DF, 4, NAS ENTRELINHAS, 6, E EIXO CAPITAL, 16

Nelson Almeida/AFP



O Palmeiras vai!

Depois de perder por 1 x 0 para o Fluminense no tempo normal, time paulista, que venceu o jogo de ida por 2 x 1, garantiu, nos pênaltis, a vaga na final da Libertadores. Agora, espera o vencedor de Flamengo x Estudantes, no Maracanã. No primeiro jogo, cariocas e argentinos empataram em 0 x 0. Quem vencer decide o título em 28 de novembro, em Montevideu. PÁGINAS 19 E 20

Direito & Justiça

Maioridade ganha força

Na pauta dos dois candidatos à Presidência, redução da maioria penal de 18 para 16 anos está em discussão no Congresso e polêmica deve se acirrar pós-segundo turno.

Entrevista

O advogado Marcus Vinicius Vita analisa as mudanças no STJ para racionalizar os julgamentos da Corte.

Voepass

Justiça faz 12 réus

MPF aponta crime contra segurança de transporte aéreo. Todos responderão a ação penal pela morte dos 62 ocupantes do avião.

PÁGINA 7

França

Greve geral à vista

A principal central sindical do país convoca paralisação nacional para 5 de novembro. Neste sábado, mais protestos nas ruas.

PÁGINA 9. VISÃO DO CORREIO, 10

Transporte funcionará com esquema especial

Os ônibus que irão circular pelas cidades do DF no próximo domingo deverão cumprir frequência semelhante à dos dias úteis, de acordo com norma do TRE. Como no 1º turno da eleição, a passagem será gratuita. O metrô abrirá as estações uma hora mais cedo. PÁGINA 18

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Ambiente em risco

Ao *Podcast do Correio* o professor Reuber Brandão falou sobre o risco de retrocesso ambiental. PÁGINA 7

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Pleito seguro

Mais de cinco mil policiais estarão nas ruas, no domingo, disse o comandante da PMDF, coronel Rômulo Palhares. PÁGINA 16



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000



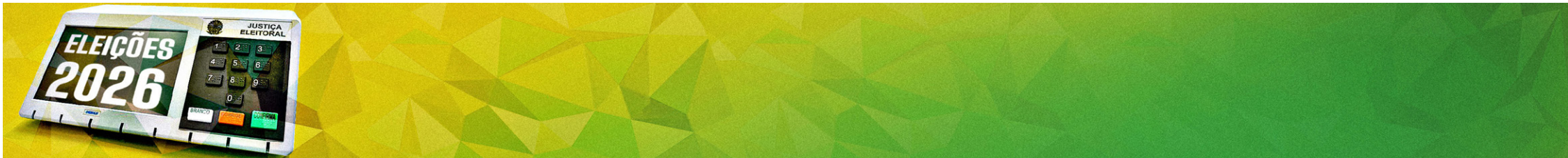
(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166



(61) 99256.3846



Flávio e Lula aparecem em empate técnico no DF

Sexta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostra que, nos votos válidos — sem contabilizar brancos, nulos e indecisos —, o senador tem 52,5%, e o presidente, 47,5%, diferença que está dentro da margem de erro

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O presidencial e senador Flávio Bolsonaro (PL) continua na frente nas pesquisas de intenção de voto no Distrito Federal. Enquanto o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva tem 43,8%, Flávio pontua 48,4% na pesquisa estimulada. Os dados são da sexta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política.

Já os brasileiros que votarão nulo ou branco contabilizam 5,7%, e os que não sabem avaliar, 2,2%. Ao retirar esses percentuais, a diferença entre os presidenciais está dentro da margem de erro, ou seja, há um empate técnico: Flávio com 52,5% e Lula com 47,5%, nos votos válidos. Na pesquisa espontânea, em que o entrevistado não recebe alternativas, o senador chegou a 47,5%, e Lula, a 43,3%.

A rodada anterior do levantamento foi publicada em 30 de setembro, antes do primeiro turno, e apontava uma diferença de quase 10 pontos percentuais entre os candidatos. Na simulação, Flávio teve 49,2%, e Lula, 39,9%. O primeiro turno mostrou que, entre os eleitores do DF, o senador ficou na frente por 13 pontos, com 51,31%, enquanto Lula obteve 38,11%.

Para o CEO da Opinião Inteligência Política, Alexandre Garcia, embora as pesquisas de segundo turno apontem empate técnico em levantamentos isolados, a série histórica indica que Flávio está à frente de Lula nas intenções de voto. Ele acredita que o eleitor de direita será fundamental para a decisão das eleições.

“Há uma expectativa de que um percentual do eleitorado de direita, que usualmente não é detectado nas pesquisas, possa significar mais um por cento, mais um e meio, até dois por cento de votos para Flávio”, destaca.

A pesquisa também mediu a certeza dos eleitores em relação ao voto no segundo turno. Entre os 423 entrevistados que votaram em Lula, 97,5% afirmaram que não pretendem mudar de escolha, enquanto 2,5% ainda consideram essa possibilidade. No grupo dos 503 eleitores de Flávio Bolsonaro, 96,5% disseram estar decididos, e 3,5% afirmaram que podem mudar o voto.

Entre os apoiadores de Flávio no DF, que representam 43,8% do eleitorado, 95,5% afirmaram que votarão novamente no candidato no segundo turno. Outros 3% disseram que darão voto a Lula, enquanto 1,6% não soube responder.

Já entre os eleitores de Lula, que correspondem a 36,7% do eleitorado, 96,9% afirmaram que votarão novamente no presidente, enquanto 1,7% disse que a escolha será por Flávio, e 1,4% declarou voto nulo.

Entre os 2,9% dos eleitores do ex-governador Ronaldo Caiado, derrotado no primeiro turno, 43,8% disseram que votarão em Flávio, 36,1% afirmaram que escolherão Lula, e 20,2% declararam que votarão nulo.

Garcia avalia que a reeleição de Lula depende de uma série de fatores, como a redução da abstenção em regiões onde o petista tem mais votos e a diminuição de sua rejeição.

“Acho que hoje Flávio Bolsonaro é o favorito para vencer a eleição, mas em um cenário extremamente apertado, o que significa que acontecimentos relevantes que possam impactar o eleitorado, como o pagamento do Bolsa Família e a

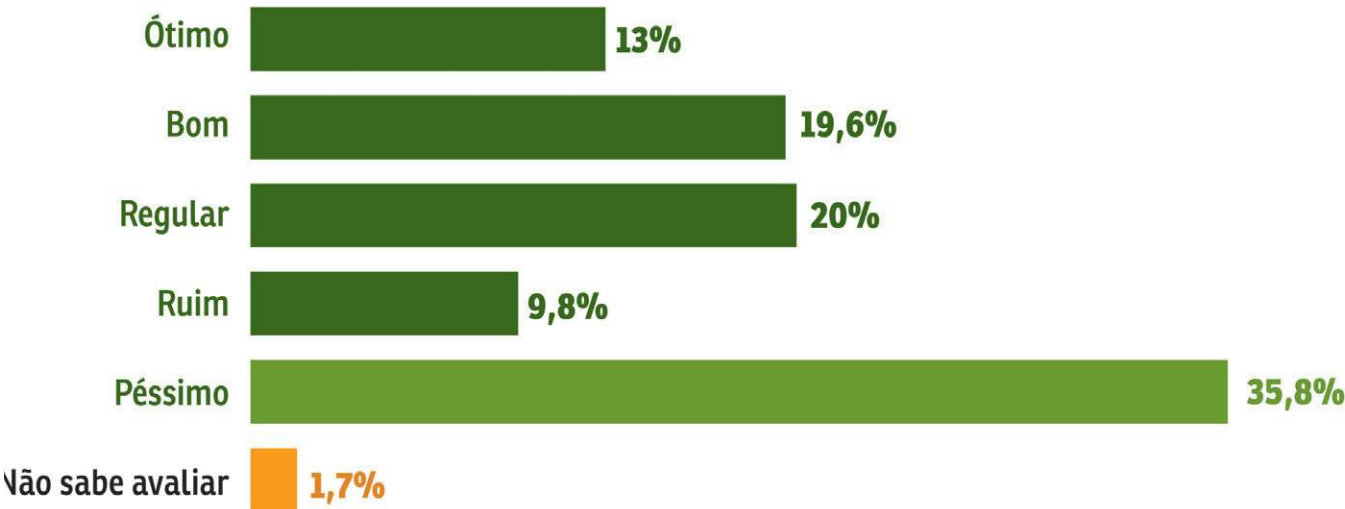
PRESIDENTE **VOTOS VÁLIDOS** Sem brancos, nulos e quem não sabe: a diferença está dentro da margem de erro: empate técnico.



PRESIDENTE **2º TURNO** Intenção de voto estimulada no 2º turno, por grupo do eleitorado no DF.

Recorte	Grupo	Nº	Lula	Flávio Bolsonaro	Nenhum Branco/Nulo	Não sabe avaliar
Sexo	Homem	463	38,6%	52,8%	6,8%	1,8%
	Mulher	543	48,3%	44,5%	4,7%	2,5%
Idade	16 a 24 anos	124	43,7%	49,6%	5,2%	1,5%
	25 a 34 anos	204	46,1%	46,7%	4,9%	2,2%
	35 a 44 anos	218	38,4%	52,7%	7,2%	1,7%
	45 a 59 anos	283	43,9%	46,9%	6,4%	2,8%
	60 anos ou mais	177	48,5%	45,8%	3,6%	2,2%
Escolaridade	Até fundamental	219	47,0%	43,7%	5,6%	3,7%
	Médio completo	345	36,6%	54,4%	6,3%	2,7%
	Superior incompleto ou mais	441	46,9%	47,0%	5,1%	1,0%
Renda familiar	Até R\$ 3,4 mil	344	45,5%	46,7%	4,5%	3,4%
	R\$ 3,4 a 9,5 mil	361	37,2%	54,9%	6,6%	1,3%
	Mais de R\$ 9,5 mil	257	50,8%	42,9%	5,3%	1,0%
Religião	Católica	439	47,8%	44,9%	5,5%	1,7%
	Evangélica ou pentecostal	343	25,3%	68,6%	3,9%	2,3%
	Sem religião	136	58,7%	28,2%	9,8%	3,3%
	Espírita e outras	74	69,3%	24,7%	6,0%	0,0%
Benefício do governo	Recebe	107	54,9%	34,6%	5,0%	5,5%
	Não recebe	899	42,5%	50,0%	5,7%	1,8%
Voto em 2022 (2º turno)	Lula	397	88,3%	7,3%	2,9%	1,5%
	Bolsonaro	440	5,1%	90,4%	3,4%	1,1%
	Branco, nulo ou não votou	145	32,6%	43,3%	18,8%	5,4%

AValiação do governo De uma maneira geral, como o(a) sr(a) avalia o governo do presidente Lula?



postura dos candidatos no próximo debate, que será da Rede Globo, na sexta-feira, têm o poder de apertar ainda mais a disputa”, analisa.

A percepção da população brasileira também é parecida. Mais de 54,4% dos eleitores acreditam que a vitória será de Flávio; 37,2%, de Lula; e 9,4% não sabem.

O presidente Lula ainda enfrenta outro desafio no DF: a taxa de reprovação do governo. Segundo a pesquisa, 13% dos eleitores

consideram o trabalho dele ótimo; 19,6%, bom; 20%, regular; 9,8%, ruim; 35,8%, péssimo; e 1,7% não sabe avaliar.

Além disso, no âmbito da identificação ideológica, 47,2% dos entrevistados afirmaram não se identificar com Lula, enquanto 29,5% disseram se identificar muito, e 20,7%, um pouco. Outros 2% declararam não acompanhar ou não saber o que ele diz, e 0,5% não soube responder.

No caso de Flávio Bolsonaro, 44,4% disseram não se identificar com o senador. Já 30,5% afirmaram se identificar muito, e 22,4%, um pouco. Outros 2,1% declararam que não acompanham ou não sabem o que ele diz, enquanto 0,7% não soube responder.

A pesquisa também avaliou a disposição dos eleitores para participar do segundo turno. Segundo o levantamento, 93% responderam que com certeza vão votar,

enquanto 4,4% disseram que provavelmente votarão. Já 0,8% declarou que provavelmente não vai votar, e 1,6% disse que com certeza não participará do pleito.

A pesquisa foi realizada entre 16 e 19 de outubro, com 1.006 pessoas de 16 a 60 anos. Registrado na Justiça Eleitoral com o protocolo DF-08851/2026, o levantamento tem margem de erro de 3,3 pontos para mais ou para menos, e o nível de confiança de 95%.



Há uma expectativa de que um percentual do eleitorado de direita, que usualmente não é detectado nas pesquisas, possa significar mais um por cento, mais um e meio, até dois por cento de votos para Flávio”

Alexandre Garcia, CEO da Opinião Inteligência Política

Checagem de fatos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAPHAELA PEIXOTO

Coordenadores da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disseram que mantêm conversas com a direção da TV Globo para que a emissora realize checagem de conteúdos durante o debate presidencial, previsto para essa sexta-feira, entre o petista e o senador Flávio Bolsonaro (PL).

A demanda por checagens durante o debate tem sido defendida por eleitores e entidades da sociedade civil. Um abaixo-assinado para que a TV Globo adote a medida em tempo real foi lançado ao longo desta semana. Até as 20h45 de ontem, o documento somava mais de um milhão de assinaturas.

“A gente está querendo que haja, porque viu o que aconteceu no debate. Além de não responder nenhuma pergunta do presidente, ele mentiu muito. É importante uma checagem em tempo real do que é verdade, do que é mentira, do que é dito no debate”, argumentou Sidônio Palmeira, ministro da Secretaria de Comunicação Social e um dos articuladores da campanha.

Além da Globo, Sidônio informou que a campanha de Lula conversa com agências de checagem de fatos independentes para que façam o serviço em tempo real durante o debate de sexta. O portal de notícias ICL também deve proporcionar a ferramenta.

Outro ponto levado pela campanha de Lula à emissora foi a possibilidade de Flávio repetir a tática usada no debate da TV Bandeirantes, no domingo, em que ele caminhou às costas de Lula enquanto o presidente falava.

Sidônio voltou a dizer que o candidato do PL repetiu a estratégia do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante o embate contra a candidata democrata à Casa Branca Hillary Clinton, em 2016.

“Na verdade, isso é feito sempre pela extrema-direita, o Trump fez com a Hillary Clinton, e essa é uma intenção dele, tentar desviar a atenção. É uma forma agressiva, indevida, provocativa, e a gente não vai aceitar esse tipo de coisa”, frisou. (**Com Agência Estado**)



Sigilo é novo front de batalha

Flávio afirma que autorizará acesso a seus dados se Lula liberar informações sobre Marcola e Janja. Campanha do petista diz aceitar

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse aceitar todas as condições impostas pelo adversário Flávio Bolsonaro (PL) para autorizar a quebra de sigilo dele e da família. O senador Camilo Santana (PT-CE), um dos coordenadores de campanha do petista, anunciou que levará ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), hoje, documentos com as autorizações das pessoas solicitadas pela campanha do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Desafiado por Lula a quebrar seu sigilo e da família, Flávio disse aceitar, mas impôs condições, como a abertura dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete do chefe do Executivo. Também cobrou o fim do sigilo das contas de todas as pessoas que receberam recursos do Instituto Lula. Além disso, o presidente do PL quer uma lista de pessoas que visitaram Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, enquanto estava preso na Superintendência da Polícia Federal, e detalhes dos gastos da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, em viagens internacionais.

“Lula nem tem celular, como é que ele quer abrir o sigilo do telefone dele? Só que eu não só vou aceitar o desafio, como eu vou levar até às últimas consequências”, declarou Flávio. “Eu abro meu sigilo do telefone sim, mas o Marcola tem que abrir o dele.”

Ricardo Stuckert



O presidente Lula participou de caminhada em Belo Horizonte nessa quarta-feira

Charles Vieira



O presidencial Flávio Bolsonaro em encontro com apoiadores em Guarulhos (SP)

“Desculpas”

O vice-presidente e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSB), disse que as exigências feitas por Flávio Bolsonaro para abrir o sigilo são “desculpas” para não conceder acesso às informações. “Flávio Bolsonaro fez 19 exigências para abrir o sigilo. Está dando desculpa. Nós concordamos com os 19 pontos, e podem abrir sigilo”, enfatizou.

Apesar da declaração, Flávio não detalhou como pretende formalizar a **abertura dos sigilos** nem esclareceu se a medida também alcançaria seus familiares.

Lula fez o desafio a Flávio durante o debate na TV Bandeirantes, no domingo. Na terça-feira, o presidente protocolou documento no TSE autorizando a abertura dos sigilos bancário, telefônico e fiscal dele e da família, mas somente se o adversário fizer o mesmo.

O movimento do petista busca colocar sob escrutínio a evolução patrimonial e as movimentações financeiras dos dois. De acordo

com Lula, a abertura de sigilos tem o objetivo de “mostrar quem é ladrão”. Nos bastidores, aliados do candidato do PL haviam descartado, inicialmente, aderir ao desafio de Lula.

A contrapartida feita por Flávio, segundo Camilo Santana, foi aceita pelo chefe do Executivo. “A única resposta é que o presidente não se opõe a absolutamente nada que ele (Flávio) está propondo”, afirmou o coordenador de campanha, em conversa com jornalistas, no QG de campanha.

O ofício a ser apresentado ao TSE, hoje, estabelecerá a condição

de que a abertura do sigilo de Marcola; e Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente; entre outros, e das viagens de Janja dependerá de explicações de um possível envolvimento de Flávio Bolsonaro no comando da empresa Alcazar Holding, com o advogado Willyer Tomaz, investigado no escândalo das fraudes no INSS.

Santana disse ter visto com “estraneza” o fato de o candidato do PL não ter declarado ser sócio da empresa Alcazar Holding. “Que ele (Flávio) também cumpra e abra tudo que o presidente protocolou no TSE, porque nós

estranhamos que ele tirou uma empresa, a Alcazar Holding, que é exatamente a empresa que ele tem”, citou o coordenador.

A possível relação entre Flávio e Tomaz foi apontada pela Polícia Federal em um pedido de inquérito contra os dois, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a corporação, o presidente seria um “usuário máster” de uma conta bancária de Tomaz e que isso, “analisado em conjunto com os demais vínculos identificados, sustenta a hipótese de eventual participação econômica ou societária de fato na empresa”.



NOSSOS PRÓXIMOS 27 ANOS COMEÇAM AGORA.

Brasília muda. E cada mudança abre espaço para novos jeitos de viver.

Há 27 anos, a Faenge acompanha essa transformação e ajuda a construir a cidade em que queremos viver. **O futuro muda. O que tem valor permanece.**

ÁGUAS CLARAS, NOROESTE E PARK SUL

STUDIO, 1, 2, 3 E 4 QUARTOS COBERTURAS E LOJAS



SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENG**



faenge.com.br



@faenge_

VISITE OS DECORADOS



CENTRAIS DE VENDAS 30202000

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Apoio dos Poderes

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, estão se preparando para, junto com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, parabenizar o eleito do próximo domingo, de forma a não permitir choradeira do lado A ou B. Afinal, um candidato vai ganhar, outro vai perder, e, se a diferença entre eles for minúscula, certamente o lado perdedor vai reclamar do resultado.

Apostas supremas

Crescem as apostas de que a tendência é de acordão para preservar o Supremo Tribunal Federal, independentemente de quem for eleito no próximo domingo. É que, se for para “pegar” Alexandre de Moraes, não vai dar para preservar o ministro Kassio Nunes Marques, que nega qualquer ligação com Daniel Vorcaro, mas é citado como o personagem de festas.

Conselheiro supremo

Nas hostes bolsonaristas, o que se diz é que o ex-presidente Jair Bolsonaro não aceita acordo com o STF. Se para tirar Moraes, tiver que “sacrificar” outro ministro, que assim seja.

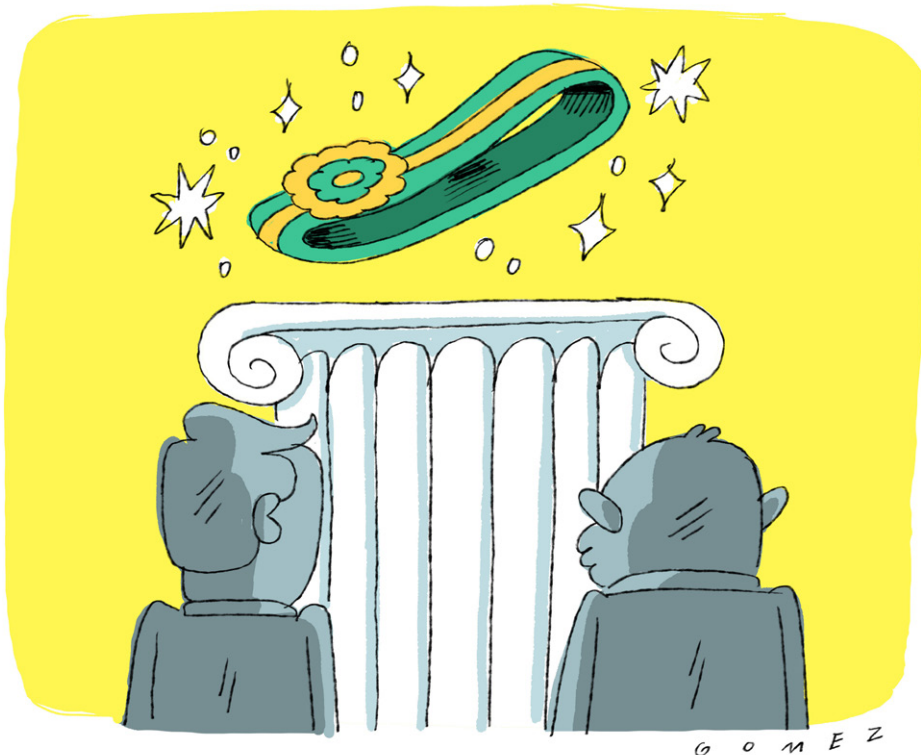
Hora das contas

Independentemente de quem vencer no domingo, as alas do Senado vão começar a fazer contas para saber se dá para levar adiante o impeachment de um ministro do STF. Até aqui, os senadores afirmam que a matemática não é tão fechada como pensam os mais radicais aliados de Flávio Bolsonaro. Com os inquéritos a que o candidato responde, ainda que vença, tem muita gente indisposta a comprar toda essa guerra com o STF.

Transição em curso e transmissão da faixa

Independentemente do resultado da eleição no próximo domingo, haverá transição de governo. E, para isso, todos os ministros do presidente Lula já foram orientados a repassarem seus relatórios de execução de programas à Casa Civil. Em caso de vitória, Lula pretende anunciar mudanças no governo, de forma a dar uma oxigenada na equipe de seu último mandato. Se for derrotado, quer mostrar ao clã dos Bolsonaro como se faz uma transição num país democrático. No início de 2023, quando Bolsonaro deixou o Planalto, a equipe de Lula encontrou computadores vazios, sem qualquer relatório sobre os programas de governo.

Em tempo/ O “já ganhou” na equipe do candidato do PL, Flávio Bolsonaro, chegou ao ponto de seus interlocutores procurarem funcionários do governo para falar de transição. Inclusive com perguntas sobre se Lula iria querer transmitir a faixa para o presidente eleito, no dia da posse. No governo, o que se diz é que, diferentemente de Jair Bolsonaro, seu antecessor, Lula, se derrotado no domingo, não se furtará a cumprir os protocolos da democracia.



CURTIDAS

Fotos: Uefa/Divulgação



O caso da ilha/ O jogador de futebol Richarlison (**foto**) retomou com força o caso de uma ilha em Angra dos Reis (RJ) em que o advogado Willer Thomaz e o senador Flávio Bolsonaro teriam tomado dele em 2020. O vídeo em que ele apresenta documentos para comprovar que havia comprado o imóvel viralizou nas redes. É mais um problema para o advogado Willer Thomaz e o candidato do PL responderem às vésperas da eleição.

Especialista requisitado/ Servidor afastado do Superior Tribunal de Justiça e alvo da operação Linceu, Humberto Pradera era conhecido no meio dos advogados como alguém que consertava computadores de muitos deles nos renomados escritórios de Brasília. De uns tempos para cá, deixou de fazer esse serviço.

Difícil tirar da “leoa”/ A pesquisa **Correio/**Opinião divulgada hoje mostra a governadora candidata Celina Leão (PP) com 50,1% dos votos consolidados, ou seja, o voto espontâneo. Enquanto o candidato Leandro Grass (PT) tem apenas 34% que declaram o voto nele sem consultar a lista.

Por falar em DF.../ Comenta-se, nos bastidores do Senado, que a senadora Leila do Vôlei planeja deixar que Leany Lemos exerça o mandato até o final. Não voltaria sequer para se despedir desses quase oito anos e agradecer os votos que obteve para esta Legislatura e os que manteve neste pleito.



Vem aí o “decretaço” do Flávio

Presidenciável prepara conjunto de medidas para, se eleito, alterar regras trabalhistas, além de revogar normas editadas por Lula

» RENATO SOUZA

O senador Flávio Bolsonaro já tem o texto pronto de mais de 200 decretos para serem assinados caso seja vencedor da eleição para presidente da República. A informação foi repassada ao **Correio** por aliados do parlamentar. De acordo com as fontes ouvidas pela reportagem, a maioria dos decretos trata de regulação de normas trabalhistas, inclusive sobre o fim da escala 6X1 e a organização da jornada de trabalho.

O senador pretende fazer uma

espécie de “decretaço” assim que assumir o cargo, podendo ocorrer já no primeiro dia de mandato. Além de alteração na legislação trabalhista, o congressista também pretende fazer um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outra área importante que seria afetada, de acordo com as fontes, é a ambiental, onde seriam criadas normas restringindo fiscalização de órgãos ambientais sobre áreas de vegetação que estão em terras consideradas privadas ou que não estão classificadas como de proteção ambiental.

Dezenas de decretos também foram pensados para alterar normas econômicas, inclusive a organização administrativa do Poder Executivo, acabando com muitos conselhos, comitês e grupos de trabalho, que são vistos como iniciativas que aumentam o custo da máquina pública sem resultados relevantes para o país. Nos primeiros três meses, também haveria medidas para privatizar entes estatais, que precisariam ser chanceladas pelo Congresso Nacional.

A maioria dos decretos teriam de ser encaminhados ao parlamento, inclusive por meio da edição de

medidas provisórias, que precisam do crivo dos deputados e senadores para continuarem em vigor. No entanto, aliados do senador acreditam que não haveria dificuldades em aprovar as medidas diante da nova configuração do Congresso. Procurado para comentar o caso, por meio de sua assessoria de campanha, Flávio Bolsonaro não se manifestou.

Governo Bolsonaro

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Executivo tentou realizar uma série de alterações nas

normas trabalhistas. Entre elas, estava um projeto de medida provisória para contratar jovens com salários de R\$ 600. A justificativa seria a necessidade de abrir o mercado de trabalho para quem procurava o primeiro emprego. Neste sentido, o número de horas trabalhadas também seria reduzido, mas não haveria vínculo empregatício.

Outra proposta pretendia ampliar as jornadas de trabalho especiais — atualmente, de seis horas — de determinadas categorias profissionais, como operadores de telemarketing. Também ocorreu a tentativa de suspender

a necessidade de registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego para o exercício de diversas profissões.

As tentativas de Jair Bolsonaro foram barradas no Congresso, que não aprovou as modificações. No entanto, em 2026, a avaliação é de que um eventual governo de Flávio teria um parlamento formado em sua maioria por aliados. Além disso, o candidato eleito assumiria no contexto de uma Suprema Corte enfraquecida, que teria pouca resistência para se opor a medidas chanceladas pelo Executivo e pelo Legislativo.

Reflexões eleitorais de 2026

» RAFAELA BOMFIM*

A poucos dias do segundo turno das eleições presidenciais, a disputa acirrada entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) é marcada pela mobilização das militâncias, pela influência das redes sociais e pela incerteza sobre o resultado das urnas.

Em entrevista às jornalistas Mariana Niederauer e Sibeles Negromonte, no *CB.Poder*, programa realizado pelo **Correio** em parceria com a TV Brasília, o professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Rennó avaliou que a movimentação dos apoiadores de Lula alterou o cenário da disputa em relação ao primeiro turno. Para o especialista, a campanha petista ganhou força nas ruas e no ambiente digital. Em compensação, a organização política do bolsonarismo e o avanço da direita no Congresso terão impacto sobre

o próximo governo, independentemente de quem vencer a eleição.

Segundo Rennó, a mobilização petista é um dos principais elementos para compreender a reta final da campanha. O professor observou que o resultado do primeiro turno impulsionou uma reação dos apoiadores de Lula. “Acordou a militância petista, que estava dormindo, e a trouxe para a rua e para as mídias sociais”, afirmou.

A mudança também reflete as transformações na maneira de fazer política no Brasil. Rennó lembrou que a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência, em 2018, representou um marco na utilização das redes sociais como instrumento de mobilização eleitoral.

Para o especialista, o PT está em um processo de adaptação a essa nova realidade, combinando a tradição de mobilização nas ruas com uma presença

mais intensa no ambiente digital.

Outro aspecto destacado pelo professor é a transformação do bolsonarismo em uma força partidária institucionalizada ao longo das eleições. “O PL institucionaliza o bolsonarismo na estrutura partidária do quadro partidário brasileiro”, afirmou. Essa consolidação, na avaliação do cientista político, terá consequências para a relação entre o Executivo e o Legislativo a partir do próximo ano.

Ao analisar o comportamento dos eleitores, Rennó afirmou que os debates televisivos ainda podem influenciar a disputa, especialmente em uma eleição apertada, mas perderam parte da capacidade de determinar o resultado. Segundo ele, a polarização consolidou a preferência de uma parcela expressiva do eleitorado, enquanto outro grupo permanece indeciso ou demonstra afastamento da política.

O professor chamou esse

fenômeno de “desalento eleitoral”, caracterizado pelo cansaço, pela frustração e pelo desinteresse em relação à disputa. Para Rennó, esse distanciamento representa um desafio para a democracia, pois reduz a disposição das pessoas para participar do processo político. Ele destacou que eleições livres, justas e competitivas são fundamentais para o regime democrático, mas alertou que a intensificação dos conflitos dificulta o diálogo e pode afastar cidadãos da vida pública.

“A democracia vive de um processo de construção de diálogo”, afirmou. Na avaliação do cientista político, recuperar a confiança da população e criar condições para o debate entre diferentes posições será essencial para fortalecer as instituições e enfrentar os desafios do próximo ciclo político.

***Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Rennó: reação do PT nas ruas e hegemonia do PL marcaram eleição



Kassio descarta restringir canais

Má repercussão leva presidente do TSE a afastar hipótese de Corte debater suspensão de páginas antes e depois da votação

» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, afastou, ontem, possibilidade de a Corte discutir uma proposta de resolução que prevê a suspensão temporária de canais de conteúdo político-eleitoral no WhatsApp com mais de 200 mil seguidores no período próximo à votação. Diante da má repercussão da ideia, o ministro foi categórico em se colocar contra a nova regra e afirmar que não pretende tratar do assunto.

“Não existe alteração de resolução por um só ministro. Mas não marquei nenhuma reunião para discutir o assunto. E não vou marcar, pois não sou favorável a alterações de última hora”, afirmou, acrescentando que o documento seria apenas um “esboço”.

O caso foi adiantado pelo jornalista Leandro Demori e confirmado pelo **Correio**. A minuta pretendia estabelecer restrições entre as 48 horas anteriores e as 24 horas posteriores ao pleito de domingo, quando ocorre a votação para presidente e para governador em seis unidades da Federação.

A discussão ganhou repercussão diante do alcance de canais de mobilização política nas plataformas digitais e por conta da reação negativa à eventual adoção de restrições. Por conta disso, segundo fontes do TSE, pode ser discutida em algum momento depois do pleito de domingo. E, se aprovada, tenderia a entrar em vigor para as eleições municipais de 2028.

A medida teria o potencial de atingir canais de grande alcance ligados às campanhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Entre eles estão o Exército do Lula, que ultrapassou 7 milhões de inscritos, e a Tropa do Flávio, com cerca de 2 milhões de usuários. A proposta pretendia estabelecer critérios para canais com

Luiz Roberto/TSE



Fontes do tribunal afirmam que Kassio somente tratará do assunto passado o segundo turno. Restrição pode ser adotada para o pleito de 2028

grande capacidade de disseminação de propaganda eleitoral, independentemente de serem abertos ao público ou acessíveis por convite.

Entendimento

Em nota divulgada ontem, o gabinete do ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, afirmou que a minuta não partiu de uma iniciativa individual, mas de um entendimento construído entre os integrantes da Corte. De acordo com o comunicado, “houve

consenso entre todos os ministros sobre a necessidade de tratar do assunto”. Ainda de acordo com a equipe de Mendonça, “o objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos”.

Segundo o gabinete de Mendonça, o tema foi discutido em duas reuniões: em 16 de outubro e na terça-feira, quando os ministros concordaram com a necessidade de avaliar medidas para conter a

circulação de conteúdos ilícitos na reta final da eleição. Coube ao vice do TSE elaborar o texto. “Por tradição, cabe ao vice-presidente do Tribunal redigir os atos normativos que o colegiado vai apreciar”, justificou. O gabinete também ressaltou que “os critérios em análise são objetivos e impessoais e valem igualmente para todos os canais de natureza político-eleitoral de grande alcance”.

A justificativa apresentada na minuta é o risco de disseminação de conteúdos ilegais em um período no qual a Justiça Eleitoral

teria menos tempo para reagir. “O período compreendido entre as 48 horas antes e as 24 horas depois da eleição concentra o maior risco de dano irreversível à formação livre da vontade do eleitorado, por não haver tempo hábil para resposta, esclarecimento ou tutela jurisdicional efetiva”, afirma o documento. A proposta considera que grandes audiências podem ampliar a distribuição de propaganda eleitoral de maneira semelhante a conteúdos impulsionados mediante pagamento. (Com Agência Estado).



Não existe alteração de resolução por um só ministro. Mas não marquei nenhuma reunião para discutir o assunto. E não vou marcar, pois não sou favorável a alterações de última hora”

Ministro Kassio Nunes Marques, presidente do TSE



O objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos”

Nota do gabinete do ministro André Mendonça sobre o tema

Peritos da ONU alertam sobre atuação da Meta

» DANANDRA ROCHA
» VÍCTOR CORREIA

Um grupo de nove peritos independentes da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu nota, ontem, alertando para restrições à liberdade de expressão e advertindo para o suposto favorecimento pela Meta — dona do Instagram, do WhatsApp e do Facebook — a um dos lados da disputa presidencial brasileira. Em paralelo, o Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça para que a big tech retome perfis que foram bloqueados indevidamente por conteúdo político.

No documento das Nações Unidas, os peritos argumentam que as redes sociais são fundamentais no debate democrático. E criticam a aplicação, por parte da Meta, de restrições sem motivo aparente em publicações de cunho político — tal como a empresa admitiu que fez contra a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Algoritmos, sistemas de IA (inteligência artificial) e decisões

de moderação de conteúdo não devem se tornar árbitros invisíveis da discussão política. Quando a expressão política parecer estar sendo restringida de maneira desproporcional, as plataformas devem explicar o motivo, corrigir impactos desiguais e garantir recursos efetivos”, cobraram os peritos.

Os especialistas também pediram que a Meta preste esclarecimentos e forneça mecanismos de reparação adequados, além de aplicar regras de forma consistente e sem discriminação, mantendo diálogo transparente e garantindo que reclamações possam ser tratadas durante o período eleitoral. Sem citar a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o grupo aponta que um dos lados da campanha foi favorecido de forma desproporcional pelas plataformas da big tech.

Investigação

Ao mesmo tempo, o Ministério Público Federal (MPF) anunciou, ontem, ter entrado com uma ação, com pedido de urgência, para que a Meta retome mais de

Luiz Roberto/TSE



Bellizze (ao centro) e representantes da Meta: cobranças para que big tech esclareça métodos que adota

mil perfis bloqueados indevidamente por conteúdo eleitoral. A medida tramita na Justiça Federal de Porto Alegre. Segundo a ação, os bloqueios, suspensões e restrições de conteúdo prejudicaram o debate democrático.

Além da retomada do conteúdo, a ação pede que todos os recursos

contra bloqueios de conta sejam avaliados por uma equipe humana, e não por algoritmos. Em caso de descumprimento das medidas, o MPF pede ainda multa diária de R\$ 500 mil por conta.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também investiga irregularidades. O ministro Marco Aurélio

Bellizze, relator do caso, estabeleceu 24 horas para que o MPE avalie as informações enviadas pela companhia para provar que segue a legislação que impede o favorecimento de campanhas eleitorais.

Ao esclarecer as queixas, a empresa atribuiu eventuais irregularidades a problemas técnicos

» Fachin: regime pode ser corroído

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, alertou para os riscos de enfraquecimento das democracias e defendeu que as instituições atuem para proteger direitos fundamentais sem ultrapassar os limites de suas atribuições. Segundo ele, os regimes democráticos podem ser corroídos gradualmente, inclusive por meios aparentemente legais, em um processo de captura das instituições e perda de confiança pública. A declaração foi ontem, durante a abertura do evento Diálogos com o Supremo: Tribunais Constitucionais e o Estado de Direito.

nas plataformas. Mas o próprio Conselho de Supervisão da big tech apontou, na terça-feira, “falhas recorrentes” na moderação do conteúdo eleitoral, embora ressalte que os casos não representam necessariamente uma tentativa de interferência no pleito. (Com Luiza Altoé).

Manifesto cobra o respeito à democracia

» LUIZA ALTOÉ

Um manifesto em defesa da Constituição, da democracia e dos direitos humanos será lido hoje na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O documento reúne mais de 600 assinaturas, entre elas as de ex-ministros da Justiça, advogados, ativistas e professores.

A lista de signatários inclui a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha,

além de ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), como Celso de Mello, Cezar Peluso e Rosa Weber. Também assinam o documento os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias e Miguel Reale Júnior.

O documento começa afirmando que os operadores do direito, ao ingressarem na profissão, prometem defender a Constituição, a democracia e os direitos humanos e, portanto, têm o dever de se manifestar em momentos em que “a ordem constitucional for ameaçada, sobretudo

por quem pretende ocupar a mais alta função da República”.

O texto também busca enfatizar seu caráter apartidário e destaca que é subscrito por pessoas com trajetórias e convicções políticas diversas. “Seguiremos divergindo como é próprio de uma democracia. O que nos une é a defesa do Estado Democrático de Direito, em que os Três Poderes permanecem independentes e jamais ficam sob o comando de um só indivíduo”, enfatiza o documento.

Crise institucional

O manifesto reconhece que o país vive um momento histórico marcado por uma crise das instituições jurídicas. Diante desse cenário, defende o voto como instrumento da democracia para “corrigir rumos, proteger as instituições e reafirmar o compromisso com a justiça”.

“É preciso, portanto, nesse momento histórico para o país, apoiar candidato que respeita as

instituições democráticas brasileiras e o texto constitucional. É preciso apoiar candidato que não tenha a possibilidade ou intenção de concentrar em si os três poderes da República, e assim inviabilizar a garantia institucional de equilíbrio entre os poderes e o sistema de freios e contrapesos”, conclui o documento.

A iniciativa é promovida pelo Centro Acadêmico XI de Agosto — que representa os alunos de Direito da USP — e pela Comissão Arns,

entidade ligada à defesa dos direitos humanos. O evento, que ocorre às vésperas do segundo turno, reunirá juristas, estudantes e representantes da sociedade civil para a leitura do manifesto.

O documento não menciona diretamente nenhum dos candidatos à Presidência. No entanto, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) ressaltou a expressiva eleição de parlamentares de direita e disse que, se eleito, usará essa maioria no Congresso para mudar a Constituição.



R\$ 400 milhões para unir o Master ao BRB

É o valor da suposta propina que Ibaneis teria cobrado de Vorcaro para fechar o negócio. Ex-banqueiro passou a informação ao depor à PF, mas não deu provas

» RENATO SOUZA

O banqueiro Daniel Vorcaro afirmou que o ex-governador Ibaneis Rocha cobrou propina de R\$ 400 milhões para autorizar a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). A informação dada em depoimento à Polícia Federal (PF) também se baseia em mensagens interceptadas pelos investigadores no celular do ex-banqueiro, que passou por perícia após ser apreendido na operação Compliance Zero.

Parte do montante seria pago após o negócio ser concretizado e o restante dos valores seria repassado por meio de um contrato fictício com um escritório de advocacia, que seria indicado por Ibaneis. As declarações de Vorcaro ocorreram durante uma oitiva que fez parte das tratativas de um acordo de delação premiada. Foram adiantadas pelo site Uol e confirmadas pelo **Correio** junto a fontes na PF. No entanto, a tentativa de colaboração não avançou, Vorcaro não apresentou provas suficientes daquilo que disse.

O interlocutor de Ibaneis com Vorcaro seria Leonardo Valverde, que é empresário e tem profunda relação de amizade com o ex-governador — ele estaria indenticado no celular do ex-banqueiro como “Leo” ou “Doutor Leo”. O acerto para a suposta propina de R\$ 400 milhões foi feito na casa do ex-banqueiro em Brasília, em setembro de 2024.

Vorcaro diz ter adiantado um pagamento de R\$ 80 milhões, que teriam sido entregues por um motorista dele a um dos aliados de Ibaneis. O ex-governador também teria 5% das ações do novo banco, por meio de uma empresa de fachada. O primeiro encontro entre ele e Vorcaro teria ocorrido em 18 de setembro de 2024. Uma semana depois, teria ocorrido nova reunião entre os dois, inclusive com a presença do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, que está preso.

Preso duas vezes

Desde que o escândalo veio à tona a partir da negativa de o BRB ser vendido ao Master, posteriormente liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central (BC), Ibaneis sempre disse que não interferiu nem participou da negociação, atribuindo toda a culpa pelo negócio a Paulo Henrique Costa. A PF prendeu Vorcaro pela primeira vez em 17 de novembro de 2025, no Aeroporto

Jane de Araújo/Agência Senado



Ex-governador teria recebido R\$ 80 milhões e ficaria com 5% das ações do novo banco, segundo Vorcaro

Internacional de Guarulhos (SP), quando tentava embarcar para Dubai, nos Emirados Árabes, para, supostamente, negociar a venda do Master para a Fictor. O banqueiro foi para trás das grades novamente em 4 de março.

O BRB injetou R\$ 16,7 bilhões no Master ao comprar carteiras fraudulentas e sem lastro. Relatórios enviados pela PF ao Supremo Tribunal Federal apontam que Ibaneis teve “atuação direta” na negociação que fundiria os dois bancos.

Procurado pelo **Correio**, o advogado Antônio de Almeida Castro, o Kakay, que atua na defesa de Ibaneis, afirmou que o acordo de delação sequer foi homologado. “Não tinha nenhum elemento de colaboração, não tinha nenhuma prova. É uma proposta que nem foi aceita. Eu nem li, pois não leio proposta que não foi aceita”, disse ele.

TCE-SP manda gestor devolver R\$ 93 milhões

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) condenou o ex-presidente do São Roque Prev, Vanderlei Massarioli, a ressarcir o instituto em R\$ 93,15 milhões aplicados em letras financeiras do Banco Master. A relatora do processo na Corte de Contas, conselheira substituta Sílvia Cristina Monteiro Moraes, também determinou o envio dos autos à Presidência do tribunal, propondo a abertura de um processo para apurar a atuação da consultoria Crédito & Mercado e a eventual aplicação da sanção de inidoneidade.

No processo do TCE, o ex-gestor do São Roque Prev sustentou que as decisões foram colegiadas, contaram com pareceres

especializados e ocorreram antes da deterioração financeira do banco de Daniel Vorcaro. O São Roque Prev fez sete aplicações no Master entre abril e setembro de 2024. Os recursos correspondiam a cerca de 18,2% de sua carteira de investimentos ao fim daquele ano.

A Prefeitura de São Roque é mais uma que investiu recursos da previdência dos seus servidores, assim como as de Maceió, Cajamar (SP), Itaguaí (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), Cogonhas (MG), entre outras. As previdências do funcionalismo dos governos do Rio de Janeiro, do Amapá e do Amazonas também colocaram dinheiro dos aposentados dos estados no Master.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Volatilidade do voto sobe e TSE discute proibir canais do “zap”

Na reta de chegada da campanha presidencial, aumentaram o contingente e a volatilidade dos indecisos, talvez porque a dureza dos ataques entre os candidatos tenha também provocado mais rejeição. Flávio Bolsonaro mantém o favoritismo numérico nas cinco pesquisas divulgadas ontem, mas sua vantagem sobre Luiz Inácio Lula da Silva é estreita. O aumento dos indecisos gera instabilidade nas campanhas e mostra que, agora, sim, a maioria dos eleitores entrou no debate eleitoral. Lula e Flávio também intensificam a presença nas redes e a mobilização dos apoiadores. Nesse ambiente, decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o funcionamento das plataformas podem interferir na capacidade de cada candidatura alcançar justamente quem ainda hesita.

A Quaest registra de forma clara a mudança. Na pergunta espontânea, sem apresentação dos nomes dos candidatos, os indecisos passaram de 7% para 14% em uma semana. Flávio recuou de 43% para 40%, enquanto Lula passou de 42% para 40%. Na pesquisa estimulada, porém, quando os nomes são apresentados, a indefinição fica em 2%, ante 1% anteriormente. Ou seja, a hesitação é maior do que aquela captada pela escolha direta entre os dois concorrentes.

A alteração é especialmente significativa entre mulheres e independentes. No eleitorado feminino, as indecisas passaram de 8% para 17% — Lula perdeu quatro pontos e Flávio, cinco. Entre os homens, a indefinição cresceu três pontos. Entre os independentes, o salto foi ainda maior: de 13% para 31%, acompanhado de recuos de 10 pontos para Lula e cinco para Flávio. Na direita não bolsonarista, o candidato do PL caiu de 89% para 82%, enquanto os indecisos chegaram a 9%. São segmentos nos quais as fidelidades políticas oferecem menor proteção contra o desgaste da campanha.

O debate de domingo passado, marcado por acusações recíprocas, ajuda a analisar esse desconforto, embora a pesquisa não permita atribuir toda a mudança ao confronto: as entrevistas ocorreram entre os dias 17 e 20, abrangendo momentos anteriores e posteriores ao encontro. Na prática, com o confronto direto, os candidatos mobilizaram suas campanhas, mas deixaram parte do público sem resposta para preocupações concretas. A circulação incessante de cortes nas imagens do debate, para atacar os adversários, prolongou as polêmicas nos celulares e pode ampliar tanto a rejeição quanto a disposição de reconsiderar o voto.

Nos votos válidos, Flávio aparece com 50,7% na Veritá, cerca de 50,6% na Quaest, 51,1% na Futura, aproximadamente 51% na Palver e 51,1% na Ideia. Todas lhe dão vantagem numérica, dentro das respectivas margens de erro. A distância para Lula diminuiu nas séries Veritá e Quaest, mas aumentou na Futura e na Palver. O favoritismo permanece sendo de Flávio, mas a disputa continua aberta e não se pode descartar uma virada de Lula.

Mordça

É nesse cenário que a atuação do TSE preocupa. O Conselho de Supervisão da Meta, órgão independente, reconheceu falhas na aplicação das políticas antifraude às contas de anúncios de Lula e cobrou revisão especializada. A manifestação dá substância às reclamações de tratamento desigual. A empresa, por sua vez, nega interferência política e atribui os episódios a problemas técnicos. O reconhecimento das falhas exige apuração de seus efeitos e se houve favorecimento deliberado.

Os episódios apontados como interferência ao impulsionamento de publicações de Lula e diferenças na geração de imagens pela inteligência artificial. A Meta admitiu que seus filtros nem sempre reconheciam candidatos identificados pela combinação de prenome e número eleitoral. O TSE determinou correções e comprovação de tratamento igualitário e, ontem, deu prazo de 24 horas ao Ministério Público Eleitoral para avaliar as medidas. Houve providências, mas a demora é injustificável. Numa campanha tão curta, uma oportunidade de comunicação perdida dificilmente pode ser restituída depois.

Enquanto aguarda explicações da plataforma, a cúpula do tribunal discute restringir canais políticos de WhatsApp com mais de 200 mil seguidores nas 48 horas anteriores à votação. O alcance formal seria geral, mas o impacto político da mordça seria desigual: o Exército do Lula, com mais de 7 milhões de inscritos, tornou-se instrumento central da reação petista nas redes e nas ruas, enquanto o canal Tropa do Flávio tem 2,5 milhões. Após a repercussão negativa da iniciativa, Nunes Marques afirmou rejeitar mudanças de última hora; Mendonça sustentou que a minuta resultou de discussão coletiva. A Corte deverá tomar uma decisão ainda hoje.

Os precedentes são preocupantes. Nunes Marques suspendeu o canal a pedido da campanha de Flávio. O relator Ricardo Villas Bôas Cueva restabeleceu seu funcionamento diante da insuficiência de provas. A análise técnica não localizou os conteúdos apontados, embora registrasse lacunas decorrentes de mensagens apagadas ou editadas. Depois de novo bloqueio, o registro formal pela campanha permitiu sua liberação.

Combater ilícitos exige provas, rapidez e proporcionalidade. Discutir uma restrição geral às vésperas da votação, depois desse vaivém, abala a previsibilidade que a Corte deve assegurar. Com indecisos em alta e diferenças mínimas nas pesquisas, a partida de armas precisa ser demonstrada em decisões coerentes. A confiança no resultado também depende da confiança nas condições da disputa.

MP pede condenação de deputada

» DANANDRA ROCHA

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu à Justiça a condenação de deputada estadual eleita Eduarda Campopiano (PL) por transfobia contra a deputada federal reeleita Erika Hilton (PSol-SP). A ação civil pública prevê o pagamento de R\$ 100 mil por danos morais coletivos e sociais. A Promotoria também solicita que a futura parlamentar faça uma retratação pública e participe de um curso sobre inclusão social e combate à discriminação.

O caso tem como origem uma publicação feita por Campopiano na rede social X, em 5 de outubro, na qual se referiu a Erika Hilton como “homem biológico”. No post, feito um dia depois da eleição, ela perguntou a Erika como era saber que “um homem biológico nunca vai ocupar o espaço da mulher mais votada de São Paulo”.

Para o MP-SP, a declaração desrespeita a identidade de gênero da parlamentar e contribui para a reprodução de preconceitos contra pessoas trans. “Não há dúvidas das falas carregadas de preconceito contra as mulheres trans”, diz o MP. Na avaliação da Promotoria, “a negação pública

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Eduarda provocou Erika ao referir-se a ela como “homem biológico”

da identidade de gênero de parlamentar trans em redes sociais extrapola o âmbito do debate e manifestação política legítima, podendo configurar discriminação e violência política de gênero”.

A deputada estadual eleita Sofia Favero (PSol-SP), autora da ação, comemorou: “A decisão do Ministério Público de São Paulo de processar a deputada eleita Eduarda Campopiano é uma vitória

pedagógica e um marco contra a violência política de gênero no nosso estado. Ao exigir uma indenização de R\$ 100 mil, retratação e curso antidiscriminatório pelos ataques transfóbicos à deputada federal reeleita Erika Hilton, o MP-SP deixa nítido que a imunidade parlamentar não é um salvo-conduto para o preconceito. A nossa eleição e a de Erika Hilton provam que o projeto de sociedade que



A negação pública da identidade de gênero de parlamentar trans em redes sociais extrapola o âmbito do debate e manifestação política legítima, podendo configurar discriminação e violência política de gênero”

Trecho das representação do MP-SP

defendemos não vai recuar, e que o ódio não será mais monetizado sem consequências”, comentou.

Erika foi reeleita com 1,5 milhão de votos a deputada federal por São Paulo, enquanto Eduarda conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa paulista (Alesp) e foi a campeã do estado, com mais de 1,8 milhão de votos. Ao **Correio**, a assessoria da parlamentar eleita disse que ela não se pronunciaria.



ACIDENTE AÉREO

Doze envolvidos no caso Voepass são réus

Justiça acolhe denúncia do MPF, que aponta crime contra segurança de transporte aéreo em acidente ocorrido em 2024

» CAETANO YAMAMOTO*

Doze pessoas envolvidas no caso da Voepass irão responder uma ação penal pela morte dos 62 ocupantes do avião da companhia que caiu em Vinhedo (SP), em 9 de agosto de 2024. A Justiça Federal tornou os suspeitos em réus após denúncia do Ministério Público Federal (MPF). A decisão foi assinada anteontem pelo juiz federal substituto Leonardo Limeira Santos, da 9ª Vara Federal de Campinas. O recebimento da denúncia não significa condenação.

A denúncia trata dos crimes de atentado contra a segurança do transporte aéreo e sinistro em transporte aéreo. De acordo com o MPF, as infrações estão relacionadas não só às causas diretas do acidente, mas, principalmente, à cultura organizacional da empresa, que priorizava a economia de recursos e o lucro em detrimento da manutenção das aeronaves. Por causa dessa cultura, teria colocado em risco os passageiros e tripulantes dos últimos três voos anteriores ao acidente.

A advogada especialista em direito criminal, Izabela Jamar, explica que, do ponto de vista jurídico, os crimes relacionados à segurança da aviação estão previstos no artigo 261 do Código Penal, que pune quem expõe a perigo aeronave ou pratica atos que comprometam a segurança do transporte aéreo. Segundo a especialista, para a exposição de aeronave a perigo, a pena básica é de reclusão de dois a cinco anos. Se da conduta resultar em queda ou em destruição da aeronave, a pena passa a ser de reclusão de quatro a 12 anos. A legislação também prevê multa, quando o crime é praticado com a finalidade de obter vantagem econômica.

“No caso da Voepass, a denúncia do Ministério Público Federal aponta supostas falhas sistêmicas na manutenção das aeronaves e na gestão da segurança operacional, além de decisões que teriam privilegiado questões financeiras em detrimento dos procedimentos de segurança. A responsabilização criminal, contudo, exige a análise individual da conduta de cada acusado, das suas atribuições e do vínculo entre suas ações ou omissões e os riscos produzidos. O recebimento

Miguel Schincariol/AFP



No acidente, ocorrido em agosto de 2024, a aeronave entrou em parafuso e caiu por acúmulo de gelo nas asas, segundo as análises técnicas

da denúncia pela Justiça representa o início da ação penal, não uma condenação antecipada”, esclarece.

Entre os réus estão pessoas que compunham a cúpula da Voepass e eram responsáveis pelas decisões que propiciaram as condições para a queda do avião, um ATR 72-500 com prefixo PS-VPB. A lista conta com membros da alta administração e ocupantes de diretorias e outros postos de chefia à época do acidente. Também responderão pelos crimes dois funcionários que, embora sem cargos de comando, tiveram contribuição direta para o desfecho trágico daquele voo.

Outras quatro pessoas indicadas pela Polícia Federal, no dia 6 de agosto, após as investigações firmaram acordos de não persecução penal e, por isso, não foram incluídas na denúncia do MPF.

Investigação

As diligências demonstraram que os denunciados colocavam cotidianamente em prática diretrizes

Quem são os réus	
Nome	Cargo/Função
Marcos Hiroyuki Sato	Despachante de voo
Alex de Souza Leandro	Mecânico
William Schmidt Agatz	Gerente do Centro de Controle Operacional
Juliano Flores Pacheco	Gerente do Centro de Controle de Manutenção
Raphael Limongi de Figueiredo	Chefe do Centro de Controle Operacional
Marcel Sarquis Moura	Diretor de Operações
Tiago Passucci Morani	Inspetor-chefe e gerente de engenharia
Carlos Alberto Costa	Diretor de manutenção
Eric Consoli	Diretor técnico
Rafael Gimenez Rodrigues	Piloto-chefe
David da Costa Faria Neto	Diretor de Segurança Operacional
José Luiz Felício Filho	Dono da Voepass

internas voltadas ao corte de despesas e à continuidade da operação de aeronaves a qualquer custo, mesmo cientes de que as condutas ameaçavam a segurança de passageiros e tripulantes.

De acordo com a denúncia, os

aviões tinham registros falsos de manutenção ou passavam por reparos precários, com uso de peças de baixa qualidade e sem rastreabilidade. Enquanto isso, equipes sofriam pressões permanentes para omitir dos livros de ocorrência as

falhas que detectavam, seja durante os voos, seja nas inspeções em solo.

O órgão destaca que o acidente em Vinhedo resultou desse conjunto de decisões e práticas e poderia ter sido evitado se os denunciados tivessem agido conforme as regras da aviação. A procuradora da República Viviane de Oliveira Martinez, autora da denúncia, disse que o desastre não consistiu em um evento fortuito ou isolado, mas no desfecho previsível de um processo continuado de omissões deliberadas.

“Na manutenção preventiva, de descumprimento de normas regulatórias e de degradação consciente do gerenciamento de segurança operacional no âmbito da Voepass”, ressaltou.

Segundo o Ministério, a empresa sabia que o modelo ATR 72-500 não possui certificação ou homologação da fabricante para operar em condições críticas de gelo e mesmo assim escalou a aeronave para cumprir o trajeto entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP) naquele 9 de agosto, quando alertas indicavam

para a formação de gelo severo ao longo da rota.

Pilotos e gestores da Voepass estavam cientes da incapacidade técnica do avião, que se somou aos problemas no sistema de degelo que provocaram a perda de sustentação do veículo no ar, a pelo menos um ano, mas a falta de registro oficial das ocorrências permitia que o avião continuasse em operação.

A denúncia do MPF está fundamentada em apurações da Polícia Federal, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Defesa

Em nota, a Voepass afirmou que seguirá colaborando com o Poder Judiciário e com as autoridades competentes. “A companhia seguirá colaborando com o Poder Judiciário e com as demais autoridades competentes, fornecendo os documentos e as informações que forem solicitadas ao longo do processo. Ao longo de mais de três décadas de atuação na aviação brasileira, a Voepass manteve a segurança operacional como princípio fundamental, com procedimentos de manutenção, operação e treinamento orientados pela regulamentação aeronáutica e por suas diretrizes internas de segurança e conformidade”, diz a nota.

A empresa informa ainda que a defesa de José Luiz Felício Filho “tomou conhecimento” da decisão da Justiça e “se manifestará nos autos, no momento adequado, exercendo plenamente as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal”.

Segundo a nota, na época do acidente, Felício integrava o Conselho da Voepass e estava afastado da gestão direta e cotidiana da operação, tendo retomado a gestão executiva após o acidente.. “O executivo mantém sua confiança no devido processo legal e reitera seu respeito às autoridades e sua solidariedade aos familiares das vítimas do voo 2283”, finaliza a empresa.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

CB.PODER

Pesquisador alerta para riscos de retrocesso ambiental

» RAFAELA GONÇALVES

A polarização política e a desvalorização da ciência podem comprometer a proteção ambiental e enfraquecer instituições responsáveis pela fiscalização e conservação da biodiversidade brasileira. O alerta é do professor de engenharia florestal da Universidade de Brasília (UnB) Reuber Brandão, membro da Rede Biota Cerrado, que defende que o meio ambiente ocupa posição central no debate eleitoral e na definição dos rumos do país.

Em entrevista ao *CB Poder* Especial de Eleições, o pesquisador criticou declarações provocativas que ganham espaço nas redes sociais, enquanto questões estruturais, como a crise climática e a proteção da biodiversidade, exigem responsabilidade política e planejamento de longo prazo. “A gente não vai conseguir conversar de maneira madura, de maneira responsável, de maneira séria, com esse nível de polarização infantil”, declarou.

Brandão questionou discursos que desqualificam a ciência e põem em dúvida a atuação de órgãos ambientais. Para ele, essa visão compromete a valorização da biodiversidade e o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis. “Quando a gente pensa em tirar isso atendendo a apenas uma interpretação de entendimento de sociedade, a gente está empobrecendo a sociedade como um todo”, disse.

Ao prometer nesta semana “a maior regularização fundiária que o Pará já viu” e o fim dos “entraves ambientais por razões ideológicas”, Flávio Bolsonaro (PL) reacendeu o debate sobre a ocupação da terra. Brandão reconheceu que a segurança jurídica fundiária é um problema histórico no Brasil, mas defendeu que a regularização seja acompanhada de planejamento territorial e proteção de áreas ambientalmente sensíveis.

“O grande problema não é você pensar em questão de regularização fundiária, de dar segurança

Pedro Paulo Cardoso da Silva/CB/D.A Press



Brandão chamou atenção para os perigos de discursos negacionistas

fundiária ao produtor, de dar segurança fundiária a quem está ocupando o território. O grande problema é você reduzir a questão de conservação a um viés meramente ideológico”, afirmou.

Segundo o pesquisador, é

possível conciliar produção agropecuária, proteção de territórios indígenas e conservação ambiental, desde que as decisões considerem as características de cada região. Ele alertou ainda que o descumprimento de compromissos

ambientais pode gerar consequências econômicas, inclusive com restrições ao acesso de produtos brasileiros a mercados internacionais.

Instituições fortes

Ao avaliar a política ambiental brasileira, Brandão relacionou os resultados do combate ao desmatamento à capacidade de atuação do poder público. Ele citou a redução observada nos últimos anos na Amazônia e no Cerrado como um indicativo da importância de manter estruturas de fiscalização, monitoramento e proteção ambiental. “Isso significa não só uma preocupação com a questão ambiental, significa também fortalecimento de instituições”, enfatizou.

O pesquisador alertou para os riscos de enfraquecimento de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMBio) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Ele também defendeu a integração de dados governamentais e não governamentais e a manutenção de equipes qualificadas e estruturas adequadas para a fiscalização e a conservação ambiental.

Cerrado sob pressão

No Distrito Federal, a expansão urbana e a pressão imobiliária desafiavam a conservação. Brandão alertou que a ocupação desordenada pode comprometer a infiltração da água no solo e ameaçar nascentes. “Todas as nascentes que dependem da infiltração do solo podem secar.”

O Cerrado, segundo o pesquisador, já perdeu mais da metade da cobertura original. Para ele, os eleitores devem observar como os candidatos tratam a ciência e as mudanças climáticas. Brandão alertou para o risco de decisões políticas que desconsiderem a gravidade dos problemas ambientais.



Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação			
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias		Na quarta-feira				Comercial, venda na quarta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)			
<div><div>0,86%</div><div>São Paulo</div></div>		<div><div>205.430</div><div>206.495</div></div>		<div><div>R\$ 5,027</div><div>(+ 0,18%)</div></div>		<div><div>14/outubro</div><div>15/outubro</div><div>16/outubro</div><div>19/outubro</div><div>20/outubro</div></div> <div><div>5,028</div><div>5,086</div><div>5,073</div><div>5,048</div><div>5,018</div></div>		<div><div>R\$ 1.621</div></div>		<div><div>R\$ 5,639</div></div>		<div><div>13,65%</div></div>		<div><div>13,55%</div></div>		<div><div>Maio/2026</div><div>Junho/2026</div><div>Julho/2026</div><div>Agosto/2026</div><div>Setembro/2026</div></div> <div><div>0,58</div><div>0,16</div><div>0,07</div><div>-0,32</div><div>0,82</div></div>	
<div><div>0,86%</div><div>São Paulo</div></div>		<div><div>16/10</div><div>19/10</div><div>20/10</div><div>21/10</div></div>															
<div><div>0,69%</div><div>Nova York</div></div>																	

ENDIVIDAMENTO

Lula sanciona perdão de R\$ 12,6 bi para MEI

Além da lei que alivia dívidas dos microempreendedores, presidente lançou PEC do transporte gratuito nos fins de semana

» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, ontem, a lei que aumenta o teto de faturamento anual do microempreendedor individual (MEI) de R\$ 81 mil para R\$ 140 mil até 2028 e perdoa R\$ 12,6 bilhões em dívidas. Na mesma cerimônia, no Palácio do Planalto, Lula encaminhou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para financiar a gratuidade do transporte público coletivo. Em seu discurso, o presidente defendeu a oferta de passagens gratuitas aos sábados, domingos e feriados e afirmou que o evento talvez seja seu último ato oficial até o próximo domingo, dia do segundo turno das eleições. “Talvez esse seja o último ato que eu assino como presidente da República até o dia 25 de outubro”, declarou. As medidas integram iniciativas do governo para reduzir o endividamento dos pequenos empreendedores e aliviar o orçamento das famílias. A Lei Complementar nº 186/2026 estabelece novas regras para os microempreendedores individuais. Entre as principais mudanças estão o perdão de débitos tributários, o aumento do limite de faturamento anual e a possibilidade de contratar mais funcionários. O pacote Prospera MEI também prevê renegociação de dívidas bancárias pelo Desenrola 3.0, apoio não reembolsável de até R\$ 5 mil para investimentos e simplificação de obrigações fiscais. Os MEIs poderão ser dispensados da emissão de nota fiscal nas vendas para pessoas físicas, enquanto os nanomeis terão dispensa de notas fiscais em todas as vendas e da criação de CNPJ, conforme as regras anunciadas. Ao todo, o governo estima que 17,6 milhões de empreendedores possam ser beneficiados pelo pacote. As mudanças para os MEIs terão efeitos em etapas. O perdão das dívidas está previsto para 1º de janeiro de 2027, enquanto o limite de faturamento aumentará para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. É importante destacar que o perdão não abrange qualquer obrigação financeira. Dívidas bancárias, empréstimos, obrigações trabalhistas e tributos estaduais ou municipais não estão automaticamente

incluídos na medida, como explica o advogado Especialista em Direito do Trabalho Igor Bezerra Alves. “Também não haverá devolução dos valores que já tenham sido pagos. Existe ainda uma condição importante: para manter o benefício, o empreendedor deverá pagar regularmente as contribuições mensais com vencimento nos seis meses seguintes à entrada em vigor da medida, em 1º de janeiro de 2027. O descumprimento desta obrigação poderá resultar no cancelamento do perdão”, lembra o especialista. Outro detalhe destacado por Bezerra Alves é que a legislação preserva o direito ao benefício mesmo diante de determinadas alterações cadastrais posteriores à sua publicação. “Também é importante lembrar que a possibilidade de contratar dois empregados não afasta as responsabilidades trabalhistas e previdenciárias. O empreendedor continuará obrigado a observar o registro formal, o pagamento de salários, férias, décimo terceiro, FGTS e demais direitos dos trabalhadores”, frisa. O especialista ainda recomenda que o empresário não deve escolher o MEI olhando apenas para o valor dos impostos a serem pagos. Segundo ele, uma economia tributária imediata pode acabar se transformando em um prejuízo muito maior se o enquadramento não for adequado à realidade da empresa. “Antes de tomar essa decisão, recomendo avaliar o faturamento atual e o que se espera alcançar nos próximos anos, o número de empregados, os custos operacionais e, principalmente, se a atividade desenvolvida é permitida nesse regime. Não adianta conseguir uma tributação reduzida agora e, posteriormente, enfrentar cobranças retroativas, multas ou problemas trabalhistas por descumprimento das exigências legais”, aconselha o advogado. Na avaliação do presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, Joseph Couri, as medidas positivas sancionadas pelo presidente Lula cundizam com a defesa de correção do teto defendida pelo setor nos últimos anos. Mesmo com as melhorias, ele acredita que a ampliação do teto poderia ser adotada também para as empresas do Simples Nacional, além da questão do perdão das dívidas. Outras pautas do setor que devem ser consideradas também incluem uma correção de itens da

O que muda com a lei?

Mudanças aprovadas no Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente Lula devem ampliar número de microempreendedores no país, com a correção do teto após mais de oito anos.



QUEM É CONTEMPLADO

O perdão alcança créditos da União, inscritos ou não em Dívida Ativa, existentes até 13/10/2026, de responsabilidade de pessoas naturais regularmente enquadradas como MEI.

O QUE NÃO É PERDOADO

- Débitos posteriores a 13/10/2026;
- CMS e ISS;
- Quaisquer outros tributos que não sejam a contribuição previdenciária do DAS-MEI.

DESENQUADRAMENTO POSTERIOR

Se o MEI for desenquadrado ou excluído do Simples depois da publicação da lei, o benefício não se perde. A exceção são alterações com efeito retroativo que descaracterizem o enquadramento.

O QUE O MEI DEVE FAZER

1. Apresentar o requerimento de baixa e, se houver ação judicial, comprovar o protocolo da desistência e da renúncia. A desistência se limita aos créditos perdoados e não gera honorários.
2. Pagar em dia as contribuições que vencerem nos seis meses seguintes a 1º/1/2027. Se não pagar, o perdão é cancelado.
3. Acompanhar o ato da PGFN que vai disciplinar o procedimento.

Quem não se enquadra nesses critérios não tem como "entrar no grupo". O caminho para essas pessoas continua sendo o parcelamento ou a transação tributária.

Fonte: Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPE) e Aline Fidelis, sócia da área Trabalhista e Previdenciária do Tauli & Chequer Advogados associado a Mayer Brown

reforma tributária e que o setor deve continuar com o trabalho de levar ao governo essas reivindicações. “A medida não abarca todas as solicitações ou reivindicações das empresas do MEI. Claro que a correção automática seria muito bem vinda. Resolveu 100% dos problemas? Não. Resolveu boa parte dos problemas? Sim. Está na direção correta? Sim. Pode ser melhorado? Como em tudo na vida, pode ser melhorado, mas as medidas são boas porque

elas auxiliam as empresas do MEI e nessa base pequena da pirâmide do Simples”, avalia Couri.

Tarifa Zero

A PEC enviada por Lula ao Congresso prevê destinar pelo menos 26,8% dos recursos anuais das emendas parlamentares individuais e de bancada de execução obrigatória ao custeio da gratuidade do transporte público coletivo

O QUE O EMPRESÁRIO DEVE TER EM MENTE ANTES DE MUDAR PARA MEI?

Teto de faturamento: O limite é de R\$ 110 mil em 2027 e de R\$ 140 mil a partir de 2028. Para quem inicia atividade em 2027, o limite é proporcional: R\$ 9.166,67 por mês.

Empregados: O limite de dois empregados vale apenas para atividades no âmbito rural, que são industrialização, comercialização e prestação de serviços rurais. Mesmo nesse caso, os empregados devem receber exclusivamente um salário mínimo ou o piso da categoria. Isso exige atenção aos contratos de trabalho e ao risco de pejoitização na migração.

Licitações: Há uma vantagem adicional: a lei permite licitações exclusivas para MEIs em itens de menor valor.

pelos serviços, sem reduzir a parcela constitucional destinada à saúde. Durante o discurso, Lula afirmou que a medida pretende permitir que trabalhadores aproveitem os períodos de descanso para visitar parentes, encontrar amigos e realizar atividades de lazer sem comprometer parte do orçamento com o transporte.

“É justo que a gente faça com que o transporte seja gratuito no final de semana e feriado para que essas pessoas, ao terem tempo para descansar, possam visitar um parente, possam visitar um filho, possam visitar um pai, possam visitar um compadre, possam visitar um grupo de amigos e também receber as visitas”, afirmou.

O presidente relacionou a iniciativa à discussão sobre o fim da escala de trabalho 6x1, que prevê seis dias de trabalho para um de descanso. Segundo ele, ampliar o tempo livre dos trabalhadores precisa vir acompanhado de condições para que possam aproveitar as folgas.

Lula também relatou dificuldades que enfrentou quando trabalhava na indústria em São Paulo, período em que caminhava longas distâncias por não ter dinheiro para pagar a passagem. “Não foram poucas as vezes em que eu andava 8 km a pé porque não tinha uma maldita moeda para pagar o transporte”, contou. O presidente afirmou que pretende avaliar os resultados da medida antes de ampliar a gratuidade. “A gente não vai poder fazer tudo de uma vez, mas a gente está começando uma experiência rica para saber se essas coisas dão certo”, declarou.

Calendário

As mudanças para os MEIs terão efeitos em etapas. O perdão das dívidas está previsto para 1º de janeiro de 2027, enquanto o limite de faturamento aumentará para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Já a Tarifa Zero depende da aprovação da PEC pelo Congresso Nacional. A proposta prevê efeitos sobre a destinação dos recursos a partir do orçamento de 2027, mas a gratuidade ainda não está garantida. Se aprovada e implementada, a iniciativa poderá reduzir os gastos das famílias com deslocamentos nos fins de semana e feriados, ampliando o acesso ao lazer, à cultura e à convivência familiar.

Bancos podem aderir a leilão do Desenrola 3.0

O Ministério da Fazenda publica hoje o edital sobre o processo de adesão das instituições financeiras ao leilão do Desenrola 3.0. Na nova etapa do programa destinado à renegociação de dívidas por parte de pessoas físicas (PF) e Microempreendedores Individuais (MEIs), o governo pretende renegociar até R\$ 90 bilhões em saldos devedores de PFs, a depender da resposta dos bancos ao chamamento. De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, será publicada uma chamada de interesse para que instituições financeiras apresentem suas carteiras de crédito em que haja dívidas mais antigas — de 2 a 4,5 anos — que estariam

aptas à renegociação com o governo, do ponto de vista dos credores. Segundo Durigan, as empresas que não responderem ao chamado dentro do prazo estipulado, que se encerra na próxima quarta-feira, não terão outras oportunidades para aderirem ao leilão. “É fundamental que a gente receba (as informações) de maneira formal, nos próximos cinco dias úteis, é o prazo que nós já estamos dando, uma vez pactuado com as entidades representativas, para que cada instituição financeira apresente o volume da carteira, para que a gente se debruce, mais uma vez, aos estudos e apresente, no momento seguinte, o edital do

leilão, aí sim, de compra dessas dívidas”, explicou Durigan. “Nós estamos dando condição para que o sistema financeiro se mantenha hígido, se mantenha com condições de seguir no seu fluxo normal de negócio e, ao mesmo tempo, a gente ir curando e restabelecendo a condição para que as pessoas físicas, nesse primeiro momento, que é o nosso foco”, destacou, ainda, o chefe da pasta. O secretário de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, também explicou que no edital que deve ser publicado nesta quinta, a equipe econômica separa o chamamento em faixas de renda para que as

instituições informem as carteiras separando os devedores com rendas menores das mais elevadas. Ele frisou que a equipe do governo deve estudar as propostas antes de lançar o edital para a compra das carteiras, a depender do volume fornecido pelas empresas. “Trata-se de um chamamento muito importante para sinalizar que nós queremos entender, no detalhe, do ponto de vista dos credores, o tamanho dessa carteira, para que avaliemos essas carteiras e saíamos, até o final do próximo mês, aí sim, com um leilão para adquirir essas dívidas em um valor o menor possível com desconto de, no mínimo, 90%”, pontuou. (RP)



Segundo Durigan, instituições têm cinco dias para enviar dados



EUROPA

França espera mais protestos e greve

Líder da Confederação Geral do Trabalho anuncia "subida de nível" das manifestações e convoca paralisação geral para 5 de novembro. País se prepara para novos atos de rua no sábado. Especialistas avaliam panorama político e social

» RODRIGO CRAVEIRO

Enquanto se recupera dos distúrbios de 17 de outubro e avalia os prejuízos, a França se prepara para uma nova rodada de protestos, marcada para sábado, e para uma greve geral. Sophie Binet, líder da Confederação Geral do Trabalho (CGT), convocou os franceses a “subirem o nível” das manifestações, com a paralisação agendada para 5 de novembro. Uma reunião entre Binet e o primeiro-ministro, Sébastien Lecornu, terminou sem resposta às reivindicações do sindicato. “Chegou o momento de subir o nível da mobilização; a greve deve assumir o protagonismo”, anunciou a sindicalista. Pela terceira noite consecutiva, as autoridades decretaram toque de recolher em alguns bairros de Paris, entre 23h e 6h (das 18h à 1h, pelo horário de Brasília). Dessa vez, dois setores da capital terão a circulação restrita: a Praça da República e Les Halles, uma tradicional área comercial.

Lecornu anunciou o destacamento massivo de policiais para evitar novos tumultos durante os protestos de sábado. Nas manifestações do último fim de semana, ao menos 2.500 pessoas foram detidas, das quais 174 ainda estão na prisão aguardando julgamento ou condenadas. O movimento de contestação social começou com estudantes insatisfeitos, que exigiam melhorias na educação, e ganhou a adesão dos chamados “coletes amarelos”, movimento que busca denunciar o alto custo de vida no país e se pauta por outras insatisfações populares. Édouard Goffray, ministro da Educação, anunciou que, na segunda-feira, apresentará suas “primeiras decisões” às organizações estudantis.

Professor de ciência política da Universidade Paris 8, Yves Sintomer disse ao **Correio** que é muito difícil prever o que ocorrerá no sábado. “Há uma revolta contra a violência policial, a desigualdade social e a falta de democracia, que faz com que a juventude não seja escutada pela classe política. A repressão foi muito forte. Isso pode estimular com que muitas pessoas não saiam às ruas. Há muita incerteza sobre quem protestará neste sábado: estudantes, universitários e coletes amarelos”, advertiu. Para Sintomer, o governo tem provocado a tensão social dos últimos dias. “A sociedade francesa é marcada por uma grande desigualdade. Os serviços públicos estão precarizados,

Kenzo Tribouillard/AFP



Funcionário da Prefeitura de Paris remove pichações da Praça da República, no coração da capital, depois das manifestações de sábado

e existe um sentimento de injustiça social. Além disso, o sistema político não tem sido capaz de responder às demandas da população e, principalmente, da juventude, cujo voto não é obrigatório. A França também enfrenta forte polarização política.”

O estudioso da Universidade Paris 8 lembrou que a CGT e outras federações sindicais fizeram um chamado para uma greve geral em exatamente duas semanas. “É bem possível que vejamos uma confluência de sindicatos, dos coletes amarelos e dos estudantes para adesão ao movimento. A paralisação de 5 de novembro pode dar início a um período de agitação social ainda mais intenso. As próximas semanas serão decisivas para o futuro do movimento”, disse Sintomer. “A raiva da população é muito grande, assim como o medo da repressão policial.”

Sylvain Boulouque, professor da Universidade de Reims e especialista em história do comunismo e do anarquismo, explicou ao **Correio** que existe uma questão política importante em jogo. “O governo basicamente culpa o

Eu acho...

Arquivo pessoal



“O governo foi totalmente incapaz de entender as raízes dos protestos e a força dos manifestantes. Existe uma dificuldade das autoridades para saírem da crise. Há elementos da extrema-esquerda que confrontaram a polícia. Mas eles não são causa a principal. O governo diz que a esquerda radical e seu líder, Jean-Luc Mélenchon, têm

culpa enorme pela violência. Isso é uma instrumentalização política. São poucos os elementos para provar isso. O próprio Mélenchon repudiou a violência, por entender que ela enfraquece os movimentos de massa.”

YVES SINTOMER, professor de ciência política da Universidade Paris 8

líder da extrema-esquerda, Jean-Luc Mélenchon pelos distúrbios e pelos saques, enquanto Mélenchon responsabiliza o governo por uso excessivo da força”, afirmou. “Isso se enquadra no campo das manobras políticas tradicionais. Os manifestantes que protagonizam os distúrbios pertencem a uma vertente política

diferente dentro do espectro de esquerda — a ‘ultraesquerda’ (ativistas autônomos, comunistas sindicais, ex-maoístas e anarquistas), que se recusa a participar das eleições e detesta o líder da França Insubmis- sa. Embora parte dos distúrbios contra as forças de segurança e os símbolos do capitalismo venha,

de fato, da ultraesquerda, é preciso, além disso, distingui-la dos saqueadores, que estão próximos ao banditismo.”

“Estúpidos”

Ante comentários de líderes estrangeiros, como Donald Trump, que condenaram os protestos do último sábado, o presidente francês, Emmanuel Macron, qualificou as declarações como “estúpidas”. Em visita a Doha, capital do Catar, ele considerou inaceitáveis os comentários, alguns deles baseados em imagens criadas por inteligência artificial (IA), e lamentou que dirigentes façam “campanha às custas” da França. Um claro recado a Trump, que deposita todas as fichas na eleição de meio de mandato de 3 de novembro — cruciais para a retomada do controle da Câmara dos Representantes e do Senado pelo Partido Democrata (oposição). “Quando vejo líderes que estão em campanha, seja na região ou do outro lado do Atlântico, que às vezes, com credulidade, repetem o que aparece na IA (...), percebo que fazem campanha às nossas custas”, lamentou Macron.

Thomas Coex/AFP



Javier Milei chamou Pedro Sánchez de “ladrão” e “corrupto”

Milei ofende a Espanha

A pouco mais de um mês das eleições gerais da Espanha, o presidente da Argentina, Javier Milei, ofendeu o premiê espanhol, Pedro Sánchez, durante visita a Madri, que teve o objetivo de demonstrar apoio à direita. “A Espanha soube acolher centenas de milhares de argentinos que fugiram da miséria e da falta de futuro, fruto do sinistro socialismo do século 21 e de sua filial argentina, o ‘kirchnerismo’, e vocês sofrem regularmente com o inaceitável ditador Pedro Sánchez”, disparou Milei. Os insultos não pararam por aí: o líder ultralibertário de 55 anos chamou Sánchez de “ladrão” e de “corrupto”. Também pediu aos espanhóis que expulsem os socialistas “a pontapé” — uma referência ao próprio premiê, que comanda o Partido Socialista (PS).

A resposta da Espanha veio com uma declaração do Ministério das Relações Exteriores e uma publicação do premiê em seu perfil no Instagram. A chancelaria de Madri expressou sua “mais enérgica condenação” aos “insultos e calúnias” de Milei. “A Espanha não aceita ingerências externas, nem ataques e injúrias ao seu presidente”, advertiu. Sánchez usou a rede social para publicar, em seu story, a música intitulada *Fanático*, da cantora argentina Lali Espósito, crítica de Milei.

Professor de ciência política da Universidade de Buenos Aires (UBA), Miguel De Luca explicou ao **Correio** que a estratégia usada por Milei, ao atacar adversários busca a polarização. “Também é uma forma de buscar identificação com a linguagem popular”, observou. “Milei costuma ter falas e comportamentos inadequados para líderes de outros países. Ele se comporta dessa maneira com autoridades, jornalistas ou acadêmicos da Argentina. Até o momento, isso não trouxe consequências.” (RC)

VATICANO

Médicos dispensam papa de tratamento adicional

O Vaticano anunciou ontem, em comunicado, que o papa Leão XIV não terá de passar por tratamentos complementares para o câncer detectado em seu pulmão esquerdo e removido na terça-feira 13 de outubro. O texto afirma que a cirurgia foi “plenamente bem-sucedida”, e os exames posteriores confirmaram que o nódulo extraído não deixou sequelas.

“As análises histológicas e de biologia molecular do tecido removido durante a cirurgia a que o Santo Padre foi submetido foram concluídas hoje”, diz o boletim, assinado pelo médico pessoal do pontífice, Luigi Carbone, e pelo doutor Stefano Margaritora, cirurgião torácico que liderou a equipe

na operação. “Os resultados confirmaram que se tratava de um adenocarcinoma pulmonar, e que estava localizado”, afirmam os médicos. “A avaliação oncológica subsequente confirmou que não é necessária nenhuma terapia complementar.”

O adenocarcinoma é o tipo mais comum de câncer do pulmão. Responde por cerca de 40% das ocorrências, tem evolução lenta e afeta com maior frequência os não fumantes — como é o caso do papa. Quando anunciou que teria de passar por cirurgia para remover um nódulo, no último dia 11, Leão XIV causou choque dentro e fora do Vaticano, pelo seu histórico de uma vida regrada.

Tiziana Fabi/AFP



Leão XIV acena para os fiéis na Praça São Pedro: agenda retomada

O pontífice, de 71 anos, teve alta hospitalar quatro dias depois da cirurgia, e no dia seguinte fez a primeira aparição pública desde o anúncio da operação, profereindo a tradicional bênção dominical do Angelus do balcão do Palácio Apostólico. Ontem, Leão XIV apareceu plenamente recuperado na audiência geral semanal das quartas-feiras, no Vaticano, desfilando no papamóvel entre os fiéis na Praça São Pedro. “Essa experiência me deu um sentimento profundo de proximidade com todos que estão passando por doenças e enfermidades”, disse aos peregrinos.

O teor do boletim parece abrir

caminho para a confirmação da viagem planejada para a América do Sul, entre 6 e 17 de novembro — e colocada em dúvida pelo diagnóstico anunciado há 10 dias. O roteiro prevê escalas no Peru, onde o primeiro papa norte-americano atuou como bispo e adquiriu cidadania, além de Uruguai e Argentina. Para cumprir a programação, serão necessários 14 voos.

A turnê não tem ainda confirmação oficial da Santa Sé, mas o cirurgião que chefiou a equipe sinalizou com a liberação do pontífice. Falando ao *Vatican News*, o doutor Stefano Margaritora afirmou que não vê “nenhuma razão clínica” para o cancelamento da viagem.

VISÃO DO CORREIO

Sinal de alerta vem da Europa

A onda contagiosa de protestos sociais que varre a Europa traz elementos que o Brasil deveria observar com atenção. Tanto mais na reta final para uma eleição presidencial que é não apenas a mais disputada — e incerta — desde o fim do regime militar. Aqui, como nas convulsões que abalam França, Itália, Espanha, Bélgica e outros países do Velho Mundo, o que está em jogo são os termos daquilo que o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau definiu, no século 18, como o contrato social.

Não por acaso, é na França de Rousseau que a tensão tange os limites da ruptura, colocando em questão a própria sobrevivência da 5ª República. Ali, como nos vizinhos europeus, o que estremece e dá sinais evidentes de fadiga é o estado de bem-estar social construído no pós-Segunda Guerra Mundial. Em boa parte, naquela altura, o objetivo imediato era contrapor uma oferta de prosperidade ao prestígio conquistado pela União Soviética na vitória sobre a Alemanha nazista.

A oferta de um capitalismo com “vocação humana” bastou por quatro décadas para conter a ascensão dos Partidos Comunistas — em especial, na Itália e na França. A débâcle da URSS e do bloco socialista europeu, no início dos anos 1990, deu lugar à desconstrução paulatina da rede de proteção social erguida na Guerra Fria. Sob o lema da “revolução conservadora”, encabeçada por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, a Europa Ocidental abraçou os cânones da austeridade fiscal e passou à desmontagem do chamado “welfare state”.

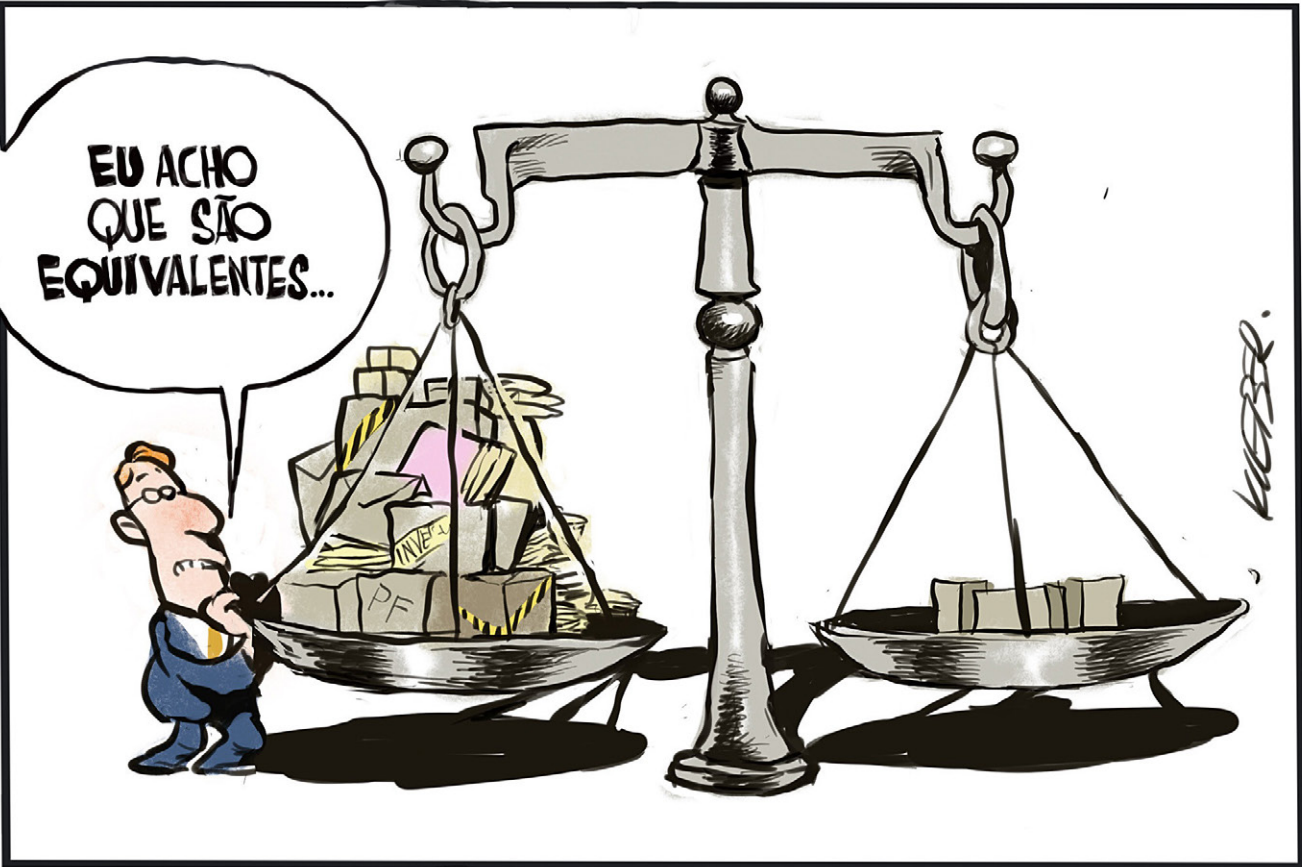
A transição ao neoliberalismo, como não poderia deixar de ser, se fez e se faz em meio a um caldeirão de tensões na sociedade. Não por acaso, a recente onda de protestos na Europa descreve um arco geracional. Nas ruas, a face predominante é

a dos jovens, que amargam no presente a degradação da educação pública e, como desdobramento, enxergam um futuro desprovido dos direitos que os pais desfrutaram. Na retaguarda, porém, estão os idosos, uma categoria etária que enfrenta os anos de “vacas magras” quando mais carece da proteção social. É o drama ilustrado pela morte, na Espanha, de uma idosa despejada por já não poder pagar o aluguel, estopim da turbulência política que levou o país a eleições antecipadas.

O Brasil começa a confrontar um desafio semelhante, com o crescimento da população idosa e o estreitamento do mercado de trabalho para a juventude. Noves fora, uma porção cada vez menor da população, engajada no mercado de trabalho formal, está chamada a sustentar a massa de aposentados com expectativa de vida em alta e, ao mesmo tempo, a nova geração que já não encontra espaço na economia formal.

O caldeirão sociopolítico da Europa deve ser observado, do Brasil, como um sinal estridente de alerta. Por aqui, nem mesmo as gerações que se encaminham à aposentadoria chegaram a desfrutar de um bem-estar comparável ao oferecido aos idosos europeus. E têm pela frente um futuro ainda mais sombrio, compartilhado em tons extremos por uma juventude que assiste não apenas à degradação do ensino, mas contempla a precarização, paulatina mas incessante, das relações de trabalho.

Equacionar esse desafio existencial deveria ser o centro da discussão nacional no ciclo eleitoral que se encerra dentro de três dias. Não foi, por razões que escapam ao alcance deste editorial. De objetivo, resta a constatação de que, por mais quatro anos, o país seguirá rodando em falso, como parafuso em rosca espanada, sem respostas a caminho para desafios que se amontoam e se agravam. As ruas da Europa em chamadas sugerem o cenário que nos aguarda.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** sredat.df@dabr.com.br. O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Reversão na JK 1

O agente do DER (Departamento de Estradas e Rodagens) disse ao **Correio** que não houve nenhum tipo de desordem no primeiro dia de reversão na Ponte JK. Não teve um pouquinho, teve muito. Deu dó do povo parado lá no balão do Setor de Clubes. Os ônibus e os caminhões não conseguem subir aquela ladeira com velocidade, e isso acaba travando tudo. Das duas transversais, praticamente só uma foi usada. Também não entendi nada sobre onde o povo que desceu pela transversal estava desembocando. Estavam jogando para o Setor de Clubes? Mas estava tudo travado lá.

» **Joanna Alcântara**
Brasília

Reversão na JK 2

O pedido original previa a reversão em um grande trecho da DF-001, mas o Detran temia um grande gargalo no acesso à L4. Na época da obra do balão da Esaf, também fizemos propostas para o uso da DF-035, a subida do Big Box, quando no acesso ao Jardim Botânico. Vejo que, no caso de agora, da reversão na Ponte JK, o DER fez um experimento, e todas as críticas são bem-vindas. Parabéns à comunidade que experimentou com calma e atenção aos detalhes dos agentes, o que não permitiu que houvesse acidentes.

» **Livino Neto**
Brasília

Cegueira e incerteza

Neste país, sempre teve direita e esquerda, mas acredito que o respeito à soberania era algo comum aos dois lados. Hoje, temos uma “doença” que funciona assim: não importa se será ruim para mim ou para todos, quero que a minha vontade impere sobre qualquer outra. Ou seja, nem consigo perceber que eu posso ser tão danificado quanto todos. Resumindo: o que eu tenho hoje é muita incerteza e preocupação com o futuro; medo do que o que está possa piorar, e muito.

» **Roberta Santos**
Brasília

Decência

Somos treinados, desde os primórdios da infância, a fazer higiene corporal, a tomar banho, a escovar os dentes e a lavar as mãos, mas não aprendemos a descontaminar nossa psique, a fazer uma faxina em nossa mente, a reeditar a fonte inconsciente que emana ideias e preocupações angustiantes. Eis um

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

No artigo *O efeito dunning-kruger nas eleições*, o publicitário e consultor de estratégia Rafael Marol escreve sobre um fenômeno comum na polarização: pessoas que superestimam a própria capacidade de compreensão de um determinado assunto justamente por não dispor do conhecimento necessário para avaliar o que não sabem. Confira no site do **Correio**

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Nesta eleição medíocre, a estratégia não foi apresentar programas de governo com bons projetos para o Brasil. Foi destruir as candidaturas adversárias, demagogias, utilização abusiva da máquina pública etc.

Marcos Gomes Figueira — Sudoeste

O brasileiro tem memória curta e precisa ser estudado: e pensar que, há pouco tempo, houve uma tentativa de golpe e um plano para matar Lula, Alckmin e Moraes!

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Que tal quebrar o sigilo do cartão corporativo de Lula? Isso, sim, ficaria interessante.

Pedro Elder — Vitória (ES)

Deveria haver quebra de sigilo de todos os envolvidos na política. Só assim, evitaria a corrupção. Mas isso só é lembrado pelos que convém e quando convém.

Wesley Silveira — Vitória da Conquista

paradoxo pernicioso! Não apenas pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar uma universidade, mas médicos, juizes, promotores, procuradores, governantes e políticos em geral, com raras exceções, que têm notável saber acadêmico podem viver uma vida miserável se não aprenderem o código da decência e probidade como gestor psíquico para filtrar estímulos gananciosos, nefastos e ilícitos. Seu ânimo, seu prazer, seu poder, sua disposição mental, flutuarão como barco sem leme e sem âncora em mar aberto, se afundarão pela psique falta de moral e caráter.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras



Aponte a câmera e confira os vídeos na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM
R\$ 1.187,88
360 EDIÇÕES (promocional)

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza comenta as principais polêmicas que tomam conta da disputa pela Presidência da República a três dias do pleito. Entre elas, o desafio de quebra dos sigilos telefônicos e bancários feito por Lula e a promessa de congelamento das dívidas de pessoas físicas e jurídicas feita por Flávio Bolsonaro.

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A Amazônia não pode esperar pelo fogo



» ALDENOR DE SOUZA RABELO
Procurador do Estado do Amazonas e presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas

» JOSÉ GEBRAN BATOKI CHAD
Procurador do Estado do Amazonas e secretário adjunto da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas

Todos os anos, a fumaça volta a encobrir o céu do Amazonas. Sufoca a população, ameaça a saúde e anuncia a destruição de um dos maiores patrimônios naturais do planeta: a Floresta Amazônica. O que deveria provocar indignação permanente, entretanto, corre o risco de se tornar parte da rotina. O combate às queimadas não pode começar apenas quando o fogo aparece. A Constituição Federal impõe ao poder público, em todas as esferas, o dever de proteger o meio ambiente, prevenir a degradação e responsabilizar aqueles que o destroem. O fogo se combate no campo, mas a prevenção começa muito antes: no planejamento, na fiscalização, na estruturação dos órgãos ambientais e na execução de políticas públicas juridicamente sólidas. É nesse trabalho, muitas vezes invisível à população, que a Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) exerce papel fundamental.

A procuradoria é responsável pela representação judicial e pela consultoria jurídica do Estado. Na área ambiental, a atuação contribui para assegurar que as decisões administrativas respeitem a Constituição, tenham segurança jurídica e estejam comprometidas com a proteção da natureza e da população. Esse trabalho compreende a atuação em processos judiciais, a defesa jurídica das instituições ambientais, como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), e a orientação jurídica das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar e pelos demais órgãos estaduais. Também alcança questões relacionadas ao desmatamento, à recuperação de áreas degradadas, à regularização fundiária, à proteção de unidades de conservação e ao desenvolvimento sustentável. A PGE não substitui os órgãos responsáveis pela fiscalização ou pelo combate ao fogo. A missão é assegurar o suporte jurídico necessário para que essas instituições atuem de forma coordenada, eficiente e dentro da legalidade. Mas há uma dimensão ainda mais importante nessa atuação: a continuidade das políticas públicas. Governos passam. A floresta permanece — ou deveria permanecer. A proteção dela não pode obedecer o calendário eleitoral, tampouco depender da urgência provocada pela fumaça. Exige políticas de Estado, compromissos duradouros e instituições capazes de assegurar a continuidade. É precisamente essa a essência da Advocacia Pública de Estado, e não de governo: defender o

interesse público para além das circunstâncias políticas e das mudanças de gestão. Para cumprir essa missão, é indispensável assegurar às procuradorias autonomia administrativa e financeira, permitindo-lhes gerir recursos, estruturar quadros e planejar atividades com independência institucional. Trata-se de uma garantia essencial para que a defesa do interesse público não fique subordinada às conveniências políticas de cada governo. Igualmente essencial é preservar a unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica do Estado, conforme o artigo 132 da Constituição Federal. A existência de estruturas jurídicas paralelas enfraquece a unidade de orientação, fragmenta responsabilidades e compromete a segurança jurídica das políticas públicas. Uma procuradoria autônoma, estruturada e fortalecida representa a garantia de um Estado mais eficiente, de políticas públicas duradouras e de uma Amazônia efetivamente protegida. Mas a responsabilidade não se esgota na atuação jurídica. É indispensável intensificar a fiscalização ambiental, combater a grilagem de terras, promover atividades econômicas sustentáveis, estruturar os órgãos de proteção e responsabilizar tanto aqueles que destroem nosso patrimônio natural quanto os agentes públicos, que, tendo o dever de protegê-lo, se omitem no cumprimento de seus deveres legais. Afinal, proteger a Amazônia exige mais do que combater as chamas. Exige impedir que a omissão se torne rotina e que a fumaça seja, todos os anos, o único aviso de que a floresta precisa ser defendida.



A tesoura de Flávio Bolsonaro: quem vai sentir o corte?



» RODRIGO SPADA
Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e presidente da Febrafite (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais)

Flávio Bolsonaro importou da Argentina de Javier Milei uma tesoura que, segundo ele, vai cortar R\$ 250 bilhões de gastos do governo federal. O que ainda não se sabe é para onde o candidato, caso eleito, pretende apontá-la. Se o caminho for o mesmo de Milei, que inspira a política econômica de Flávio, a estrutura de proteção social do Estado brasileiro está em risco. A cifra apareceu nas discussões de sua equipe econômica, mas ainda não foi acompanhada de uma explicação convincente sobre sua execução. Flávio nega que pretenda atingir benefícios sociais ou retirar recursos da saúde e da educação. Resta saber como produzir uma economia dessa dimensão sem afetar serviços essenciais, especialmente num orçamento em que boa parte das despesas já tem destinação obrigatória. Ninguém discute que o Brasil precisa cuidar de suas contas. Desperdícios devem ser combatidos, estruturas precisam ser aperfeiçoadas e o dinheiro público deve ser gasto com responsabilidade. Mas há uma diferença considerável entre administrar melhor o Estado e simplesmente reduzir sua capacidade de atuação. Um corte pode melhorar uma planilha e, ao mesmo tempo, produzir um prejuízo muito maior para a sociedade. Há, aliás, uma conta bilionária que costuma ficar longe das tesouras. Segundo levantamento

da Unafisco Nacional, os benefícios tributários devem ultrapassar R\$ 900 bilhões em 2026. Desse total, cerca de R\$ 618 bilhões são classificados pela entidade como privilégios fiscais, por não apresentarem contrapartidas econômicas ou sociais adequadamente comprovadas. É evidente que nem toda isenção constitui privilégio. Há incentivos necessários ao desenvolvimento, à geração de empregos e à redução das desigualdades. Mas há também benefícios que atravessam governos sem avaliações consistentes sobre seus resultados. Por que não começar por eles? Por que o orçamento de um hospital ou de uma universidade precisa justificar cada centavo, enquanto vantagens tributárias bilionárias nem sempre enfrentam o mesmo escrutínio? E há uma contradição adicional nessa história. Para enfrentar privilégios fiscais, combater a sonegação e melhorar a arrecadação, o Brasil precisa de estruturas de fiscalização fortes. Mas o exemplo argentino, que serve de inspiração a Flávio Bolsonaro, aponta para outra direção. Em outubro de 2024, Javier Milei dissolveu a Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP), equivalente à Receita Federal brasileira, e criou em seu lugar a Agência de Arrecadação e Controle Aduaneiro (ARCA). A reforma foi anunciada com a previsão de desligamento de 3.155 funcionários, redução de 45% dos cargos superiores e eliminação de gratificações de dirigentes. Era mais um capítulo da política de cortes que ficou conhecida como “motosserra”. O caso argentino traz uma pergunta incômoda para o debate brasileiro: como enfrentar a sonegação e rever privilégios tributários sem preservar a capacidade do Estado de fiscalizar? Afinal, não basta querer arrecadar melhor. É preciso ter quem fiscalize, investigue e cobre os tributos devidos.

Nós, que representamos servidores públicos, conhecemos as limitações e os problemas da administração brasileira. Não defendemos desperdícios, estruturas ineficientes ou privilégios corporativos. Defendemos um Estado eficiente. E sabemos, pela experiência de quem acompanha diariamente a execução das políticas públicas, o que acontece quando faltam profissionais, equipamentos e recursos. O resultado aparece nas filas do SUS, nas escolas sem estrutura, na fiscalização insuficiente, na demora para conceder benefícios e na dificuldade de levar serviços aos municípios mais distantes. Cortar recursos pode ser uma decisão tomada em Brasília, mas suas consequências são sentidas muito longe dos gabinetes. É preciso também abandonar a ideia de que o serviço público existe apenas para consumir recursos. Uma fiscalização eficiente combate a sonegação e protege a arrecadação. A vigilância sanitária evita doenças e prejuízos. A educação forma profissionais. A pesquisa pública produz conhecimento e tecnologia. Há despesas que representam investimentos na capacidade do próprio país de crescer e prosperar. O debate sobre os R\$ 250 bilhões, portanto, não pode ficar restrito à promessa de um número vistoso. É preciso saber de onde sairão os recursos, quais atividades serão atingidas e quem suportará as consequências. Também é necessário discutir as renúncias fiscais, os subsídios e as distorções que recebem muito menos atenção do que os gastos com serviços públicos. O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, mas não pode confundi-la com o desmonte de sua estrutura de proteção social. A tesoura pode até ser útil para eliminar desperdícios e privilégios. O que não podemos admitir é que ela encontre sempre o mesmo destino: os serviços de que a população mais precisa.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O que as guerras nos tiraram

Existe um exercício incômodo, mas necessário: imaginar o mundo de hoje se 1914 e 1939 tivessem sido apenas anos comuns no calendário. A história não admite certezas sobre o que não aconteceu, e qualquer cenário alternativo é, por definição, especulação. Mas a especulação baseada em fatos serve para medir o tamanho da perda.

Números já nos dizem

A Primeira Guerra Mundial deixou de 9 a 10 milhões de militares mortos e aproximadamente 20 milhões de feridos, além de milhões de civis vitimados pela fome, pelas deportações e pelas doenças. Foi a primeira guerra industrial em escala planetária, em que a metralhadora, a artilharia pesada e o gás venenoso transformaram jovens em estatística. O continente que se julgava o centro da civilização descobriu que a técnica sem freios morais produzia barbárie. A Segunda Guerra superou esse horror. Estima-se que entre 70 e 85 milhões de pessoas morreram, algo em torno de 3% da população mundial da época, a maioria civis. Nesse total, estão os cerca de 6 milhões de judeus assassinados no Holocausto, os milhões de soviéticos e chineses mortos em combate, em cercos e em massacres, e as centenas de milhares de vítimas das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Cidades inteiras, como Varsóvia, Dresden, Stalingrado e Nanquim, foram reduzidas a escombros. Pela primeira vez, a humanidade criou meios de destruir a si mesma.

Um mundo sem 1914

Se a Primeira Guerra não tivesse ocorrido, é plausível supor que os impérios europeus ainda existissem por mais tempo, ao menos em formas transformadas. O Império Austro-Húngaro, o Otomano e o Russo enfrentavam tensões internas profundas, e é razoável imaginar reformas graduais, e não o colapso violento que de fato ocorreu. Sem a guerra, a Revolução Russa de 1917 talvez não tivesse acontecido do modo como aconteceu, já que foi o desgaste do conflito que minou o regime czarista. Sem ela, não haveria União Soviética, e a Guerra Fria, tal como a conhecemos, perderia sua principal origem. O Tratado de Versalhes, que humilhou a Alemanha e impôs reparações pesadas, também não existiria. Muitos historiadores veem nele um dos fatores que alimentaram o ressentimento alemão, a hiperinflação de 1923, a instabilidade da República de Weimar e, por fim, a ascensão de Hitler. Sem a Grande Guerra, o caminho que levou ao nazismo teria sido muito menos provável.

Um mundo sem 1939

Imagine-se agora o que teria sido preservado: dezenas de milhões de vidas e, com elas, as famílias que nunca nasceram, os cientistas, artistas, professores e trabalhadores que jamais produziram o que poderiam ter produzido. Há também o capital material. Entre 1914 e 1945, as economias europeias e asiáticas consumiram recursos colossais em armamentos, destruição e reconstrução. O dinheiro gasto em canhões, navios e bombardeiros poderia ter financiado escolas, hospitais, ferrovias e pesquisa. A reconstrução do pós-guerra, simbolizada pelo Plano Marshall, exigiu bilhões de dólares apenas para devolver ao continente o que ele já possuía. Um mundo sem as guerras teria partido de uma base muito mais elevada de desenvolvimento.

O argumento do progresso

Costuma-se objetar que as guerras aceleraram o progresso tecnológico: o radar, a produção em massa da penicilina, os motores a jato, os primeiros computadores e a energia nuclear nasceram ou amadureceram sob a pressão do conflito. O argumento é real, mas enganoso. Que a guerra tenha concentrado esforços e recursos não prova que o mesmo avanço fosse impossível em tempos de paz. Prova apenas que as sociedades só mobilizam o melhor de si diante da ameaça de aniquilação, uma escolha trágica, não uma necessidade. A penicilina foi descoberta em 1928, em tempo de paz, e a física nuclear já avançava nos laboratórios europeus antes de qualquer bomba.

O mapa redesenhado

A divisão da Alemanha, a Guerra Fria, a corrida armamentista e a criação do Estado de Israel em meio ao trauma do Holocausto, com os conflitos que se seguiram no Oriente Médio, são desdobramentos diretos do que ocorreu entre 1914 e 1945. Mesmo o arsenal nuclear que hoje paira sobre a humanidade é herança dessa época.

A lição deixada

É essa a verdadeira lição. Num momento em que o mundo volta a assistir a guerras em solo europeu, a corridas armamentistas e à ascensão de discursos de ódio, lembrar o que as duas guerras mundiais custaram deixa de ser exercício acadêmico e passa a ser um dever cívico. A paz não é o estado natural das sociedades. É uma conquista frágil, que exige diplomacia, memória e vigilância permanentes. O século 20 já nos mostrou, com 100 milhões de mortos, o que acontece quando esquecemos isso.

» A frase que foi pronunciada

“Os guerreiros mais fortes de todos são estes dois: o tempo e a paciência.”

Liev Tolstói

» História de Brasília

A propósito de notícias publicadas nesta coluna, queremos informar as professoras que uma verba quando é liberada não é paga no mesmo dia. Vai ao Tribunal de Contas, vai à Divisão de Orçamento, vai ao Contencioso e, finalmente, chega à Pagadoria. (Publicada em 26/5/1962)

Calor inevitável

Com o descumprimento das metas de emissão de gases de efeito estufa, o mundo caminha para uma temperatura de 2,6°C acima do nível pré-industrial até 2100. ONU garante, porém, que é possível intervir para reduzir danos

» PALOMA OLIVETO

A possibilidade de limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais foi perdida. Agora, ainda que os países cumpram integralmente seus compromissos climáticos recentes, o acréscimo na temperatura do planeta pode chegar a 2,6 °C em 2100, tendo como comparação o fim do século 19. O alerta é de um relatório divulgado ontem em Nairóbi, no Quênia, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O *Relatório sobre a Lacuna de Emissões* traz uma avaliação atualizada da distância entre as emissões projetadas a partir dos compromissos climáticos dos países e aquelas necessárias para cumprir as metas do Acordo de Paris. A conclusão é de que as promessas atuais estão muito aquém do necessário, mesmo quando se considera a implementação integral das novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os compromissos nacionais de redução de gases de efeito estufa.

Para limitar o pico do aquecimento a aproximadamente 1,7°C a 1,8°C, com 66% de probabilidade, e retornar a 1,5°C até 2100, com cerca de 50% de chance, as emissões globais precisariam cair 18% até 2030, 45% até 2035 e 69% até 2040, em relação aos níveis de 2025. A trajetória também exige que as emissões globais de dióxido de carbono (CO2) atinjam o patamar líquido zero por volta de 2050.

O problema é que o esforço necessário é muito superior ao previsto nos compromissos nacionais. Segundo o Pnuma, a implementação integral das novas NDCs permitiria reduzir as emissões globais em apenas 5% a 8% até 2030 e em 11% a 15% até 2035, em comparação com 2025. A diferença entre o que os países se comprometem a fazer e o que seria necessário para seguir a trajetória de menor ultrapassagem de 1,5°C é de aproximadamente 5 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2030; e 16 bilhões de toneladas, em 2035.

Remoção

O cenário mais ambicioso ainda considerado viável pela análise prevê que a temperatura ultrapasse 1,5°C temporariamente, atingindo um pico entre 1,7°C e 1,8°C. A partir daí, seria necessário reduzir as emissões e retirar grandes quantidades de carbono da atmosfera para que o planeta voltasse ao limite até o fim do século. O relatório estima que essa trajetória dependeria da remoção e do armazenamento permanente de aproximadamente 320 bilhões de toneladas de CO2 ao longo deste século.

A capacidade de realizar uma remoção de carbono dessa magnitude, entretanto, é incerta. O desenvolvimento e a ampliação das tecnologias necessárias envolvem desafios tecnológicos, econômicos e socioambientais. Por isso, o documento enfatiza que a retirada de carbono não substitui a redução das emissões na origem.

“Cada fração adicional de grau e cada ano adicional de aquecimento acima de 1,5°C aumentarão os impactos e os riscos climáticos”, alerta Inger Andersen, diretora-executiva do Pnuma. A publicação destaca a possibilidade de mudanças irreversíveis em sistemas naturais, incluindo mantos



Inundações mortais, ondas de calor brutais, incêndios florestais devastadores, vidas perdidas, economias paralisadas, desigualdades cada vez mais profundas, e aqueles que têm menos responsabilidade são os que sofrem primeiro e com maior intensidade

Antônio Guterres, secretário-geral da ONU

de gelo, permafrost — solo que permanece congelado por longos períodos —, circulação oceânica e recifes de coral, além do agravamento dos impactos sobre as populações humanas. “Inundações mortais, ondas de calor brutais, incêndios florestais devastadores, vidas perdidas, economias paralisadas, desigualdades cada vez mais profundas, e aqueles que têm menos responsabilidade são os que sofrem primeiro e com maior intensidade”, comentou o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres.

Incerteza

As emissões globais de gases de efeito estufa chegaram a 58,4 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2025, segundo as estimativas preliminares. O volume foi semelhante ao de 2024, com uma redução estimada de apenas 0,1 bilhão de toneladas. A margem de incerteza, contudo, é de aproximadamente 5,5 bilhões de toneladas para mais ou para menos, o que impede concluir que as emissões tenham efetivamente atingido um pico ou iniciado uma trajetória consistente de queda.

A aparente estabilidade esconde movimentos diferentes entre os gases e os setores econômicos. As emissões de CO2 decorrentes da queima de carvão, petróleo e gás natural continuaram aumentando em 2025, assim como as de óxido nitroso e gases fluorados. As emissões de meta-no permaneceram praticamente estáveis em relação ao ano anterior.

O resultado agregado foi influenciado pela redução de aproximadamente 0,5 bilhão de toneladas de CO2 equivalente nas emissões relacionadas ao uso da terra, à mudança do uso da terra e às florestas. Parte dessa queda foi associada à diminuição das emissões decorrentes da queima de biomassa e dos incêndios florestais, após uma temporada intensa em 2024.

O relatório ressalta que essa redução não deve ser confundida com uma transformação estrutural do sistema energético. No conjunto dos países do G20, responsáveis por cerca de 76% das emissões globais, as emissões, excluídas as relacionadas ao uso da terra, aumentaram 0,7% em

Rawpixel/Divulgação



As emissões globais de gases de efeito estufa chegaram a 58,4 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2025, segundo as estimativas preliminares do Pnuma

2025. Entre 2016 e 2025, o crescimento anual médio das emissões globais foi de 0,8%, abaixo dos 1,7% registrados entre 1990 e 2015, mas ainda incompatível com os cortes exigidos pela meta climática.

Desigualdade

A distribuição dos resultados entre os países também revela um quadro desigual. Ao longo da última década, 63 nações, incluindo o Brasil, reduziram suas emissões, em um total de 1,8 bilhão de toneladas de CO2 equivalente. No mesmo período, 124 aumentaram as emissões, somando mais 7,2 bilhões de toneladas. O avanço de um grupo, portanto, foi mais do que compensado pelo crescimento registrado no outro.

O número de países que apresentaram novas metas climáticas para 2035 aumentou desde a edição anterior do relatório. Até 1º de setembro de 2026, 124 países e partes signatárias, responsáveis por aproximadamente 76% das emissões globais, haviam apresentado novas NDCs. No ano anterior, eram 57 compromissos, que abrangiam cerca de 63% das emissões.

O aumento das submissões, entretanto, não se traduziu em uma elevação de ambição compatível com a dimensão do problema. O Pnuma

estima que, mesmo com a execução integral das novas metas, as emissões globais permaneceriam em torno de 49 bilhões a 52 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2035, dependendo da inclusão dos compromissos condicionados à oferta de financiamento, tecnologia e apoio internacional. As políticas efetivamente adotadas também não estão alinhadas às metas anunciadas. Para 2030, as emissões projetadas a partir das políticas atuais superam em aproximadamente 2 bilhões de toneladas de CO2 equivalente o nível compatível com as metas nacionais incondicionais. A diferença chega a 4 bilhões de toneladas quando são consideradas as metas condicionais.

Antônio Guterres disse que, apesar dos cenários desafiadores, o mundo não pode desistir de reduzir ao máximo possível o aumento de temperatura até 2100. “Ultrapassar a meta não significa desistir. Ainda podemos mantê-la menor e mais curta possível — e trazer as temperaturas de volta para menos de 1,5°C até o fim do século”, disse. “O novo relatório do Pnuma mostra o que será necessário: reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa em 18% até 2030 e em 45% até 2035 – em comparação com os níveis de 2025.”

Brook Mitchell / AFP



Inger Andersen, do Pnuma: cada fração adicional de grau aumentará os impactos e os riscos climático

Ação contra o El Niño

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) pediu medidas antecipadas para proteger as populações mais expostas ao fenômeno climático El Niño, que pode atingir uma intensidade sem precedentes e superar as escalas de monitoramento, com temperaturas 3,8°C acima da média. “Hoje lançamos um apelo conjunto por medidas antecipadas, urgentes e coordenadas. Não podemos impedir o El Niño, mas podemos prevenir muitas de suas consequências humanas mais graves”, declarou à imprensa, em Genebra, a secretária-geral da OMM, Celeste Saulo.

A Argentina fez o apelo ao lado do chefe de operações humanitárias da Organização das Nações Unidas (ONU), Tom Fletcher, para enfrentar os efeitos do fenômeno, que elevará as temperaturas em grande parte do planeta e afetará o regime de chuvas, aumentando os riscos de secas e inundações. “Esse episódio de El Niño é um fenômeno colossal. É uma verdadeira força destrutiva. Vai atingir em cheio a América Latina, a África Oriental e Austral, a Ásia e a região do Pacífico”, alertou Fletcher, que teme consequências humanitárias “consideráveis”. “Isso provocará choques econômicos e alimentará ainda mais os conflitos, os deslocamentos populacionais e as migrações”, previu.

Fletcher anunciou a mobilização de mais de US\$ 50 milhões (R\$ 250,6 milhões) por meio do Fundo Central de Resposta a Emergências do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha), para ajudar 11 países mais expostos, entre eles Chade, El Salvador, Etiópia, Somália e Sudão do Sul. Também pediu a governos, bancos de desenvolvimento e instituições financeiras que liberem recursos “antes que os danos ocorram, e não depois”.

“Somália, Etiópia e Quênia precisam de recursos e suprimentos antes da chegada das chuvas fortes; o sul da África precisa de sementes e rebanhos antes do fim dos períodos de plantio e preparação agrícola”, disse o chefe de operações humanitária. “A América Central precisa de ajuda imediata para preservar os meios de subsistência, enquanto a Ásia e o Pacífico devem se preparar para enfrentar secas, inundações e ciclones”, acrescentou.

Intensidade

Segundo Celeste Saulo, o atual episódio de El Niño pode atingir uma intensidade sem precedentes. “Atingirá sua intensidade máxima no fim de 2026, mas suas repercussões serão sentidas muito depois dessa data”, advertiu.

O El Niño é um fenômeno natural que ocorre a cada dois a sete anos, mas estudos têm apontado uma intensificação dos efeitos à medida que aumenta o aquecimento global. Em sua avaliação mais recente, a OMM prevê que a temperatura da superfície do mar no Pacífico fique 3,8°C acima da média entre novembro e janeiro. “Nunca registramos um valor de 3,8°C no passado. Durante alguns episódios de El Niño particularmente intensos, observamos valores próximos de 3, que tiveram repercussões muito significativas em escala mundial”, explicou Saulo.

A OMM ressalta, no entanto, que a intensidade de um episódio de El Niño não é suficiente para determinar a gravidade de suas consequências em um país ou região. Além disso, os efeitos do fenômeno variam e podem depender de outros fatores climáticos, especialmente das condições dos oceanos Índico e Atlântico.

Principais conclusões

AQUECIMENTO: A possibilidade de limitar o aquecimento a 1,5°C sem ultrapassar esse patamar, ou com uma ultrapassagem muito pequena, foi perdida. O desafio agora é limitar o pico de temperatura e retornar a 1,5°C até 2100.

EMISSIONES EM 2025: A estimativa preliminar indica uma redução de apenas 0,1 bilhão de toneladas em relação a 2024, mas a margem de incerteza impede concluir que as emissões tenham atingido o pico.

CORTES: Para seguir a trajetória de menor ultrapassagem de 1,5°C, as emissões globais de gases de efeito estufa precisam cair 18% até 2030, 45% até 2035 e 69% até 2040, sempre em comparação com 2025.

METAS: A implementação integral das novas metas climáticas nacionais permitiria reduzir as emissões em apenas 5% a 8% até 2030 e em 11% a 15% até 2035, em relação a 2025.

DISTÂNCIA: A diferença entre as emissões previstas com a

implementação integral das metas nacionais e as necessárias para a trajetória de menor ultrapassagem de 1,5°C é estimada em 5 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2030 e 16 bilhões em 2035.

REMOÇÃO: O retorno a 1,5°C exigiria retirar da atmosfera e armazenar permanentemente cerca de 320 bilhões de toneladas de CO2 ao longo deste século.

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS: As emissões de CO2 provenientes da queima

de carvão, petróleo e gás natural continuaram aumentando em 2025.

USO DA TERRA E FLORESTAS: A queda de aproximadamente 0,5 bilhão de toneladas de CO2 equivalente nas emissões relacionadas ao uso da terra, à mudança do uso da terra e às florestas contribuiu para compensar o aumento registrado em outros setores.

RESPONSABILIDADE: Entre 2015 e 2025, 63 países reduziram suas emissões em um total de 1,8 bilhão de toneladas de CO2 equivalente. Outros 124 países

aumentaram suas emissões, somando 7,2 bilhões de toneladas adicionais.

BRASIL: A NDC brasileira prevê reduzir as emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, em relação a 2005, chegando a um intervalo de 850 milhões a 1,05 bilhão de toneladas de CO2 equivalente. Na modelagem, a meta permite emissões em 2035 cerca de 610 milhões de toneladas superiores às projetadas com as políticas atuais, diferença estimada em 65%.

G20: Os países do grupo, responsáveis

por aproximadamente 76% das emissões globais, registraram aumento de 0,7% nas emissões de 2025, excluído o setor de uso da terra. Apenas seis integrantes são considerados provavelmente capazes de cumprir suas metas incondicionais para 2030 com as políticas atuais: China, Índia, Indonésia, Rússia, África do Sul e Turquia.

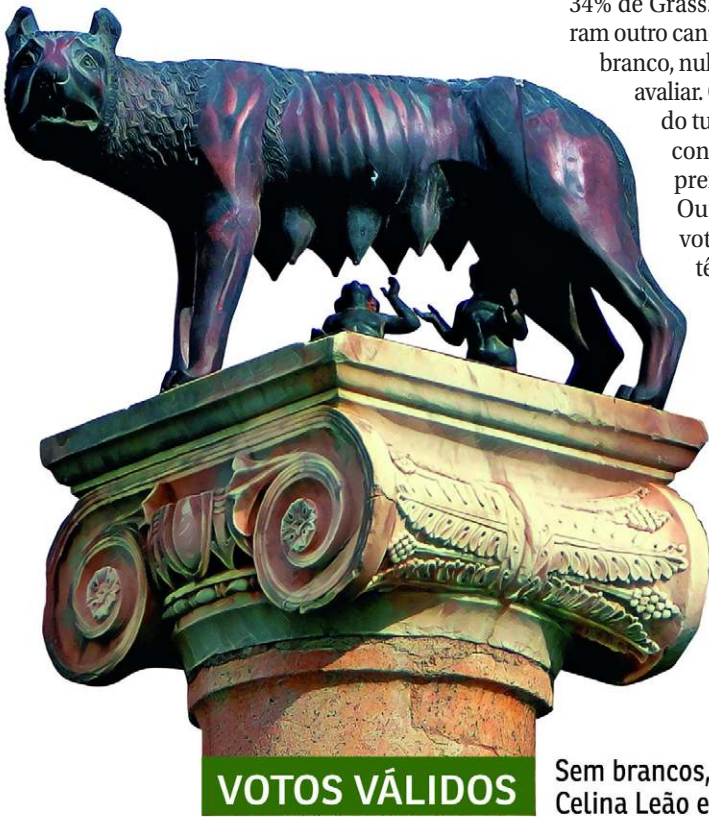
Fonte: Emissions Gap Report 2026: The point of return — Urgent emissions cuts needed to come back from overshoot of 1.5°C.

Pesquisa indica Celina com 59,3%

A três dias do segundo turno das eleições para o Palácio do Buriti, levantamento do **Correio**-Opinião Inteligência Política destaca a consolidação da candidata do PP rumo à reeleição, enquanto Leandro Grass (PT) registra 40,7%

» ANA MARIA CAMPOS

A última rodada da pesquisa **Correio**-Opinião Inteligência Política antes do segundo turno aponta vitória da candidata Celina Leão (PP) na disputa ao Palácio do Buriti. No levantamento dos votos válidos, a governadora que concorre à reeleição tem 59,3%. Leandro Grass (PT), 40,7%.



GOVERNADOR 2º TURNO Intenção de voto estimulada no 2º turno, por grupo do eleitorado no DF.

Recorte	Grupo	Nº	Celina Leão	Leandro Grass	Nenhum Branco/Nulo	Não sabe avaliar
Sexo	Homem	463	59,7	29,9	7,8	2,5
	Mulher	543	50,2	44,0	3,9	1,9
Idade	16 a 24 anos	124	52,8	38,9	6,2	2,1
	25 a 34 anos	204	48,9	42,6	7,1	1,4
	35 a 44 anos	218	58,3	32,7	6,8	2,2
	45 a 59 anos	283	55,6	36,6	5,5	2,3
	60 anos ou mais	177	55,8	38,9	2,5	2,8
Escolaridade	Até fundamental	219	62,4	28,0	5,4	4,2
	Médio completo	345	60,0	31,1	7,6	1,3
	Superior incompleto ou mais	441	47,0	46,9	4,6	1,5
Renda familiar	Até R\$ 3,4 mil	344	57,4	33,0	6,3	3,2
	R\$ 3,4 a 9,5 mil	361	58,9	34,1	5,7	1,3
	Mais de R\$ 9,5 mil	257	46,9	48,4	3,8	1,0
Religião	Católica	439	52,4	39,5	6,1	2,0
	Evangélica ou pentecostal	343	73,7	18,6	4,6	3,0
	Sem religião	136	33,8	57,1	8,4	0,6
	Espírita e outras	74	29,8	68,9	1,2	0,0
Benefício do governo	Recebe	107	49,9	39,9	4,0	6,2
	Não recebe	899	55,2	37,3	5,9	1,7
Voto em 2022 (2º turno)	Lula	397	20,3	74,6	3,0	2,1
	Bolsonaro	440	88,3	6,1	4,3	1,3
	Branco, nulo ou não votou	145	55,9	25,1	14,9	4,2



candidatos que disputam o segundo turno para o Governo do Distrito Federal. Leandro Grass (PT) vence de Celina Leão (PP) entre os eleitores com renda familiar acima de R\$ 9,5 mil. Ele tem 48,4% e ela, 46,9%. O petista está na frente entre quem não tem religião. Soma 57,1%, contra 33,8%. Grass é forte entre os espíritas e adeptos de outras religiões. Soma 68,9% contra 29,8% da adversária. E, como esperado, o petista tem mais votos entre os eleitores de Lula (PT). Alcança 74,6%.

Mesmo entre o eleitorado do presidente Lula, Celina tem votos. Segundo a pesquisa, 20,3% dessa parcela apoia nacionalmente com o projeto do PT e no Distrito Federal opta pela reeleição da governadora do PP. Entre os que vão votar em Flavio Bolsonaro (PL), 88,3% seguem a lógica local e preferem manter Celina no Palácio do Buriti.

A candidata do PP vence em quase todas os grupos do eleitorado. Mas é mais forte entre os eleitores que com apenas o ensino fundamental (62,4%) e médio completo (60%), e entre os evangélicos e pentecostais (73,7%). Celina também ganha de Grass entre os homens. Ela tem 59,7% e ele, 29,9%. A diferença é maior entre os candidatos no eleitorado masculino do que no feminino. Entre as eleitoras, Grass alcança 44%, contra 50,2% de Celina.

À frente ao longo da campanha

Candidata à reeleição, a governadora Celina Leão (PP) foi vidraça na campanha inteira, especialmente pelas demandas na saúde pública e a crise do BRB-Master, exploradas pelos adversários. Mas Celina liderou do começo ao fim a disputa ao Palácio do Buriti. Nesse embate, ela teve sempre dois oponentes principais: o ex-governador José Roberto Arruda (PSD), que acabou sendo impedido pela Justiça Eleitoral de concorrer, e o ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e ex-deputado distrital Leandro Grass (PT).

Na primeira rodada da pesquisa **Correio**-Opinião Inteligência Política, divulgada em junho, antes mesmo do registro das candidaturas no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), Celina contava com 27,6% das intenções de votos, na consulta estimulada. Arruda apareceu como segundo colocado, com 23,5%. Grass estava na terceira posição, com 9,2%.

Na segunda rodada, em julho, Celina chegou a 32,4% e se afastou de Arruda que registrou 24%. Grass permaneceu em terceiro, com 9,8%. O cenário eleitoral se manteve estável na terceira rodada da pesquisa, que foi a campo entre 29 e 31 de agosto. Celina continuou na liderança, com 32% das intenções de votos, com Arruda em segundo, com 23,3%. Foi nesse momento que Leandro Grass começou a crescer. Ele chegou nessa rodada a 12,5%.

Em setembro, à medida em que ficava claro que sua candidatura seria vetada pela Justiça, Arruda começou a perder pontos. Na quarta rodada, que foi a campo entre 17 e 19 de setembro, Celina praticamente não saiu do lugar, com 32,9% e Arruda caiu para 20,6%. Leandro Grass manteve a tendência de crescimento e chegou a 17,3%.

Na quinta rodada, divulgada quatro dias antes da eleição, Celina registrava 53,1% dos votos válidos, quando se desconsideraram os nulos, brancos e indecisos. O segundo colocado era Grass que apareceu com 27,5%. Arruda já estava fora do pleito, com a rejeição do registro de sua candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As urnas confirmaram o favoritismo de Celina Leão que alcançou 49,93% dos votos válidos, com Leandro Grass em segundo. O petista conquistou 34,47% dos votos. Por uma diferença de 0,7%, correspondente a 168 votos, o duelo foi para o segundo turno e será decidido no próximo domingo.

» A pesquisa

Registrada na Justiça Eleitoral com o número DF-08851/2026, a pesquisa entrevistou 1.006 pessoas de forma presencial em 31 regiões administrativas. A margem de erro é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

Aprovação do governo é de 51,9%

Celina Leão (PP) volta à melhor avaliação de sua gestão, registrada em julho, na segunda rodada da pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política. O percentual atual dos que desaprovam a administração da governadora é de 37,5%



» ANA MARIA CAMPOS

O governo de Celina Leão (PP) é aprovado por 51,9% dos eleitores do Distrito Federal. É o que aponta a sexta rodada da pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política. Entre os consultados, 37,5% desaprovam; 9,6% não sabem avaliar e 0,9% não respondeu. O instituto foi a campo em 31 regiões administrativas, entre 16 e 19 de outubro, na reta final da disputa eleitoral que chega ao fim neste domingo com a votação do segundo turno.

Celina retoma o desempenho registrado no fim de julho na segunda rodada da pesquisa do **Correio-Opinião** Inteligência Política, quando alcançou os mesmos 51,9% de aprovação. Em 23 de setembro, 43,2% dos entrevistados aprovavam a administração, enquanto outros 43,2% desaprovavam. No levantamento anterior, divulgado a quatro dias das eleições, os índices eram de 46,2% de aprovação, e 40% de desaprovação.

Nesta rodada, ao responder à avaliação sobre a gestão do Distrito Federal, 35,5% consideram razoável, 21,5% apontam como boa e 8,3% como ótima. Para 10,2%, a administração de Celina é ruim. Outros 18,2% consideram péssima. A governadora, que assumiu o mandato no fim de março, enfrentou crises na saúde pública e especialmente no Banco de Brasília (BRB).

Na avaliação de especialistas em ciência política, Celina conseguiu, nos últimos seis meses, surfar nas boas realizações do governo Ibaneis Rocha (MDB), de quem foi vice, e se desviar das operações fraudulentas que envolveram o BRB. Assim, chega ao segundo turno com grande chance de se reeleger.

Desafio

Ouvido logo após a sabatina do **Correio**, no último dia 14, o cientista político e professor do Ibmecc Brasília, Leandro Gabiati, avaliou o desempenho de Celina Leão ao longo da campanha. Ela “teve o desafio de se equilibrar entre defender os resultados da administração anterior, da qual fez parte, e, ao mesmo tempo, apresentar mudanças para enfrentar problemas que persistem”, ressaltou.

Gabiati acrescentou que a experiência da governadora na administração pública representou um ponto forte para a campanha. “Ela tem uma vantagem objetiva, que é estar no governo atual e conhecer diretamente a agenda política do DF, a estrutura administrativa, projetos em andamento e as limitações orçamentárias”, afirmou.

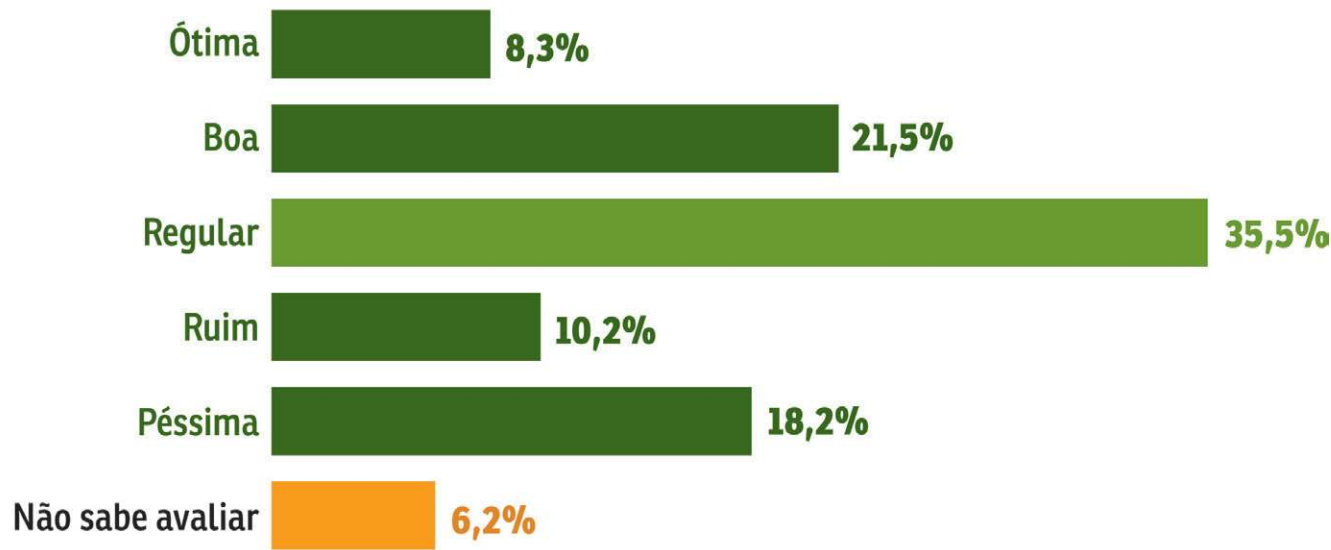
Darcianne Diogo/CB/D.A Press



Celina Leão em campanha no Sol Nascente: bom desempenho à frente do Buriti ajudou a governadora e candidata à reeleição a subir nas pesquisas

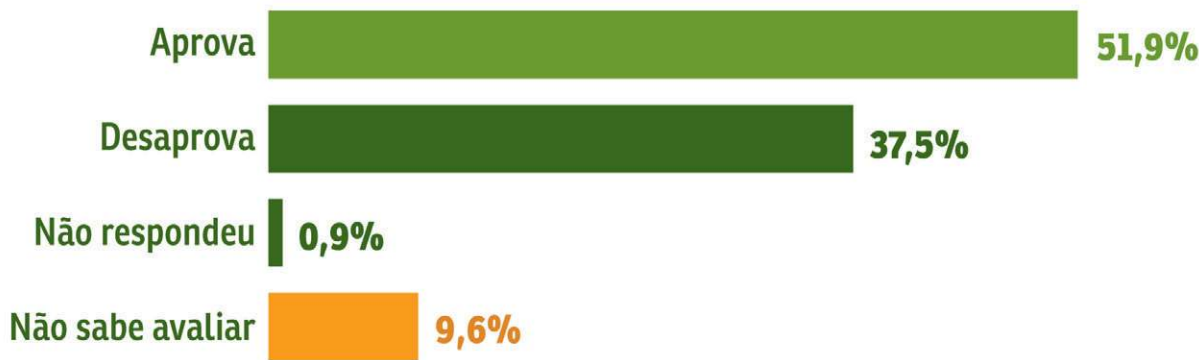
GESTÃO DA GOVERNADORA

De forma geral, como o(a) sr(a) avalia a administração da governadora Celina Leão?



APROVAÇÃO DA GOVERNADORA

O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como Celina Leão administra o DF?



6

É o número de rodadas realizadas pela pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política desde junho de 2026

» A pesquisa

Registrada na Justiça Eleitoral com o número DF-08851/2026, a pesquisa entrevistou 1.006 pessoas de forma presencial em 31 regiões administrativas. A margem de erro é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

O primeiro gesto para se descolar dos problemas do governo Ibaneis ocorreu ainda na transmissão de cargos, quando, em seu discurso, deixou claro que não tinha compromissos com os erros da direção anterior do BRB e que, a partir dali, faria a sua própria gestão.

A desistência de Ibaneis de se candidatar ao Senado também ajudou Celina que não precisou dividir o palanque com o ex-governador, desgastado pelas crises do BRB, e tampouco negar apoio ao ex-aliado, o que poderia desagradar o eleitor fiel do ex-governador.

Colaborou Carlos Silva

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Pesquisa: 93% dos eleitores ouvidos afirmam que vão votar neste domingo

80% acreditam na reeleição

Entre os eleitores do Distrito Federal ouvidos pela pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política, 80% apostam na reeleição de Celina Leão (PP), independentemente de votar nela ou não. Apenas 14,6% acreditam na vitória de Leandro Grass (PT). É o que aponta o sexto levantamento, que foi a campo entre 16 e 19 de outubro, para avaliar o cenário do segundo turno das eleições 2026.

Registrada na Justiça Eleitoral com o número DF-08851/2026, a pesquisa entrevistou 1.006 pessoas de forma presencial em 31 regiões administrativas. A margem de erro é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

No primeiro turno, Celina teve 825.530 votos, que corresponde a 49,93% do eleitorado. Ela não levou a faixa de governadora reeleita ainda naquele dia por uma diferença de 168 votos que garantiriam a vitória. Leandro Grass conquistou 569.930 votos — 34,47%. A abstenção registrada foi de 18,99%. Votos nulos representaram 4,95% e brancos, 4,11%.

Na pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política, 93,7% dos entrevistados que votaram em Celina no primeiro turno

disseram que vão repetir essa escolha. No grupo de eleitores de Grass, 96,3% garantem que vão continuar com o petista, mas a mudança atingiu 3% que agora se declarou a favor de Celina. A candidata do PP perdeu 5,6% dos eleitores, que duas semanas depois da votação, afirmam preferir Leandro Grass. Em compensação, 62,5% das pessoas que votaram em Paula Belmonte (PSDB) em 4 de outubro agora vão para as urnas com Celina Leão. Desses, 27,7% preferem o petista e 9,8% não escolhem nenhum dos dois.

Paula Belmonte ficou em terceiro lugar no primeiro turno das eleições, com 140.765 votos, correspondente a 8,51% dos votos válidos. Após a votação, ela se manteve neutra e não declarou voto na rodada de segundo turno. Mas, na disputa presidencial, a tucana anunciou apoio a Flávio Bolsonaro (PL), que faz campanha com a atual governadora do DF.

Trabalho e abstenção

Entre os entrevistados na pesquisa, 91,1% confirmaram que saíram de casa para votar no primeiro turno e 8,8% não compareceram nas zonas eleitorais. O principal

motivo para a abstenção foi o trabalho (17,7%). Doença ou problemas de saúde impediu 12% de irem votar e 9,6% estavam fora do Distrito Federal. Para 9,1%, não havia motivos para sair de casa porque seu voto não faria diferença, 5,9% não gostam de nenhum candidato e 0,9% achou que a eleição já estava definida. Outros 7,6% tiveram problemas com o título de eleitor ou com o local de votação. Houve ainda problemas com transporte que atrapalharam 3% dos eleitores.

Agora, 93% dos eleitores ouvidos pela pesquisa afirmam que vão votar no próximo domingo. Outros 4,4% disseram que é provável que saiam para escolher um candidato no segundo turno. Entre os que com certeza vão votar, 58,5% são eleitores de Celina e 41,5%, de Leandro Grass. A abstenção, portanto, não deve interferir no resultado da eleição.

A pesquisa também apurou se o eleitor deixa a decisão sobre o voto para a última hora: 6,6% só resolveram no dia da eleição, 5,6% na última semana e 5% um mês antes da votação. Mas a maioria (81,9%) disse que escolheu o candidato com mais antecedência ou sempre soube em quem votar.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O centro do mundo

O povo do Xingu chama de banzeiro o lugar mais perigoso do rio. Os que o atravessam de barco fazem um silêncio reverente. Não querem despertar a ira da natureza. Têm medo de serem virados ou puxados para baixo. Segundo a jornalista Eliane Brum, desde agosto de 2017, o banzeiro se mudou do rio para dentro dela.

Ela não tem mais fígado, rins e estômago como as outras pessoas. Tem banzeiro. “Meu sangue virou água, e às vezes sinto um peixe fazendo cócegas no meu

pâncreas. Outras vezes, toda eu sou envenenada pelo mercúrio que os garimpeiros jogam nas veias do rio e nas suas próprias. Me contorço, virou mutante e ganho guelras podres.”

Essa experiência é a matéria do livro *Banzeiro Ôkôtô: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo* (Ed. Cia das Letras). Como se vê, não se trata de uma obra convencional. Ela mistura experiências pessoais e reportagem. Mas é um livro escrito com o corpo. Eliane não se aproximou da Amazônia impunemente.

Sem que percebesse, aos poucos, foi arrebataada pela região, que lhe impôs uma nova maneira de ver, de avaliar e de viver a vida. “A Amazônia salta para dentro da gente como num bote de sucuri, estrangula a espinha dorsal do nosso pensamento e

nos mistura à medula do planeta.”

Jornalista com um carreira bem-sucedida em São Paulo, Eliane abandonou todas as comodidades e se mudou para Altamira, no Pará, porque, para ela, a Amazônia é, no momento, o centro do mundo, o lugar em que se decidirá o futuro do planeta ante as ameaças do aquecimento global. Ela é colunista do jornal *El País* e está criando uma rede de jornalistas para tratar da questão amazônica.

Escrever com o corpo é uma tentativa de colocar-se no lugar dos indígenas, do quilombolas, dos beiradeiros, que não se colocam como centro em relação à natureza. Se quisermos sobreviver, é preciso aprender com eles: “Para os povos originários, não existe a natureza e as pessoas humanas, uma coisa e outra coisa. Há apenas

natureza. Os indígenas não estão na floresta, eles são floresta, como também interagem com as pessoas não humanas. A floresta é tudo, o visível e o invisível.”

Mais do que criticar, Eliane expõe o impacto destruidor de projetos como a Usina de Belo Monte nos índios, quilombolas e beiradeiros. O depoimento de Raimundo Berro Grosso é expressivo: “Viver no beiradão é pisar na riqueza. Eu não precisava de dinheiro para viver na felicidade. Minha casa toda era a natureza.”

No entanto, esses personagens foram expulsos para cachicolas acanhadas, padronizadas e inóspitas nas cidades: “Expulsar um povo-floresta é matá-lo, e não há reparação capaz de corrigir a morte cultural, que em alguns casos é seguida pelo adoecimento e pelo fim.”

Eliane forja o conceito de povos-floresta como estado a ser conquistado na relação com a natureza.” Amazonizar-se, como verbo, vai muito além da floresta. É um movimento para voltar a ser, para se despartir, no sentido daquele que se partiu ao se colocar fora da natureza, ao deixar de ser parte do todo orgânico de um planeta vivo.”

Esses são pequenos recortes de *Banzeiro Ôkôtô*, um dos livros mais importantes publicados no Brasil em tempos de contagem regressiva dramática para as mudanças climáticas que nos assolam. Eliane enfrenta a questão com poderosos radares de sensibilidade e com uma rara coragem. O futuro da Amazônia, o nosso e do mundo estão em jogo nestas eleições.



Embates a três dias do pleito

Candidata à reeleição, Celina Leão (PP) criticou mudanças no FCDF que podem resultar em um impacto de R\$ 1,8 bilhão nas contas do governo. Em manifestação de professores, Leandro Grass (PT) cobrou diálogo com a categoria e prometeu melhorias

» ANA CAROLINA ALVES | » LUIZ FELLIPE ALVES

Defesa do Fundo Constitucional

A governadora e candidata à reeleição Celina Leão (PP) se reuniu, ontem, com parlamentares para discutir a defesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O encontro resultou em um documento que será enviado ao candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), para que ele se comprometa a não alterar o fundo. Também está prevista uma reunião, na próxima semana, com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para discutir a votação da legislação.

Celina afirmou que, segundo o Instituto de Finanças do Senado, o impacto nas contas da capital federal seria de R\$ 1,8 bilhão. “Contratamos médicos, policiais, bombeiros, tudo em cima do Fundo. Se tem uma redução de R\$ 1,8 bilhão, como vamos fazer novas contratações? Como vamos fazer uma previsão de reajuste? Tem uma possibilidade de interpretação para redução e nós não podemos deixar isso acontecer”, destacou.

Segundo a governadora, a reunião com Motta será estratégica na ação protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), que tem como relator o ministro Cristiano Zanin. “Com essa ação que nós entramos no Supremo, o Zanin vai pedir para ouvir a Procuradoria da Câmara. Por isso é tão importante essa sensibilização do presidente da Câmara. Era um tema estranho à votação, que era petróleo; e eles colocaram o FCDF junto e votaram remotamente. Acredito que muita gente não sabia nem o que estava votando”, ressaltou.

Uma terceira via articulada por Celina e seu campo político é a criação de uma lei que proteja o FCDF, conduzida pelas senadoras Damares Alves (Republicanos), Bia Kicis (PL) e Michelle Bolsonaro (PL), as duas últimas recém-eleitas. “Elas podem apresentar uma lei para excepcionalizar o Fundo Constitucional dessa situação e não deixar interpretação da maioria do Fundo sobre duas leis. Deixar claro que a lei a ser

Divulgação



Celina Leão (PP) se reuniu com parlamentares para discutir o FCDF

Agenda de hoje

- 9h** | Reunião com apoiadores no Park Way;
- 10h** | Visita técnica ao Centro TEA em Taguatinga Norte;
- 11h** | Visita a Água Quente;
- 15h** | Visita a Planaltina;
- 21h** | Reunião na 26 de Setembro.

interpretada é a lei que é mais benéfica para o DF”, afirmou.

Após a reunião, Celina participou de uma sabatina em uma emissora de TV, na qual detalhou pontos de seu plano de governo para a educação, cultura e recuperação do Banco de Brasília (BRB). Sobre a educação, ela comentou que quer um “diálogo muito franco”. “O Sinpro determinou a paralisação de pautas que já resolvemos. É muito ruim quando isso se torna político”, disse.

A governadora comentou, ainda, sobre a obra do Hospital do Câncer, que saiu do papel após duas empresas vencedoras da licitação desistirem do projeto. “Um cidadão não pode esperar que o hospital consiga atender à demanda. Conseguimos, depois de muito tempo, tirar esse projeto do papel e iremos começar a construção o mais cedo possível”, destacou.

Ainda sobre a saúde, Celina criticou a proposta de seu adversário

no segundo turno, Leandro Grass (PT), de extinguir o Iges-DF. “Para extinguir o Iges e contratar 10 mil funcionários, vai demorar 10 anos. Não pode fazer a transição dessa forma”, argumentou.

BRB

Sobre o BRB, a governadora afirmou que “não tem medo nenhum”. “Não tenho bandido de estimação. Qualquer pessoa que fez alguma coisa errada tem que ser punida”, sinalizou. Com relação a seus projetos para a recuperação da instituição, Celina descartou a venda do banco.

“A primeira coisa que fizemos foi entrar com uma ação para o ressarcimento dos recursos. Qualquer quantia que o (Daniel) Vrcaro possa a vir devolver, o BRB será o primeiro a receber”, destacou. A governadora se mostrou confiante com um possível ressarcimento de R\$ 20 bilhões por parte do ex-banqueiro. Segundo Celina, esse valor seria suficiente para cobrir os fundos de pensão dos estados e o prejuízo do BRB.

Em um possível novo mandato, Celina garantiu que o BRB voltará a ter caráter regional. “A nossa principal tentativa é recuperar o banco. Ele é muito amado, ele está apanhando há um ano e a população não larga dele. A saída mais fácil seria privatizar, mas eu vou tentar recuperá-lo até o fim”, enfatizou.

Apoio à paralisação na educação

Leandro Grass (PT), candidato ao Governo do Distrito Federal, começou o dia de ontem participando do ato de paralisação dos professores da rede pública, na Praça do Buriti. Ele criticou a postura da governadora Celina Leão (PP) diante das reivindicações da categoria e destacou propostas para a educação em um eventual governo.

“A gente sabe que ser professor no Brasil, hoje, é uma tarefa muito difícil. No DF, o professor já teve um dos melhores salários do Brasil. Agora tem um dos piores de nível superior da cidade. O professor enfrenta falta de infraestrutura, falta de apoio, e o mais grave é quando eles são atacados pelo próprio governo, que deveria protegê-lo e apoiá-los”, declarou.

Professor de carreira, o candidato destacou que, caso eleito, vai “cuidar” das escolas e dos professores. “Eu vou reestruturar a carreira docente, a carreira PPGG (Políticas Públicas e Gestão Governamental). Nós vamos melhorar os equipamentos, porque isso é um direito das famílias. Vamos implementar a escola em tempo integral, recuperar o Inas-DF (Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal)”, ressaltou.

Grass prometeu reestruturar a carreira de coordenação pedagógica e acabar com a gestão política das escolas. “O diretor ganha uma gratificação ridícula para cuidar de uma escola inteira. Nós vamos aumentar o valor da gratificação, formá-los, capacitá-los. No meu governo, nenhum deputado vai ser responsável por escolher coordenador regional de ensino. Nós temos que acabar com essa ingerência política e partidária em cima da educação pública”, destacou.

Logo após o ato, o petista participou de uma sabatina em uma emissora de TV. Durante a entrevista, ele destacou suas propostas para a saúde pública, como a criação de uma Fundação de Saúde no DF.

Ed Alves/CB/D.A Press



Leandro Grass (PT) participou da manifestação dos professores

Agenda de hoje

- 9h** | Sabatina em emissora de rádio, na Asa Sul
- 10h20** | Sabatina em emissora de rádio, na Asa Sul
- 20h30** | Debate em emissora de tevê, na Asa Norte

Segundo o candidato, esse modelo é diferente do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), por retornar o poder da gestão da saúde à secretaria. “Eu vou devolver o comando à Secretaria de Saúde. O Iges é um prestador de serviço que ficou mais caro que a secretaria”, disse. O candidato também afirmou que irá manter o emprego dos servidores do instituto por meio de concursos.

Secretaria de Saúde

Grass também desmentiu a informação de que Agnelo Queiroz seria escolhido para ser o secretário de Saúde em um eventual governo petista. “Agnelo foi eleito deputado federal, não tem como ser meu secretário”, disse. Sobre a escolha, o candidato assegurou que o responsável pela pasta não será indicado por nenhum partido. “O meu secretário de Saúde vai ser escolhido por mim. Será alguém com trajetória, experiência

e boa formação, que vai resolver a maior fila de exames e cirurgias já existente no DF”, acrescentou.

Durante a sabatina, o petista apresentou projetos para a mobilidade urbana e enfatizou que “o governo terá papel fiscalizador”. Uma de suas principais apostas é mudar o modelo rodoviário, com revisão das licitações. “Vamos fazer essa mudança, que já está atrasada, que também está além do valor do mercado. Ela não irá contabilizar o valor de cada usuário. O ônibus vai ser pago para sair de um ponto e chegar até o outro, independentemente da quantidade de passageiros”, reforçou.

Segundo Grass, essa nova licitação será feita entre 90 e 120 dias do início de seu governo. “Vamos fazer da forma mais rápida possível. Com a revisão dos contratos e reforma das licitações, o usuário vai ter um transporte digno. Nessa primeira etapa, teremos as novas licitações e novas linhas e ampliação de outras”, disse.

Outro ponto abordado pelo candidato foi o metrô. Segundo o petista, seu governo irá ampliar e modernizar o modal. “Eu vou ampliar o horário de funcionamento do metrô até a madrugada, para garantir a volta para a casa de trabalhadores e estudantes noturnos. Além disso, vamos ampliar o sistema de trilhos e passar um pente-fino para ver para onde está indo o dinheiro público”, ressaltou.

Obituário | Sepultamentos realizados em 21/10/2026

» Campo da Esperança

Adenilson Santos, 52 anos
Aldebran Mesquita Paiva, 56 anos
Benedita Ferreira de Souza, 75 anos
Cláudio Leandro Batista dos Santos, 53 anos
Clodoaldo Alves de Miranda, 54 anos
Coraci Rosa de Jesus, 79 anos
Domingas Rodrigues de Sousa, 49 anos
Dora-Mei de Araújo Sousa, 73 anos
Francisca Dionísia da Silva, 92 anos
Francisco das Chagas e Souza, 80 anos
Ivana Arruda Cardoso, 41 anos

João Deonísio Amorim, 85 anos
José de Azevedo Passos, 83 anos
Leuton Resende, 88 anos
Luis Pereira de Andrade Souza, 60 anos
Manoel Ribeiro de Sousa, 69 anos
Maria Andrade Sobrinha, 94 anos
Maria Socorro de Lima Oliveira, 94 anos
Marli Lopes da Costa de Goes Nogueira, 80 anos
Matteo Venâncio Vasconcelos, 1 ano
Nelson José de Oliveira Barros, 75 anos
Pedro Macedo Queiroz, 45 anos
Rosalvo Rosa de Jesus, 73 anos

Sarleno Soares Lopes, 78 anos
Silvino Ribeiro da Costa, 69 anos
Simona Remerick, 86 anos

» Taguatinga

Carmélia Moreira Pinto, 76 anos
Cláudia Nunes da Silva, 48 anos
Clodomiro da Silva Pereira, 87 anos
Edite Sebastiana Silva, 82 anos
Edson Mendes da Silva Junior, 50 anos
Franciscloudio Rodrigues da Silva, 48 anos
José Reinaldo Sales da Silva, 71 anos
José Silvério Gomes, 78 anos
Luis Carlos de Araújo, 61 anos

Maria Anthonella Almeida Lopes, menos de 1 ano
Maria Odete de Araújo, 47 anos
Nicanor de Souza Dutra, 93 anos
Ronaldo Junior Ribeiro Carneiro, 35 anos
Severino Francisco Lopes, 85 anos
Viviane Leite Tomas, 42 anos

» Gama

José Quirino de Oliveira, 79 anos
Maria das Graças Nóbrega do Nascimento Oliveira, 69 anos
Terezinha de Jesus Rosa, 90 anos

» Planaltina

Ana Cristina Mendes Ribeiro Rocha, 37 anos
Antônio Pereira Peixoto, 75 anos
Isaías Matias de Abreu, 86 anos
Maria Eunice Miranda e Silva, 81 anos
Raimundo Nonato da Silva, 73 anos

» Brazlândia

Charleston Gonçalves Ferreira, 49 anos
José dos Santos, 64 anos

» Sobradinho

Antônia de Moraes Araújo, 75 anos



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

AGU rejeita ajuda ao BRB

A Advocacia-Geral da União (AGU), ao se manifestar na ação movida pelo GDF no Supremo Tribunal Federal (STF), defende a rejeição do pedido de apoio do governo federal para a obtenção do empréstimo no valor de R\$ 6,6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O objetivo é usar o dinheiro para socorrer o BRB. Em resposta ao ministro Luiz Fux, relator da ação, a AGU negou o pedido de uso de uma “capag provisória” — capacidade de pagamento — para obter a fiança do Ministério da Fazenda. Hoje, a nota do GDF é C, em uma escala que vai de A a D. Por isso, o governo estaria sem condições de receber o aval do Tesouro Nacional, que exige classificação acima de B.

Divulgação/BRB



Acordo não avançou

Em acordo homologado pelo ministro Luiz Fux, ficou definido que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e outras instituições privadas seriam fiadoras da operação, e as contragarantias (para ressarcir os bancos em caso de inadimplência) viriam dos recursos provenientes do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Mas o acordo não avançou. Ao participar de comício em Ceilândia, o presidente Lula anunciou que não ajudaria a salvar o BRB diante de uma fraude provocada, segundo ele, sob a responsabilidade de Ibaneis Rocha. A governadora Celina Leão (PP) criticou o discurso e disse que a medida era política por se tratar de um governo que faz oposição.

Evangélicos com Celina e Flávio

O eleitorado evangélico é a grande força das candidaturas de Celina Leão (PP) e de Flávio Bolsonaro (PL) no Distrito Federal. A pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política aponta que, entre os evangélicos e pentecostais, 73,7% votam na reeleição da governadora e 68,6% preferem eleger Flávio. Uma das pontes para essa parcela da população é a senadora eleita Michelle Bolsonaro (PL), que se comunica bem com fiéis “terrivelmente evangélicos”.



Matheus Borges/Agência Brasília

Favoritismo nas urnas

Enquanto a disputa presidencial chega à reta final com emoção, com apuração voto a voto, a governadora Celina Leão (PP) chega à votação do segundo turno como favorita, segundo indica a pesquisa **Correio-Opinião** Inteligência Política, que o jornal publica hoje (22/10). Claro que a eleição só termina quando acaba, segundo um ditado popular. Mas nada parece abalar a preferência de parte do eleitorado pela reeleição. Nos últimos cinco meses, a oposição apontou várias questões que poderiam sensibilizar o eleitorado a mudar os rumos, mas Celina liderou a campanha desde o início e, por muito pouco, não venceu em 4 de outubro.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Agradecimento pela vitória

A família do deputado distrital eleito André Kubitschek (PL) vai celebrar hoje a vitória nas urnas com um culto em ação de graças. O evento religioso será realizado no Brasília Palace, hotel do empresário Paulo Octávio, pai do novo integrante da Câmara Legislativa.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Audiência sobre impactos da política externa no meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal realiza hoje, às 10h, audiência pública para discutir os impactos da política externa dos Estados Unidos sobre a agenda ambiental, climática e energética brasileira, com destaque para o crescente interesse norte-americano nos minerais críticos e nas terras raras do país. Proposto pela senadora Leany Lemos (PSB-DF), o debate ocorre em meio à disputa internacional pelo acesso a recursos estratégicos para a transição energética e a indústria de alta tecnologia.

Suplente

Apontado na investigação da Polícia Federal como intermediário entre Ibaneis Rocha (MDB) e Daniel Vitoraro, o empresário Leonardo Valverde era apontado como possível suplente na chapa do ex-governador ao Senado.

Escalada

Leandro Grass (PT) cresceu. Ampliou a votação em relação às eleições de 2022 e, dessa vez, conseguiu levar a disputa para o segundo turno. Passou de 434.587 votos há quatro anos para 569.930 apurados em 4 de outubro. Mas ainda precisa subir uma montanha para ultrapassar os 825.530 votos conquistados pela adversária.

Reprodução/Instagram



Amor ao próximo

A esposa, Marcela, e a mãe, Fátima (**foto**), do candidato Leandro Grass (PT) gravaram um vídeo postado nas redes sociais para contestar uma mensagem de Celina Leão (PP) contra o petista. “Leandro tem uma capacidade de amar as pessoas, de amor ao próximo, de empatia, sabe? Ele sempre foi assim.” Uma afilhada do candidato também participou do vídeo e disse ter no padrinho uma inspiração do bem.

Luis Tajés/Divulgação



Mulheres no poder

A deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) foi ao lançamento do livro *Mulher: a liderança em 10 lições*, da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka. Há mais de uma década no comando administrativo da Casa, Ilana aborda na obra os desafios enfrentados pelas mulheres para conquistar e permanecer em espaços de poder.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Eleições



» CB.Poder | CORONEL RÔMULO PALHARES | COMANDANTE-GERAL DA PMDF

Mais de cinco mil policiais estarão nas ruas com o apoio de tecnologias como drones e equipamentos para reconhecimento facial

Segurança reforçada no domingo

» BEATRIZ MASCARENHAS

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) vai trabalhar com um efetivo de mais de cinco mil policiais, exclusivamente para garantir a segurança durante o segundo turno das eleições. Ao CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília —, o comandante-geral da corporação, coronel Rômulo Palhares, detalhou o uso de drones e equipamentos para reconhecimento facial e leitura de placas. “No domingo, o eleitor poderá sair de casa com tranquilidade, dirigir-se ao local de votação e exercer seu direito com paz e segurança”, garantiu Palhares às jornalistas Mariana Niederauer e Sibel Negromonte.

Como está a organização de policiamento no segundo turno?

O primeiro turno foi uma das eleições mais seguras da história do DF. O próximo domingo será um dia muito importante para a democracia brasileira, e podemos afirmar que o segundo turno será tão seguro quanto o primeiro. Estamos preparados

para garantir a segurança do pleito. O planejamento das forças de segurança não se restringe ao dia da votação. Ele começa com o processo eleitoral e inclui o acompanhamento da guarda e da distribuição das urnas, bem como da instalação dos equipamentos nos locais de votação. Acompanhamos todas as etapas, inclusive o período posterior à votação.

Como tem sido a atuação da PMDF nas manifestações populares?

Acompanhamos todas as manifestações. Elas são plenamente bem-vindas em uma democracia e fazem parte do processo eleitoral. Quando a Polícia Militar atua nesses eventos, o primeiro objetivo é garantir a segurança das pessoas que estão se manifestando. Consequentemente, também protegemos aqueles que não participam diretamente dos atos, mas que podem ser afetados por eles.

É necessária uma atuação conjunta com outros órgãos?

No DF, atuamos de maneira integrada com todas as forças de segurança pública, como o Corpo de

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Bombeiros, o Detran, a Polícia Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária. Existe uma grande sinergia entre essas instituições, o que contribui para que a capital seja uma das mais seguras do Brasil. Mas em relação ao trânsito, nós vimos vídeos nas redes sociais de que os policiais estariam multando os manifestantes. Gostaria de esclarecer que não

aconteceu dessa forma. Entretanto, caso uma infração de trânsito seja detectada, a atuação do agente vai ser de acordo com a lei, de maneira indistinta. Não importa de qual lado político seja a manifestação.

Qual é o protocolo em caso de confronto entre eleitores com posições políticas divergentes

durante o período eleitoral?

No domingo, o eleitor poderá sair de casa com tranquilidade, dirigir-se ao local de votação e exercer seu direito com paz e segurança. Também é preciso haver respeito entre quem vota em A e quem vota em B. Isso faz parte do processo democrático. O eleitor deve votar com tranquilidade, respeitando quem pensa diferente. Em relação às manifestações, as equipes de segurança procuram organizar os atos autorizados para evitar a sobreposição de horários e locais, especialmente quando envolvem grupos com posições políticas antagônicas. Ainda assim, podem ocorrer situações espontâneas em que esses grupos entrem em confronto. Nesses casos, a PMDF atua conforme o protocolo, buscando separar os envolvidos e impedir o agravamento da situação, para que as pessoas possam continuar se manifestando de maneira pacífica.

Qual será o efetivo da PMDF no dia da eleição?

No primeiro turno, empregamos mais de cinco mil policiais militares exclusivamente na segurança das eleições. A tendência é repetir esse modelo, com alguns ajustes. Além do policiamento motorizado, utilizaremos tecnologias como drones com visão termal e equipamentos com inteligência artificial, capazes de realizar reconhecimento facial e leitura de placas. Esse monitoramento auxilia os policiais em solo. O DF 360°, por exemplo, reúne um conjunto de câmeras que permite aos policiais nas ruas receber, em tempo real, alertas sobre veículos com registro de furto ou roubo diretamente nos celulares. Contamos com um sistema que permite identificar, durante o patrulhamento, pessoas com mandados de prisão em aberto, possibilitando o cumprimento das ordens judiciais. Essas ferramentas fazem parte de um conjunto de tecnologias que estamos implementando. A previsão é que, até a posse, em janeiro, nossos policiais já estejam operando com câmeras corporais, além de contarmos com uma estrutura de drones e câmeras veiculares.



“Os resultados são obtidos através da exploração de oportunidades, não pela solução de problemas”

Peter Drucker



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

CDL-DF reelege diretoria para mandato até 2028

CDL/DF



O empresário Eduardo Pereira Neto (Casa das Fechaduras) foi reeleito presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL-DF) para o biênio 2027–2028. Maurício Rodrigues dos Santos (Arezzo franquia) e Ítalo Portela Sousa (DrogaFuji) ocuparão, respectivamente, a primeira e a segunda vice-presidências. A eleição foi por chapa única. Entre os demais oito diretores, Álvaro Silveira Júnior (Drogarias Brasil) permanece no grupo, que passa a contar também com João Pedro Guimarães da Silveira, atual coordenador da CDL Jovem. A chegada amplia a participação de jovens lideranças nas decisões da entidade. Talal Abu Allan (Rede Casa Brasileira), representante histórico da entidade, também permanece na diretoria.

Experiência e inovação

“Nosso compromisso é fortalecer a representação do comércio e ampliar o diálogo para construir soluções que ajudem os empresários a crescer. Reunir a experiência de quem já atua na entidade com a visão de novas lideranças nos dá ainda mais força para avançar”, diz Eduardo Pereira Neto, presidente reeleito da CDL/DF.

Entidades empresariais fazem força-tarefa para orientar associados na adaptação ao fim da escala 6x1

Após a avalanche de críticas do setor produtivo à aprovação de PEC no Senado, por ter sido “assodada pelo clima eleitoral”, entidades empresariais correm contra o tempo para dar suporte a seus associados. Entre as principais recomendações, estão o mapeamento das escalas atuais, a avaliação dos impactos operacionais e financeiros e a negociação com os sindicatos para adequação dos instrumentos coletivos dentro do prazo de 60 dias previstos na proposta.

Antecipar mudanças

A principal orientação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é que as empresas antecipem as adequações, sem aguardar o encerramento do período de transição. A atenção deve ser redobrada nos estabelecimentos que funcionam aos domingos e feriados. Nesses casos, a confederação recomenda revisar as escalas de revezamento dominical e as cláusulas que autorizam o trabalho em feriados, cuja regulamentação depende de negociação coletiva.



Maurenilson/CB

Convenções coletivas: revisão da cláusula de jornada

Outro ponto de atenção são as convenções e os acordos coletivos vigentes. Embora permaneçam válidos, as cláusulas de jornada e repouso incompatíveis com a emenda perderão eficácia no 61º dia após sua publicação. Para evitar insegurança jurídica, a orientação é que empresas e sindicatos negociem, antes do encerramento dos 60 dias, aditivos destinados especificamente à adequação dessas cláusulas, preservando as demais condições estabelecidas nos instrumentos coletivos.

Regras específicas para micro e pequenas empresas

A CNC alerta que a proposta aprovada apresenta lacunas que precisarão ser solucionadas por regulamentação complementar. “A confederação continuará atuando junto aos poderes públicos para defender regras de transição específicas para micro e pequenas empresas, maior clareza sobre as escalas negociadas e as atividades de operação contínua, incluindo a jornada 12x36 e o banco de horas, além da ampliação do prazo de 60 dias para adaptação das convenções coletivas.”

Abrasel lança guia

A Abrasel lançou o guia “Proibição da escala 6x1”, que pode ser acessado no site da associação. O material é gratuito e orienta empresas de alimentação fora do lar sobre as mudanças trazidas pela PEC 221/2019. Mostra o que já está definido e o que ainda depende de regulamentação. “O empresário não precisa mudar nada agora. As regras atuais continuam valendo, e a nova jornada só será exigida 60 dias depois da publicação da emenda. É hora de planejar com calma e com informação correta”, afirma Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

GOL suspende voos internacionais saindo de Brasília

A companhia aérea Gol cortará cerca de 40 rotas domésticas e internacionais a partir de fevereiro do próximo ano. Serão cancelados voos para Miami e Orlando com origem em Brasília, Fortaleza e Belém, além da rota entre Guarulhos, em São Paulo, e Punta Cana, na República Dominicana. Os voos da capital federal para Buenos Aires (Argentina), Bogotá (Colômbia) e Cancún (México) também já tinham sido interrompidos.

Divulgação/GOL



Crise no Oriente Médio

A empresa alega que a medida é consequência do grande aumento de custos operacionais por conta da elevação do preço do combustível de aviação (QAV) desde o início da guerra no Oriente Médio. Brasília agora terá ligações internacionais diretas apenas para Lisboa, pela TAP; para o Panamá, com conexões imediatas, pela Copa; e para Santiago e Lima, pela TAM.

Rede parlamentar em apoio às empreendedoras

Aproximar o setor produtivo do Congresso Nacional e transformar as demandas das mulheres empreendedoras em propostas legislativas são os objetivos da Rede Parlamentar Mista de Políticas Femininas, apresentada, na terça-feira, em Brasília. A iniciativa é liderada por Ana Cláudia Badra Cotaít, presidente do Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC) e do Instituto Liberdade para Empreender (ILPE), em parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Presente ao evento, a senadora eleita Bia Kicis (PL-DF) disse que deverá ser criada no Congresso Nacional uma frente parlamentar mista feminina voltada à mulher empreendedora. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) também participou do evento, que contou com a presença da governadora Celina Leão.



CMEC

Aliança suprapartidária

“Nenhum partido tem o monopólio da defesa da mulher. A Rede Parlamentar é uma aliança suprapartidária que une a força do setor produtivo e o Congresso Nacional pelo futuro do empreendedorismo feminino. O que queremos é que uma mulher possa abrir sua empresa, conseguir crédito, fazer seu negócio crescer e proteger aquilo que conquistou sem enfrentar obstáculos que poderiam ser evitados”, afirmou Ana Cláudia. “Fortalecer o empreendedorismo feminino significa também fortalecer famílias, movimentar a economia e contribuir para o desenvolvimento das nossas comunidades”, reforçou Beatriz Guimarães, presidente CMEC/DF.

COMBATE AO CRIME

Traficantes definiam mortes em júri próprio

Segundo a polícia, furtos, dívidas e desavenças terminavam em sentenças de morte decretadas pela quadrilha

Fotos: PCDF/Divulgação



Osnairdson da Silva, Vitor Rodrigues e Jamilson Costa são da facção criminosa e estão foragidos

» DARCIANNE DIOGO

Em um story privado, restrito aos “melhores amigos” de uma conta no Instagram, traficantes divulgavam sessões de tortura de pessoas que, segundo as regras impostas pelo grupo, infringiram regras estabelecidas pelos criminosos. Em um dos vídeos obtidos pelo **Correio**, aparece o jovem Jhonatan Miguel Pereira, 20 anos. Sob a acusação de furto de drogas, ele recebe 20 pauladas em cada mão. Em 26 de setembro, pouco mais de uma semana depois, o grupo determinou a execução do jovem, morto a tiros em Capão Comprido, na região de São Sebastião. O homicídio é um dos cinco ocorridos em 18 dias na área. A Polícia Civil prendeu três lideranças da quadrilha e divulgou a foto de outros três foragidos.

Em barracos de Capão Comprido, um grupo formado por cinco homens e uma mulher definia as regras para o tráfico de drogas, desde a escolha dos pontos de maior

movimento ao recebimento e armazenamento dos entorpecentes.

A atuação é mais um braço do Comboio do Cão, facção criminosa criada no DF. No topo da hierarquia está Thiago Henrique Alves de Souza, apontado como o “01” do grupo e preso em 15 de outubro. O segundo na linha de comando, Jamilson Costa, está foragido. Também integram o bando Thales Santana, identificado como o autor das pauladas em Miguel, foi preso, e Paulinha, também detida. Os outros dois são Osnairdson da Silva e Vitor Rodrigues, ambos foragidos.

Sequência

A primeira vítima da quadrilha foi uma mulher, Edilene da Rocha Borges, 30, usuária de drogas. A execução a tiros ocorreu em 24 de setembro e foi planejada, segundo as investigações, após a vítima ter furtado 1kg de maconha do grupo. De acordo com o delegado Thiago Peralva, o suspeito do crime é Jamilson Costa.

Miguel foi o segundo. Antes de ser morto, recebeu 20 pauladas em cada uma das mãos. A gravação da tortura postada no Instagram serviu de alerta aos infratores das normas. No vídeo, a vítima implora. “Por favor, por favor”. Thales, o agressor e posteriormente autor do homicídio, ordena: “Bota a mão, parceiro”. Atrás, um segundo rapaz envolvido diz: “Se não botar, vai ser na cabeça.”

Miguel morreu dois dias depois de Edilene, em 26 de setembro, a tiros. O “tribunal” sentenciou a vítima à morte por supostos furtos.

Menos de 24 horas depois, mais um assassinato. A vítima, Felipe Rodrigues de Jesus levou 12 tiros. Dessa vez, Thiago, o líder, se apadrinhou de Vitor para cometer a execução. O motivo, aponta a investigação, teria sido uma reclamação de Felipe quanto à quantidade de cocaína comprada por ele nas mãos dos traficantes.

» **Leia a matéria completa no site do Correio**



Podcast do CORREIO

**O fato você já viu.
O contexto e a análise
estão no Podcast do Correio.**

Jornalistas do Correio, frente a frente com convidados, trazem entrevistas sobre os assuntos do seu dia a dia, com a credibilidade que você conhece.

EPISÓDIOS ESPECIAIS ELEIÇÕES 2026



Aponte a câmera e acompanhe episódios diários no canal do YouTube @correio.braziliense e principais plataformas de áudio

CORREIO BRAZILIENSE



Esquema especial no 2º turno

Transporte público gratuito está garantido no domingo para que brasilienses retornem às urnas e definam governador e presidente da República. TRE-DF também assegura mobilidade de moradores de zonas rurais em diversos horários do dia

» JÚLIA COSTA*

Assim como no primeiro turno das eleições, o transporte público no Distrito Federal será gratuito no domingo, dia em que acontece o encerramento do processo eleitoral de 2026. A medida é garantida pelo Vai de Graça, programa que anula a tarifa em ônibus e metrô em domingos e feriados, mas atende, especialmente, a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE-DF).

Pela norma expedida pelo órgão, a oferta de transporte público nos dias de votação deve ter frequência semelhante a de dias úteis. De acordo com a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob-DF), as operadoras de transporte público coletivo devem adotar as medidas necessárias para cumprir a programação estabelecida, de forma a garantir a oferta adequada à população.

No segundo turno, as exceções serão as linhas de ônibus que atendem à Esplanada dos Ministérios, ao Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e ao Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), que seguirão a programação regular de domingo, e não vão operar em regime especial.

Já a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF) anunciou que, no domingo, as estações serão abertas uma hora mais cedo. Assim, o horário de funcionamento no dia do segundo turno será de 6h às 21h30, em vez do horário regular de 7h às 21h30 aos domingos. Para atender à demanda, a operação no dia será realizada com uma oferta de trens compatível com a escala programada para dias úteis.

Rotas distantes

Além de garantir transporte público gratuito para a população, a legislação também regula sobre a

oferta de transporte para eleitores que residem nas zonas rurais, territórios indígenas ou em outras comunidades tradicionais, por meio da Lei nº 6.091/1974. Pela menor oferta de linhas regulares de ônibus, os moradores dessas áreas podem fazer uso de veículos da União, Estados, Territórios e Municípios para o deslocamento até os locais de votação.

O TRE-DF fica responsável pelo mapeamento de rotas, que atenderão às comunidades rurais com maior dificuldade de acesso; pela fiscalização, para evitar que candidatos ou partidos façam transporte clandestino de eleitores; e a divulgação dos trajetos e horários dos ônibus por meio de edital. Os itinerários também devem ser disponibilizados nos cartórios eleitorais e administrações regionais.

De acordo com a legislação, o órgão responsável deve divulgar o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores quinze dias antes do pleito. No segundo turno, o TRE-DF oferece transporte gratuito para eleitores das 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 17ª e 18ª zonas eleitorais, entre as 6h30 e as 16h30, a depender do local. A oferta varia entre uma e quatro linhas de ônibus.

Na 2ª zona eleitoral, o transporte vai de 7h30 até 16h30 (uma linha); na 4ª, de 6h30 às 15h (uma linha); na 5ª, de 7h20 às 16h (quatro linhas). Na 6ª zona eleitoral, a linha 1 será ofertada de 7h às 17h; as linhas 2 e 3, de 7h às 16h; e a linha 4, de 9h às 16h30. Na 17ª zona, as linhas 1 e 2 operam de 7h às 16h, enquanto a linha 3, de 7h às 15h30. Na 18ª zona eleitoral, as três linhas disponíveis operam das 8h às 16h.

Os eleitores dessas áreas podem conferir o itinerário completo no site do TRE-DF, na aba de Notícias. O transporte gratuito atende zonas rurais de regiões como Lago Norte, Santa Maria, Fercal, Planaltina, Ga-

ma e São Sebastião.

A partir de sábado, a Justiça Eleitoral proíbe o transporte coletivo de eleitores em veículos privados até os locais de votação. Pela mesma legislação, é proibido, também, que candidatos ou partidos forneçam refeições aos eleitores. Essas ações constituem crime eleitoral pela mesma regra.

Local de votação

Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou a mudança de mais de quatro mil seções eleitorais. As mudanças haviam sido registradas principalmente nos maiores colégios eleitorais do país: São Paulo (982 seções), Minas Gerais (514 seções), Rio de Janeiro (431 seções) e Bahia (312 seções).

O órgão informou que as mudanças eram responsabilidade de cada zona eleitoral, que deveria avaliar a realidade do município e a infraestrutura disponível. O TSE afirma que as mudanças tiveram duas motivações principais: condições climáticas, e preservação da integridade física de eleitores e mesários.

Desde então, o número caiu: atualmente, cerca de 400 seções eleitorais no Brasil foram alteradas. O TRE-DF ressalta que, na capital federal, os locais de votação permanecem os mesmos para o segundo turno, sem qualquer modificação em relação ao primeiro.

Mesmo assim, o órgão recomenda que os eleitores, principalmente os que não votaram em 4 de outubro, consultem antecipadamente o local de votação. A consulta pode ser feita pelo aplicativo e-Título ou pelo portal do TRE-DF, na opção “Consultar local de votação”.

***Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti**

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ônibus seguirão programação de dias úteis, com exceção de três linhas (Esplanada, SIA e SAAN)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Estações de metrô abrem uma hora mais cedo, comparado aos domingos regulares, com mais ofertas de trens

MOBILIDADE URBANA

Reversão na Ponte JK terá ajustes hoje



Luan Heredias sugere reversão no fim do dia também



Gabriel Resende frisou ganhos do tráfego mais fluido

» LETÍCIA MOUHAMAD
» DAVI CRUZ

O primeiro dia de testes da operação de reversão de faixas na Estrada Parque Juscelino Kubitschek (DF-027), na altura da Ponte JK, dividiu opiniões entre os motoristas que atravessam a via diariamente. Das 6h às 9h de ontem, duas faixas da via no sentido São Sebastião/Jardim Botânico foram invertidas para dar vazão aos veículos que seguem em direção ao Plano Piloto. Quem descia para o centro da capital experimentou uma viagem mais ágil, mas o cenário foi de filas e descontentamento no sentido oposto.

Condutores que trafegavam rumo ao Jardim Botânico e São Sebastião não esconderam a insatisfação com a lentidão gerada pelo funil de faixas, fazendo gestos de desaprovação ao passarem pela reportagem. Em contrapartida, os

usuários que utilizaram as faixas extras comemoraram o ganho de tempo na rotina diária.

O morador de São Sebastião Luan Heredias, 25 anos, celebrou o ritmo da viagem. “Eu costumava gastar em torno de 40 a 50 minutos. Hoje, com a via reversa, gastei em torno de 25 a 30 minutos”, contabilizou. Ele sugeriu que a logística seja espelhada no pico vespertino para otimizar o retorno para casa. “Eu saio daqui às 18h, e ali está sempre parado. Chegaria em casa mais cedo.”

Quem utiliza o transporte coletivo também sentiu o reflexo positivo. O trabalhador Gabriel Resende, 25, ressaltou os ganhos de trafegar sem interrupções. “Hoje fluiu superbem. Para quem anda de ônibus, e muitas vezes em pé, essa questão da rapidez conta muito”, destacou.

Para o presidente da Associação dos Moradores da SHIS QI 29, no

Lago Sul, Edir Albino, 76, a população deveria ter sido ouvida antes da decisão. Para ele, o governo deveria considerar as necessidades dos moradores e dos trabalhadores antes de tomar medidas que afetam a rotina da cidade. “O governo é um empregado público. Ele precisa ouvir os patrões, mas não ouvem”, afirmou.

O representante comunitário avaliou que a discussão não deve se limitar a ser contra ou a favor da reversão, mas considerar os impactos da medida sobre a população, inclusive em situações de emergência. “Você imagina uma ambulância no desespero pra fazer essa travessia de uma única via. Como é que vai ficar? Imagina o cidadão que está infartado e que precisa de um atendimento urgente. Como é que fica?”, alertou Edir.

Como alternativa para reduzir os congestionamentos, Edir defende investimentos na qualidade

do transporte público e melhorias na infraestrutura viária. “Se melhorasse o transporte público e a qualidade das vias, com certeza não precisaria dessas alterações”, afirmou.

Caráter experimental

A medida tem caráter experimental de 30 dias, como explicou o presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), Fauzi Nacfar Júnior. O gestor enfatizou que a velocidade no trecho reverso foi fixada em 60 km/h por segurança viária e reforçou o compromisso com a eficiência. “O primeiro sinal é a gente atingir a redução do tempo de viagem. Se o cidadão não conseguiu ganhar o tempo que a gente esperava, temos que voltar atrás. Mexer com a vida das pessoas e não dar um ganho para elas não faz sentido”, ressaltou, ao *CB.Poder* — par-

ceria do *Correio* com a TV Brasília, na última terça-feira.

No local da operação, o agente do DER-DF Estevão Gonçalo destacou que o tráfego no fluxo principal correu de forma pacífica, sem sinistros de trânsito registrados. Ele admitiu, contudo, que o engarrafamento no sentido oposto demandará atenção das equipes técnicas. “A gente sabe que teve um congestionamento; quem foi para o Lago Sul e Jardim Botânico sentiu essa diferença. Temos que trabalhar agora com essa balança, equilibrar os dois sentidos e tentar trazer o melhor para todos”, avaliou o agente.

Para melhor fluidez

Ao *Correio*, no fim do dia, o DER-DF reconheceu que, após a implementação da operação de reversão, técnicos verificaram a necessidade de realizar alguns ajus-

tes para que a operação de fluidez possa funcionar ainda melhor.

A partir de hoje, o motorista que sair do Jardim Botânico, sentido Plano Piloto, logo após passar pelo balão do Solar de Brasília e acessar a DF-027, terá além das três faixas regulares do lado direito, mais uma faixa revertida do lado oposto. Esta faixa adicional seguirá revertida até o fim da Ponte JK. Logo após o final da ponte, o motorista passará a contar com três faixas, que seguirão até a altura do trevo do Conselho de Justiça Federal (CJF).

Em nota, o DER-DF projeta que a reversão vai ampliar em mais de 33% a capacidade de tráfego dos motoristas que rumam ao centro da cidade. E alerta a todos os motoristas que “o sucesso desta operação de fluidez depende de todos e pede aos condutores que redobrem a atenção na via a fim de evitar sinistros de trânsito”.

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Medida em teste por 30 dias deve melhorar fluidez para quase 50 mil veículos diários, diz o DER-DF

ESPORTES

correibraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

LIBERTADORES Bom momento de Carrascal vira trunfo para o Flamengo suprir a ausência de Arrascaeta e chegar a mais uma final. Sina recente com expulsões, no entanto, serve de ponto de alerta para decisão contra o Estudiantes no Maracanã

O coringa e o temor

DANILO QUEIROZ

Jorge Carrascal virou uma das principais cartas do técnico Leonardo Jardim na reta decisiva de 2026. Em alta após viver período de oscilação, o colombiano ganhou espaço pela capacidade de ocupar diferentes setores e oferecer soluções para um Flamengo pressionado a transformar o favoritismo em vaga na decisão da Libertadores. Hoje, às 21h30, no Maracanã, o camisa 15 volta a ter papel importante contra o Estudiantes. Com Arrascaeta ainda como ausência, o meia-atacante colombiano assume a missão de preencher parte do vazio criativo e ajudar o clube a alcançar a quinta final continental em oito anos.

A versatilidade é o principal trunfo de Carrascal. Nos compromissos recentes, o jogador flutuou por todas as zonas do campo, adaptando o posicionamento às necessidades táticas da equipe. Marcou gols e concedeu assistências. A movimentação permite a Jardim modificar o desenho ofensivo sem, necessariamente, recorrer a substituições, além de aproximar o colombiano dos homens de frente e abrir espaços para as infiltrações. Em um duelo no qual a classificação vale uma temporada, a capacidade de encontrar alternativas durante a partida pode fazer diferença.

O bom momento individual divide espaço com uma preocupação coletiva. Se Carrascal representa uma solução para a ausência de Arrascaeta — o colombiano, inclusive, foi contratado para ser opção ao uruguaio no elenco —, o histórico recente de expulsões acende um sinal de alerta. Em confrontos eliminatórios da Libertadores, o time já sofreu com jogadores a menos em momentos decisivos. Contra um Estudiantes conhecido pela intensidade física e pela disputa de cada bola, além da tradicional catimba argentina, manter o controle emocional será tão importante quanto executar o plano de jogo.

O episódio mais recente ocorreu nas quartas de final desta edição,

Gilvan de Souza/Flamengo



Carrascal superou momento instável para deslanchar como boa opção ofensiva do rubro-negro na semifinal. Hoje, time carioca precisa vencer

diante do Independiente del Valle. Jorginho recebeu cartão vermelho no confronto de volta, no Maracanã, e ficou suspenso para a partida de ida contra os argentinos. O problema, contudo, não começou em 2026. Na semifinal da Libertadores de 2025, Gonzalo Plata foi expulso no duelo de volta contra o Racing, na Argentina. Já no encontro de ida das quartas de final desta temporada contra o rival de hoje, o equatoriano também chegou a receber o vermelho, posteriormente anulado após a identificação de um erro de arbitragem.

A atenção também precisa se estender às discussões e aos contatos

físicos. Na partida de ida, disputada em La Plata, Leonardo Jardim considerou o duelo agressivo e reclamou da permissividade da arbitragem diante das disputas. “Foi um jogo dentro do que a gente esperava. Extremamente agressivo. Mais do que competitivo, agressivo. Muito difícil de jogar, vocês viram, muitos contatos. O árbitro permitia agarrar, dar porrada, deixou andar. Para nós, que gostamos de ter a bola, houve dificuldades. O contato não permitia a gente ter a bola mais vezes, mas já sabíamos disso, como o árbitro apitava, o que o adversário pretendia fazer”, analisou o treinador.

A leitura do português reforça o tamanho do desafio no Maracanã. O Estudiantes deve voltar a apostar em duelos físicos e em um jogo de contato, tentando dificultar a circulação da bola. Ao Flamengo caberá responder com intensidade, mas sem cair em provocações ou transformar cada disputa em motivo para reclamação. A experiência de jogadores como Pulgar e Jorginho será importante para equilibrar competitividade e disciplina, especialmente em uma partida na qual qualquer desvantagem numérica pode custar caro.

Os números disciplinares da temporada ajudam a dimensionar

Basquete

Depois do vice no Torneio de Abertura do NBB ao perder a final para o Flamengo e da classificação em casa para as quartas de final da Liga Sul-Americana, o Brasília Basquete estreia na temporada 2026/2027 do Novo Basquete Brasil, hoje, às 20h15, no Ginásio Nilson Nelson. Semifinalista na versão anterior do torneio, os Extraterrestres tentam repetir a dose. O primeiro desafio da trupe de Dedé Barbosa é contra o Corinthians. Os ingressos estão disponíveis no Aplicativo do Basquete Brasília.

21h30

Estádio: Maracanã
Libertadores: semifinal



FLAMENGO

Rossi; Emerson Royal, Léo Ortiz, Léo Pereira e Alex Sandro; Erik Pulgar, Jorginho e Lucas Paquetá (Plata); Carrascal, Pedro (Bruno Henrique) e Samuel Lino.
Técnico: Leonardo Jardim



ESTUDIANTES

Muslera; Mancuso, Santiago Núñez, Tomás Palacios (González Pírez ou Rojo) e Benedetti; Pivovarov e Alexis Castro; Palacios, Baltasar Rodríguez e Tobio Burgos (Cetré); Carrillo
Técnico: Alexander Medina

Transmissão: ESPN e Disney+
Árbitro: Gustavo Tejera (URU)

Libertadores. Uma nova igualdade leva a disputa aos pênaltis. O Flamengo terá o apoio da torcida e a possibilidade de assumir o controle do confronto em casa, mas precisará converter a superioridade técnica em chances concretas e, principalmente, manter 11 jogadores em campo.

Carrascal pode ser uma das chaves para abrir a defesa argentina. A liberdade para circular, a capacidade de aproximar os setores e o bom momento individual dão ao colombiano condições de assumir o protagonismo em uma noite decisiva. Para chegar à quinta final continental em oito anos, no entanto, o Flamengo precisará combinar o talento com a maturidade coletiva. Na semifinal, encontrar soluções com a bola será essencial. Não oferecer ao Estudiantes uma vantagem por descontrole é igualmente determinante.

SUL-AMERICANA

Eduardo Domínguez viverá final "familiar" contra o Boca Juniors

O Atlético-MG perdeu por 2x0 com o Montevideo City Torque, ontem, no Centenário, mas garantiu presença na final da Copa Sul-Americana. Com a vantagem de 3x0 construída na partida de ida, o Galo administrou o resultado e carimbou o passaporte para Barranquilla, na Colômbia, onde enfrentará o Boca Juniors na decisão. A classificação também abre uma oportunidade especial para Eduardo Domínguez: disputar um título continental diante do clube no qual o sogro, Carlos Bianchi, construiu parte da vitoriosa história à beira dos gramados.

Casado desde 2008 com Brenda Bianchi, filha do treinador multicampeão pelo Boca Juniors, Domínguez teve a mentoria de luxo bem próxima, mas sempre procurou estabelecer a própria identidade à beira do campo. O parentesco com um dos nomes mais vitoriosos da história da Libertadores (Carlos é tricampeão com os argentinos) inevitavelmente desperta comparações, mas Barba carrega um conselho recebido do sogro desde o início da carreira: “Seja você mesmo”. A orientação veio quando deixou os gramados, em 2015, para

Eita Abramovich/AFP



Atlético-MG de Barba tomou susto, mas eliminou Montevideo City Torque

iniciar a trajetória como técnico.

O caminho próprio começou a ganhar forma no Nacional, do Uruguai, onde conquistou a

Supercopa Uruguaia de 2019. Na Argentina, alcançou projeção com o Colón, campeão da Copa da Liga em 2021, e consolidou o prestígio no

Estudiantes. Em menos de três anos à frente do clube de La Plata, conquistou cinco títulos e reforçou a reputação de treinador capaz de organizar equipes competitivas.

Contratado pelo Atlético-MG em fevereiro deste ano para substituir Jorge Sampaoli, Domínguez assumiu uma equipe em crise técnica e ainda marcada pela derrota nos pênaltis para o Lanús na final da Sul-Americana de 2025, mesma competição com chance de ser conquistada contra o Boca Juniors. Depois de perder a decisão do Campeonato Mineiro para o Cruzeiro, o argentino conduziu o Galo a uma sequência de 10 dias sem derrotas e à campanha continental.

Ontem, o Galo de Domínguez carimbou a vaga na decisão em um jogo com muitas chances perdidas e sofrimento no fim. Precisando tirar três de diferença, os uruguaios

finalizaram mais de 25 vezes na meta de Gabriel Delfim, um dos destaques da partida. As duas equipes chegaram a carimbar bolas na trave e os donos da casa deslancharam apenas no fim. Com Alan Franco expulso, marcaram no fim com Kelvin Silva e Kagelmacher, mas não impediram a vaga atleticana.

Agora, o Eduardo Domínguez terá pela frente o Boca Juniors, justamente o clube associado ao legado de Carlos Bianchi, vencedor de quatro edições da Libertadores (além do tri xeneize, uma com o Vélez Sarfield). A conexão familiar acrescenta simbolismo à decisão, mas Barba chega à final sustentado pelos próprios resultados. Em Barranquilla, terá a oportunidade de transformar a campanha atleticana em título e escrever mais um capítulo de uma trajetória construída longe da sombra do sogro.

CHAMPIONS

Com Vinícius Júnior titular e Endrick acionado aos 43 minutos do segundo tempo, o Real Madrid goleou o RB Leipzig por 4 x 1, ontem, no Santiago Bernabéu, pela terceira rodada da Champions League. Bernardo Silva, Arda Güler, Kylian Mbappé e Yan Diomande marcaram para os espanhóis. Gomis descontou para os alemães.

MAIS CHAMPIONS

Na Allianz Arena, Bayern de Munique e Arsenal empataram por 2 x 2 pela terceira rodada da Champions League. Harry Kane e Alphonso Davies marcaram para o time bávaro. Eberechi Eze e Declan Rice descontaram para os Gunners. Em Milão, o brasileiro Carlos Augusto fez gol na vitória da Inter por 3 x 1 contra o Shakhtar.

MUNDIAL SUB-17

A Seleção Feminina empatou com Gana por 3 x 3 ontem, em partida válida pela segunda rodada da fase de grupos da Copa do Mundo Feminina Sub-17. Nicolly Manuel, Kaillany Ranifah e Indy fizeram os gols da Amarelinha, que tem agora quatro pontos e lidera o Grupo C do torneio disputado no Marrocos. O Brasil venceu o Canadá na estreia por 6 x 2.

DÍVIDAS

O Corinthians lidera o ranking dos clubes brasileiros com as maiores dívidas, com um total de R\$ 2,76 bilhões. Os números fazem parte de um levantamento da Agência Nacional de Regulação e Sustentabilidade do Futebol (Anresf), que apresenta um panorama da situação financeira das equipes do futebol brasileiro.

SURFE

O Brasil classificou três brasileiros para as semifinais da etapa de Peniche, Portugal, da Liga Mundial de Surfe (WSL na sigla em inglês). De um lado, Italo Ferreira e Gabriel Medina brigam por uma vaga na final. Do outro, Yago Dora duelará contra o norte-americano Griffin Colapinto pela outra. A etapa será disputa hoje.

GINÁSTICA

O Brasil terminou a final por equipes do Mundial de Ginástica Artística em Roterdã, na Holanda, em quinto lugar. Fora do pódio, Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Lorrane Oliveira, Thais Fidelis e Sophia Weisberg não bateram a meta de antecipar a classificação para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028. A próxima tentativa será em 2027.

ESPORTES

LIBERTADORES Palmeiras perde no tempo regulamentar, mas Carlos Miguel brilha nos pênaltis e elimina o Fluminense

Sinal verde para oitava final

MARCOS PAULO LIMA

Quando surgiu o alviverde imponente no gramado em que a luta de volta contra o Fluminense o aguardava nas semifinais da Copa Libertadores da América, os comandados de Abel Ferreira sabiam bem o que vem pela frente: o pacto pela conquista de todos os títulos possíveis na temporada. Campeão do Paulistão, vice-líder do Brasileirão com um ponto atrás do Flamengo e semifinalista da Copa do Brasil contra o Vasco, o Palmeiras é finalista do torneio continental pela oitava vez. A quinta sob a batuta do técnico português.

Não sem emoção. O Fluminense venceu no tempo regulamentar por 1 x 0 com gol de Hércules e forçou a decisão por pênaltis. Assim como nas quartas de final, o goleiro Carlos Miguel brilhou ao defender a cobrança de Nonato e carimbou o passaporte na vitória por 5 x 3.

Sede da cobiçada Glória Eterna em 28 de novembro, Montevideu traz boas recordações ao Palmeiras. O Estádio Centenário foi o palco do tetracampeonato em 2021 na vitória por 2 x 1 contra o Flamengo na prorrogação. O adversário pode ser o mesmo. Atual campeão da Libertadores e do Brasileirão, o time rubro-negro recebe o Estudantes na partida de volta, hoje, às 21h30, no Maracanã. O confronto de ida terminou 0 x 0 em La Plata.

Jamais houve três finais entre os mesmos times na história da Libertadores. Portanto, se o Flamengo confirmar o duelo com o Palmeiras será o recorde. Houve repetecoz entre Santos e Peñarol (1962 e 2011), Santos e Boca Juniors (1963 e 2023), Estudantes e Nacional (1969

Nelson Almeida/AFP



A muralha alviverde decidiu nos pênaltis contra a LDU nas quartas de final e contra o Fluminense nas semifinais

e 1971) e River Plate e América de Cáli (1986 e 1996). Se der Estudantes, a competição colocará em cartaz a repetição da decisão de 1968.

O Palmeiras quis administrar do início ao fim a vantagem de 2 x 1 construída no Rio. O jogo inosso teve apenas dois momentos de emoção, ambas em jogadas na

diagonal buscando laterais ou pontas. No início do duelo, Guilherme Arana ficou de frente para o alvo, mas finalizou em cima do goleiro Carlos Miguel. Em outra tentativa, Hulk serviu Canobbio na direita. O acabamento do lance novamente facilitou o serviço do guardião alviverde no último ato de uma etapa

inicial muito aquém do esperado.

O segundo tempo foi uma continuidade da partida de ida no Maracanã. O Palmeiras tinha a posse da bola e o Palmeiras aguardava por uma oportunidade de transição para ser letal no contra-ataque. O Fluminense não cedeu e abriu o placar. Autor do gol no Rio, Wesley



PALMEIRAS 0 (5)

Carlos Miguel; Murilo, Gustavo Gómez e Alexander Barboza; Gay (Khellven), Lucas evangelista, Marlon Freitas e Piquerez; John Arias (Paulinho) e Andreas Pereira (Maurício); Flaco López (Sosa)

Técnico: Abel Ferreira



FLUMINENSE 1 (3)

Fábio; Guga (Samuel Xavier), Thiago Silva, Julián Millán (Ignacio) e Guilherme Arana; Hércules e Nonato; Canobbio (Wesley Natã), Ganso (Lucho Acosta) e Savarino (Serna); Hulk

Técnico: Marcão

Gol: Hércules, ao **Cartões amarelos:** Alexander Barboza e John Arias (Palmeiras) e Hércules (Fluminense) **Público:** 40.425 pagantes **Renda:** 4.641.706,48 **Árbitro:** Estebán Ostojich (Uruguai)

O caminho alviverde até a finalíssima

Fase de grupos
Junior Barranquilla 1 x 1 Palmeiras
Palmeiras 2 x 1 Sporting Cristal
Cerro Porteño 1 x 1 Palmeiras
Sporting Cristal 0 x 2 Palmeiras
Palmeiras 0 x 1 Cerro Porteño
Palmeiras 4 x 1 Junior Barranquilla

Oitavas de final
Ida: Palmeiras 1 x 1 Cerro Porteño
Volta: Cerro Porteño 0 x 1 Palmeiras

Quartas de final
Ida: Palmeiras 1 x 0 LDU
Volta: LDU 3 (3) x 2 (4) Palmeiras

Semifinal
Ida: Fluminense 1 x 2 Palmeiras
Volta: Palmeiras 0 (5) x 1 (3) Fluminense

“Carlos Miguel foi, mais uma vez, decisivo. É comemorar, pois é uma classificação importante. Jogar final de Libertadores é diferente. Vamos desfrutar, porque merecemos. Ainda falta mais um passo”

Marlon Freitas,
volante do Palmeiras



6ª EDIÇÃO - BRASÍLIA

Esse **ENCONTRO** é nosso.
Esse **MOVIMENTO** é de **TODAS NÓS.**

 **29/11**  **Shopping Pier 21**

Percursos de **2KM** **5KM** **10KM**
CAMINHADA



INSCREVA-SE



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



APOIO DE COMUNICAÇÃO



APOIO



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Peixes. A vaidade é um fenômeno psicossocial de grande poder, porque apesar de ser evidente, ainda assim nos entregamos a esse exercício nas esferas pública e privada, em busca de elogios e de validação, e não adianta erguer o dedo moralista e afirmar que seja pecado e que devemos abandonar a vaidade, porque esse fenômeno é imune aos decretos espirituais. Há quem não possa passar um dia sequer sem exercitar a vaidade enquanto outras pessoas circunscrevem o fenômeno a alguns momentos, que nem sequer são cotidianos, mas nenhum de nós é tão santificado ao ponto de ter conseguido se desvincular da vaidade. A vaidade seria linda e maravilhosa, não fosse o detalhe de que ela nos torna vulneráveis e frágeis, porque qualquer pessoa pode nos manipular à vontade explorando com maestria nossa vaidade.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

Suas suspeitas merecem investigação, portanto, nada dê por garantido. Se você imagina que tais ou quais coisas andam acontecendo, antes de atuar de acordo, procure investigar com imparcialidade. Assim dará certo.

 TOURO
21/04 a 20/05

Quando as pessoas discutem elas não querem intercambiar opiniões e pontos de vista, elas só querem ter razão, como se essa fosse alguma vantagem. Para não se enredar nesse labirinto, procure fazer concessões. Melhor assim.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

Para sua alma não se enredar no labirinto das preocupações, apesar dos eventos que estimulariam esse movimento procure você fazer com que sua boa vontade prevaleça, incentivando alegria e leveza. É possível.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

Quanto mais ousada seja sua alma nesta parte do caminho, melhores serão os frutos que você colherá, mas não porque tudo dê certo, e sim porque você descobrirá uma fibra em sua alma que andava meio esquecida. Em frente.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Tudo precisa de cuidado e de manutenção, cada coisa que você compra, cada relacionamento que você inicia, tudo precisa de cuidado, e quanto mais atenção e carinho você oferecer, melhor funcionará tudo. É assim.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Essas conversas estimulantes que envolvem você e suas perspectivas de progresso, precisam ser passadas a limpo em outro momento, em que o entusiasmo dê lugar ao bom senso. Triagem com crivo fino.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Nem tudo que brilha é ouro, e nem todo ouro solucionaria seus problemas. Procure encontrar valores além dos comuns, materiais, porque sua alma precisa descobrir o tesouro abstrato dos princípios eternos do coração.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Procure não ter razão em tudo, porque quanto mais fechadas e impermeáveis sejam suas opiniões e pontos de vista, menos você terá capacidade de entender tudo que anda acontecendo. Abra sua mente ao desconhecido.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Há palavras que deveriam ser ditas, porém, se as pessoas não as interpretarem com o coração, provavelmente degradingolaria tudo na direção de conflitos inúteis. Por enquanto, parece ser melhor preferir o silêncio.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Aproveite para ampliar sua agenda de contatos, porque quantos mais vínculos você formar agora, mesmo que não tragam resultados de imediato, servirão para o que você fará no futuro, mas que ainda desconhece.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

A sorte parece caprichosa, mas na verdade anda circulando por aí o tempo inteiro, e recai sobre as pessoas atrevidas que ficam mexendo com a realidade e fazendo tudo que está ao alcance delas para progredir. Sorte.

 PEIXES
20/02 a 20/03

As epifanias são aqueles momentos em que sua alma parece compreender tudo e uma serenidade fora do comum toma conta do coração. Não se pode forçar uma epifania, mas se pode ampliar sua influência à vontade.

MÚSICA

Espelhos da existência

Divulgação



Zanna apresenta álbum “Reflexo” no Clube do Choro

» EDUARDA BRANDÃO

A cantora, compositora e produtora musical Zanna apresenta o álbum *Reflexo* pela primeira vez em Brasília hoje, às 21h, no Clube do Choro. Indicada três vezes ao Grammy Latino com o disco de estreia, a artista chega à capital com um trabalho que combina MPB contemporânea, samba-rock, pop acústico e influências de soul e jazz.

O título do segundo álbum parte da ideia de que experiências, relações e comportamentos funcionam como espelhos. “Essas canções que estão dentro desse álbum, de certa forma, me refletem, mas eu acredito que reflitam também o público, a audiência, as pessoas que estão ouvindo esses trabalhos”, explica Zanna.

Entre as faixas que considera representativas de sua trajetória estão *Celestes animais*, sobre sua maneira de enxergar a existência; *Nilo*, inspirada em uma visita ao Egito e em uma história de amor ambientada há 12 mil anos; *Pé de Vento*, que resgata lembranças da infância em Jacarepaguá; e *Cartão Postal*. As composições transitam entre reflexões sobre a vida e memórias pessoais.

Com direção musical da própria artista e coprodução de Alexandre Kassim, o espetáculo tem arranjos de cordas do maestro Eduardo Farias. Zanna sobe ao palco com voz e violão, acompanhada por

Hamilton Pinheiro, no baixo; Misael Barros, na bateria; e Janaina Salles, no violoncelo. O show terá a participação surpresa de uma artista de Brasília.

O repertório inclui releituras de duas canções de Gilberto Gil, além de músicas de Ivan Lins e Djavan. Para Zanna, a música brasileira foi fundamental em sua formação, especialmente após passar anos vivendo na Europa. “Eu cheguei à Europa com 22 anos e me descobri ainda mais brasileira lá”, conta. A cantora destaca o desejo de preservar essa influência em sua produção e deixar uma marca própria na música.

A apresentação na capital representa um passo importante na expansão da carreira pelo país. Embora já tenha realizado shows na Europa e em diferentes estados do Sudeste, a artista vê a chegada a Brasília como uma oportunidade de ampliar sua presença em outras regiões. “Para mim, Brasília é o novo Brasil. É uma cidade que tem a ver com o futuro”, afirma.

ZANNA — REFLEXO

Hoje, às 21h, no Clube do Choro de Brasília, Setor de Divulgação Cultural, Bloco G. Ingressos a partir de R\$40 na Bilheteria Digital.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

URGENTEMENTE

É urgente o amor.
É urgente um beijo no mar.
É urgente destruir certas palavras.
Ódio, solidão e crueldade,
alguns lamentos
muitas espadas.

É urgente inventar alegria,
multiplicar os beijos, as searas.
É urgente descobrir rosas e rios
e manhas claras

Cai o silêncio nos ombros e a luz
impura, até doer.
É urgente o amor, é urgente
permanecer.

Eugênio de Andrade, 1956

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

5		1				6		
			1					
	6							4
			5				4	8
9				2				7
		6	7		9			2
	9	7	2		1			
		4					5	
		5		7		3		1

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Especialidade médica de personagem Meredith Grey na série "Grey's Anatomy"		Aurora (?), fenômeno visual que Hemisfério Norte ocorre no		Abrijo de Chaves no seriado homônimo		Canal de TV famoso pelos videocliques	Divulgação dos nomes dos classificados ou aprovados em provas
Nomenclatura ligada ao plano espiritual, associada à ideia de existência pós-morte							
Percebe; capta		Paula Deen, chef de cozinha dos EUA		Tipo de disco (pl.) Carne de segunda		"Madame (?)", filme brasileiro	
Veículo off-road de quatro rodas		Intacta Vasos sanitários (pop.)					(?) Del Rey, cantora Reutilizáveis
Apri-moraram; poliram (fig.)		Édouard (?), pintor francês de "Olympia"		Molécula-grama A mim		Morada	
Tecido para secar louça				Campina; pasto		(?) Ely, ator Peregrinação	
Unidade cromossômica				Orifício orgânico		(?) Gama, humorista e dublador brasileiro	
Sufixo de "brometo"				Tomo; seguro			
Antonio Fagundes, ator de "Bom Sucesso"		Sílabas de "sarcasmo" Pode ser do dente			Lista encontrada em restaurantes		
		Sentido do gosto Aqueles sem roupa					
Espécie de avião sem motor	Antônimo de "mole"			Última parte do intestino delgado		(?) Jack, banda de pop-rock	
Aventura amorosa (bras.)				Xarope feito de groselheira-preta			

BANCO 3/ron. 4/iana. 5/manet — vínis. 6/boreal — cassis. 14

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

		F	P			C
	J	A	C	T	A	N
	C	O	R	R	E	I
	N	R	O	E	R	S
				S	A	N
	A	C	D	A	D	O
P	O	L	I	G	R	A
	N	S	C	I	N	Z
	C	A	N	E	T	A
	C	E	C	I	E	G
	I	O	L	I	V	A
	O	G	O	L	E	M
	A	N	A	S	N	E
	A	R	A	R	E	T
G	E	L	A	T	I	N

SUDOKU DE ONTEM

6	4	7	9	1	2	5	8	3
9	5	1	8	3	6	4	2	7
2	8	3	7	4	5	9	6	1
7	2	6	1	5	4	3	9	8
1	9	4	3	7	8	6	5	2
5	3	8	6	2	9	7	1	4
4	6	2	5	8	3	1	7	9
3	1	9	2	6	7	8	4	5
8	7	5	4	9	1	2	3	6

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.



>>>

www.assinecoquetel.com.br

Siga a gente nas redes sociais:

 coquetel

 editoraCoquetel

Assine aqui

Assine aqui

Diversão & Arte

Heróia BRASILEIRA

ADAPTAÇÃO DAS TIRINHAS DE LAERTE, *OVERMAN* USA O HUMOR PARA SATIRIZAR AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS DE UM HERÓI NADA CONVENCIONAL

» ISABELA BERROGAIN

As tirinhas da cartunista Laerte ganham, mais uma vez, as telonas. Após o longa *A cidade dos piratas* (2018), *Overman*, de Tomás Portella, chega aos cinemas hoje e apresenta um verdadeiro herói à brasileira, interpretado por Caco Ciocler. Desempregado e endividado, o protagonista que dá nome ao filme é convidado pelo governador do Rio de Janeiro (Otávio Müller) a ocupar um cargo na Secretaria de Segurança Pública, mas vê a posição ameaçada pela chegada de Pâmela, a Mulher Cachorro (Karina Ramill), uma heroína mais competente e popular.

A comédia é uma iniciativa de Iafa Britz, que foi apresentada às tirinhas pela advogada Andrea Francez. “Foi uma história de amor imediata. Que personagem espetacular! Lembro de me perguntar por que a gente ainda não tinha um herói nosso, brasileiro, com todas essas características. Alguém que precisa enfrentar grandes inimigos como a burocracia, a preguiça e a lei do menor esforço”, lembra a produtora. Na trama, Overman vive a contradição de ser um herói poderoso e, ao mesmo tempo, incapaz de resolver os próprios problemas.

A produtora brinca que foram "conversas infinitas" e "perseguições" para que a cartunista permitisse a adaptação. "Ainda mais levando em consideração que o Overman é um personagem de 1998 e o tanto que o mundo mudou de lá para cá", aponta Iafa. Para Portella, apesar das atualizações, os conflitos trazidos nas tirinhas são "iguaizinhos" aos de hoje em dia. "A gente brinca que ele é uma visão over de todo homem brasileiro, e a Laerte enxergou isso muito antes do pessoal que escreveu *The boys on Deadpool* começar a pensar em trabalhar com audiovisual", exalta.

O público feminino, por sua vez, deve se identificar com o personagem de Karina, apostando a atriz. “A gente pode ter uma ideia genial e, mesmo assim, um homem vai ser mais escutado do que a gente. Isso é uma coisa que acontece na maioria dos lugares. E ela traz isso com humor, porque ela não é menor do que o Overman. Ela é sagaz, inteligente e é uma super-heróina também. Mas, apesar disso, ela ainda não recebe o mesmo respeito que ele”, pontua.

Criação do personagem

Durante o processo de preparação, Caco Cio-
cler revela ter mergulhado de cabeça nas tri-
nhas, que define como “fascinantes”. “Eu lia
e pensava: ‘Acho que eu não entendi algu-
ma coisa’. Não é um humor que você decifra
muito rápido, nem mesmo depois de algum
tempo. Tem um mistério ali que eu não
consigo definir, e foi isso que eu tentei
trazer para o personagem. Eu não
sei quem é esse cara de ver-
dade. Ele é engraçado,

mas não é. É tosco, mas não é. E eu quis preservar isso”, detalha o ator.

O protagonista ainda relata que viveu “um conflito constante” até entender o limite entre entender as dores do personagem e manter o humor característico das tirinhas. “Eu gosto quando ele chora de verdade por trás da máscara. Você não vê nada, só um olho emocionado ali atrás e pensa: ‘Gente, quem é essa pessoa? Mas, se o filme fosse o tempo todo nesse lugar, não funcionaria. Então esse equilíbrio esteve presente o tempo todo’”, garante Ciocler.

Às vésperas do segundo turno das eleições, o longa chega em um momento em que a sociedade discute questões pertinentes ao filme, pondera Portella. "Todas essas contradições do Brasil estão ali. A gente brinca com os dois lados, com forças diferentes, é claro, porque um tem um potencial mais destrutivo. Mas fazemos piada com tudo que envolve política. Tudo ali no filme é, de alguma forma, político", conclui o diretor, que brinca com uma sequência em que Overman se candidata a deputado federal.



**Em *Overman*,
Caco Ciocler
interpreta um herói
desempregado e
endividado**

UM PESADELO NA AMBICÃO

» RICARDO DAEHN

Moldar personalidades para serem vividas na tela é a rotina e o ganha-pão do ator Matt Hagen, protagonista do novo filme do inglês James Watkins, *Carra-de-Barro*, que vem embalado como um filme de terror com origens patentes nas franquias da DC comandadas pelos produtores Peter Safran e James Gunn. Considerado um “camaleão” nas artes cênicas, Matt (personagem de Tom Rhys Harries), depois de passar por violência que o desfigura, “levará o inferno” consigo em arquitetura e instintiva vingança.

Um show visual com gosmas, empilhamento de mortes e asfixiante jornada de perda de identidade ronda o filme que trata de trações, obstrução de justiça e sedução. O reconhecimento nas ruas não virá apenas para o astro da Imperial Pictures que traz a ânsia de frequentar os tapetes vermelhos de celebrações



Cara-de-Barro: nova tentativa da DC de transformar seu universo

de personalidades; ele ainda se estenderá para a cientista Caitlyn Corr (personagem de Naomi Ackie), capaz de acalmar e reerguer a consciência do abalado Matt.

acusado de assédio (por uma colega de profissão) e abalado pela confusão nas células presentes no corpo dele. Enquanto Matt, como paciente de Caitlyn, insiste

com um “Minha vida acabou”, ela traz novas perspectivas.

Junto com a aliança da tecnologia, que redesenha o rosto do protagonista,

a médica alerta que “A melhor vingança é uma vida bem vivida”, desencorajando ataques ao chefeão Szabo (David Dencik), sempre sob a proteção do capanga Patches (Jake Curran). Sem adentrar nos desdobramentos dos quadrinhos, que avançam para o reconhecido Asilo Arkham (sanatório que já abrigou tipos como Charada, Pinguim e Coringa), *Carra-de-Barro* investe em papéis importante para Eddie Marsan (de *Simplemente feliz*), que guarda um segredo, e ainda para Joana Ribeiro (intérprete portuguesa que dá vida à atriz Mía Torrez).

Medo de assumir sentimentos sufocados, confusão quanto ao comportamento de moléculas do próprio corpo e bizarras alterações durante o sono farão parte da rotina de Matt, que, entre poderes terá a vocação para realizar movimentos de massa, causando uma confusão geral de identidades entre os personagens do filme de aventura.



Redução da maioria penal vira pauta eleitoral, mas não resolve violência

Maria Eduarda Lavocat

Atrês dias do segundo turno, propostas de redução da maioria penal se tornaram mais um ponto de disputa entre as campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). O tema ganha relevância diante do apoio popular à medida: pesquisa Datafolha, divulgada em junho deste ano, aponta que 79% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioria penal no país.

Os dois candidatos defenderam mudanças na legislação por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), mas com alcances distintos. O grupo ligado a Flávio Bolsonaro defende a redução da maioria penal de 18 para 16 anos como regra geral, além da possibilidade de responsabilização penal de adolescentes a partir dos 14 anos em casos de crimes graves e hediondos. A proposta foi apresentada no dia 14 deste mês pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio.

Já a proposta associada à candidatura de Lula tem alcance mais restrito. Articulada pelo senador Camilo Santana (PT-CE), líder do PT no Senado e coordenador da campanha de reeleição do presidente, a proposta alternativa foi apresentada no dia seguinte como uma emenda na PEC da Segurança Pública. O texto prevê a redução da maioria penal para 16 anos exclusivamente em casos de crimes hediondos, como homicídio qualificado, latrocínio, estupro e extorsão mediante sequestro.

Nos demais casos, adolescentes de 16 e 17 anos continuariam submetidos às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A proposta também não prevê a responsabilização penal a partir dos 14 anos.

O advogado criminalista Matheus Chiocheta avalia que a redução da maioria penal funciona como uma forte estratégia eleitoral. Segundo ele, o endurecimento das políticas penais costuma ser explorado por partidos e políticos com tendências

autocráticas e alinhados à direita ou à extrema-direita, por meio do populismo penal.

“Isso mexe com paixões, com angústias profundas do cidadão comum, que são respondidas com soluções ilusoriamente fáceis. Essa é a tônica do atual Parlamento brasileiro. Por isso, costumo dizer que o direito penal deixou de ser ultima ratio (último recurso) para se tornar sola ratio (única solução), vendido como a única resposta possível”, afirma.

Para o advogado, os riscos desse tipo de política vão desde a insuficiência de recursos orçamentários para implementar as medidas até o desvio de verbas de áreas como saúde e educação. Ele também alerta para o enfraquecimento da coerência e do equilíbrio das leis penais e de segurança pública, além do avanço de um estado de exceção, legitimado pelo uso de mecanismos que podem violar direitos e garantias fundamentais.

Aumento da criminalidade

Apesar do apoio de uma parcela expressiva da população, a redução da maioria penal é questionada por especialistas em criminologia. Para eles, o endurecimento das punições não representa, necessariamente, uma estratégia eficaz de combate à violência e pode, em determinadas circunstâncias, contribuir para o aumento da reincidência criminal.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ajudam a contextualizar o debate sobre os efeitos do encarceramento. Segundo estudo do órgão, entre os 5.544 adolescentes que ingressaram no sistema socioeducativo em 2015, 1.327 retornaram ao menos uma vez até 30 de junho de 2019, o equivalente a uma taxa de reentrada de 23,9%.

Quando considerado o critério de novo trânsito em julgado, isto é, quando há uma nova condenação definitiva pela prática de

ato infracional, a taxa de reiteração foi de 13,9%. Na prática, isso significa que cerca de dois em cada dez adolescentes retornaram ao sistema socioeducativo, enquanto aproximadamente um em cada dez recebeu uma nova sentença condenatória no período analisado. Entre os adultos, a taxa de retorno ao sistema de Justiça chegou a 42,5%, segundo o levantamento.

A advogada criminalista, mestre em direito penal e presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas no Distrito Federal (Abracrim-DF), Gabriela Bemfica, avalia que os números do CNJ evidenciam os riscos de apostar no encarceramento como principal resposta à violência. “O argumento não é ideológico, mas estatístico: a prisão comum produz mais reincidência”, afirma.

Continua na página 2

Caio Gomez



A professora do curso de Direito do Insper — Instituto de Ensino e Pesquisa — e mestre em ciências criminais Mariana Chies-Santos também questiona a eficácia da medida. Segundo ela, não há evidências científicas consistentes de que a redução da maioridade penal seja uma estratégia eficaz para diminuir a criminalidade.

“Ao contrário, pesquisas internacionais, especialmente aquelas realizadas nos Estados Unidos, indicam que essa redução não produz os efeitos preventivos esperados e pode aumentar a reincidência. Esses estudos apontam que adolescentes submetidos à Justiça penal adulta apresentam maior envolvimento posterior em práticas violentas do que jovens que permaneceram no sistema especializado”, declara.

Mariana explica que os defensores da redução costumam argumentar que a medida permitiria respostas mais severas a crimes graves, ampliaria a responsabilização dos adolescentes e reforçaria a sensação de justiça entre vítimas e familiares. No entanto, segundo a professora, pesquisas sobre dissuasão penal indicam que o aumento da severidade das penas não é a solução.

“A literatura sobre dissuasão penal demonstra que o aumento da gravidade das penas, isoladamente, possui efeitos preventivos limitados e pouco consistentes. A percepção de que uma conduta poderá ser identificada e responsabilizada tende a ter maior relevância do que a duração da pena eventualmente aplicada”, destaca.

Como exemplo dos limites do endurecimento penal, Mariana cita a Lei dos Crimes Hediondos, aprovada em 1990. Para ela, mais de três décadas de ampliação de penas e restrições à execução penal não produziram evidências convincentes de que punições mais severas, por si só, sejam capazes de reduzir a violência de forma sustentada.

“A ideia de que precisamos punir mais para produzir menos violência desconsidera os resultados concretos de décadas de expansão punitiva”, afirma.

Para o advogado Matheus Chiocheta, “reduzir a maioridade penal significa desistir, enquanto Estado, de qualquer pretensão ressocializadora”. Segundo o especialista, a segregação pode contribuir para a reincidência, sobretudo diante das condições do sistema prisional brasileiro e dos desafios enfrentados pelas próprias unidades de internação socioeducativa.

Chiocheta reconhece que a redução da maioridade penal pode ser vista por parte da população como uma resposta à angústia provocada pela criminalidade. No entanto, avalia que esse sentimento pode favorecer propostas de apelo popular sem eficácia comprovada no enfrentamento da violência.

O advogado ressalta que adolescentes a partir dos 12 anos já podem ser responsabilizados pela prática de atos infracionais no Brasil, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A diferença, explica, é que eles estão sujeitos a um sistema próprio de responsabilização, com procedimentos específicos e medidas socioeducativas aplicadas em unidades distintas do sistema prisional adulto.

Para Chiocheta, o caminho seria aperfeiçoar

Divulgação



“A segurança pública não pode ser reduzida à capacidade do Estado de prender. Ela precisa ser avaliada também por sua capacidade de proteger vidas, prevenir violações e impedir que trajetórias de violência se reproduzam.”

*Mariana Chies-Santos,
Professora do curso de Direito do Insper*

esse modelo, corrigindo eventuais distorções na aplicação das medidas, especialmente nos casos mais graves. Ele menciona, por exemplo, o debate sobre o tempo máximo de internação. Na avaliação do advogado, porém, a discussão sobre o aprimoramento do sistema socioeducativo não deve ser confundida com a defesa da redução da maioridade penal, que classifica como uma forma de populismo penal.

Mariana Chies-Santos ressalta que a adolescência é uma fase do desenvolvimento marcada pela construção de vínculos sociais, identidades e trajetórias. Nesse contexto, a entrada precoce no sistema prisional adulto pode ampliar a exposição à violência institucional, romper vínculos familiares e comunitários, dificultar a continuidade dos estudos e aproximar adolescentes de redes criminosas mais estruturadas.

A professora destaca ainda que as prisões são ambientes marcados por relações de poder e hierarquias associadas, em muitos casos, à atuação de organizações criminosas. Nesse cenário, a inserção de adolescentes no sistema prisional pode aumentar sua dependência desses grupos, inclusive como estratégia de sobrevivência e proteção.

“Existe, portanto, um paradoxo importante: ao defender o encarceramento de adolescentes como instrumento de combate à criminalidade, podemos contribuir para ampliar sua exposição às próprias redes criminais que pretendemos enfraquecer”, conclui.

O que diz a Constituição

A advogada Gabriela Bemfica explica que, embora o artigo 228 da Constituição Federal estabeleça que menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, há divergências sobre a possibilidade de alterar essa regra por meio de

Divulgação



“O próprio CNJ concluiu que levar esse público para o sistema prisional pode agravar a criminalidade. O argumento não é ideológico, mas estatístico: a prisão comum produz mais reincidência.”

*Gabriela Bemfica,
advogado criminalista*

uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Uma interpretação entende que a maioridade penal é uma questão de política criminal, e não uma cláusula pétrea. Outra defende que essa garantia é protegida pelo artigo 60, § 4º, inciso IV, da Constituição, que impede emendas tendentes a abolir direitos e garantias fundamentais, mesmo aqueles que não estão expressamente previstos no artigo 5º. Essa interpretação também se apoia no artigo 227 da Constituição, que garante proteção integral e prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes, além de tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

O pacto prevê medidas especiais de proteção aos menores e determina que adolescentes submetidos a processos judiciais sejam tratados de forma compatível com sua condição de pessoas em desenvolvimento. O argumento contrário à redução da maioridade penal é que submeter jovens de 16 e 17 anos ao sistema penal adulto pode violar as garantias constitucionais de proteção integral, independentemente do nome dado à medida.

“Por todas essas razões, entendo que uma interpretação sistemática da vontade do legislador constituinte e dos tratados internacionais que regulamentam o tema levam à compreensão de que submeter jovens de 16 e 17 anos ao processo e ao sistema penal comum, com penas de adulto, viola esse regime, independentemente do nome que se dê à responsabilização”, defende a advogada.

A professora Mariana Chies-Santos ressalta que a discussão não envolve a passagem de um sistema de impunidade para outro de

Divulgação



“Reduzir a maioridade penal significa desistir, enquanto Estado, de qualquer pretensão ressocializadora. A segregação é catalisadora de reincidência, em especial a se considerar o estado de coisas do sistema prisional”

*Matheus Chiocheta,
advogado criminalista*

responsabilização, mas a substituição de um modelo jurídico especializado por outro marcado por graves problemas estruturais. “O Estado brasileiro não consegue assegurar plenamente os direitos das pessoas adultas que mantêm encarceradas. Por que deveríamos acreditar que conseguiria proteger adequadamente adolescentes submetidos a esse mesmo sistema?”, questiona.

A partir dos 12 anos, adolescentes que cometem atos infracionais podem ser responsabilizados com a aplicação das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Portanto, o adolescente não fica impune: está sujeito a medidas socioeducativas proporcionais às circunstâncias e à gravidade do ato infracional. A internação, aplicada nas hipóteses previstas em lei, implica privação efetiva de liberdade em estabelecimento educacional, separado do sistema prisional adulto, por período que não pode exceder três anos.

Para Gabriela Bemfica, o modelo de responsabilização previsto no ECA pode cumprir seus objetivos, desde que as medidas socioeducativas sejam efetivamente aplicadas e acompanhadas. A recuperação e a ressocialização dos adolescentes dependem de investimentos em escolaridade, profissionalização e atendimento psicológico, conforme previsto na legislação, especialmente no artigo 124 do ECA. A efetividade do sistema, portanto, exige fiscalização e recursos compatíveis com a importância atribuída pela Constituição Federal e pela comunidade internacional à proteção integral de crianças e adolescentes.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

TSE recua na iniciativa de vedar canais de WhatsApp na véspera da eleição

Avaliada pela campanha de Lula como uma tentativa de golpe, não prosperou a proposta discutida no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de vedar canais de WhatsApp com mais de 200 mil usuários no período compreendido entre 48 horas antes e 24 horas depois da eleição. A medida afetaria especialmente o canal "Exército de Lula", comandado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), que ultrapassou 7,8 milhões de inscritos com discurso voltado para o engajamento da esquerda nas redes sociais.



Minuta pronta

A suspensão temporária dos canais de WhatsApp chegou a ser discutida em reunião com ministros do TSE e uma minuta foi elaborada. Para efeito de vedação desses meios de comunicação em redes sociais, o TSE consideraria "canais de transmissão de conteúdo de natureza político-eleitoral, o canal, grupo, comunidade ou lista de transmissão em aplicativo de mensagens instantâneas ou em plataforma digital, inclusive de transmissão ao vivo, de acesso aberto ou mediante convite, que transmita conteúdo de natureza político-eleitoral, em especial aqueles informados à Justiça Eleitoral pelas campanhas, os administrados por candidatos, partidos, federações e detentores de mandato eletivo".

Integridade do pleito

O ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, foi designado para elaborar as regras e divulgou uma nota justificando a suspensão dos canais. "A minuta não é uma iniciativa individual. A necessidade da sua elaboração parte de um entendimento construído em conjunto, o texto ainda está em discussão interna, e qualquer versão final depende de deliberação colegiada do Tribunal. O objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos. Os critérios em análise são objetivos e impessoais e valem igualmente para todos os canais de natureza político-eleitoral de grande alcance, qualquer que seja o candidato, o partido ou a orientação política", registrou.



Roberto Jayme/Ascom/TSE

Desembargadora é condenada a quase 15 anos de prisão por envolvimento em esquema de venda de decisões judiciais

No primeiro julgamento de mérito de ação penal derivada da Operação Faroeste, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou, nesta quarta-feira (21), a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Maria do Socorro Barreto Santiago à pena de 14 anos e 11 meses de prisão, em regime inicial fechado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Pelos mesmos crimes, o juiz aposentado Sérgio Humberto de Quadros Sampaio foi condenado a 15 anos e oito meses de reclusão, também em regime inicial fechado. O STJ determinou, ainda, a perda do cargo público de ambos os magistrados e, no caso do juiz Sérgio Sampaio, a sanção foi convertida em cassação da aposentadoria compulsória. A Operação Faroeste apontou esquema de venda de decisões judiciais na Justiça Estadual da Bahia.

Esquema sofisticado de grilagem

Segundo o ministro Og Fernandes (foto), relator do caso, o avanço das investigações da Operação Faroeste revelou um esquema sofisticado de grilagem de terras e de comercialização de decisões judiciais relacionadas a conflitos fundiários no oeste baiano. "O que inicialmente se apresentava como uma investigação pontual passou gradativamente a descortinar uma estrutura organizada destinada à utilização do aparato jurisdicional como instrumento de obtenção de vantagens econômicas indevidas", afirmou.



Roberto Jayme/Ascom/TSE



Divulgação

Posse prestigiada

O presidente Lula nomeou como desembargador eleitoral do TRE-DF o advogado Leonardo Fonseca, filho do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pelo prestígio do cargo e pela força do pai, o novo magistrado teve uma posse concorrida. Na imagem, Fonseca que chega como titular num momento fundamental para julgamento das campanhas, foi prestigiado pela presença do pai, magistrados e os advogados Raul Sabóia e Raul Sabóia Filho.

"Não podemos ter um Poder Judiciário corrupto, uma justiça que não é justa, uma justiça partidarizada. Estou convicto de que é preciso uma reforma do Supremo. Pergunto se, para chegar ao Supremo, não deveriam ser juizes de carreira, desembargadores, gente que fez toda uma carreira jurídica, que tem saber jurídico. O problema é que, às vezes, são políticos nomeados, gente de um partido, gente de outro, que é político e continua político. A pior coisa deve ser a sensação de ser julgado por um juiz iníquo, cuja história não é de ética e de justiça"

Dom Paulo Cezar Costa, arcebispo metropolitano de Brasília



Reprodução/TV Brasília

ENTREVISTA — MARCUS VINICIUS VITA, advogado, membro da Comissão de Estudos Constitucionais do CFOAB

Filtro de relevância vai tornar julgamentos do STJ mais seletivos

Ana Maria Campos

Diante do alto volume de processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o filtro de relevância dos recursos especiais busca racionalizar os julgamentos e fortalecer a uniformização da legislação federal. A medida, porém, levanta debates sobre o acesso à Justiça. Nesta entrevista, o advogado Marcus Vinicius Vita, membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), analisa os impactos e os desafios da mudança.

O STJ recebeu mais de 500 mil processos em 2025 e realizou 771 mil julgamentos. Até que ponto o novo filtro de relevância pode ajudar a enfrentar esse volume de trabalho?

Entendo que o filtro de relevância é fundamental para racionalizar os julgamentos no STJ. Não é razoável que o Tribunal seja acionado contra todo e qualquer acórdão de segundo grau, sobretudo quando os recursos, na maioria das vezes, envolvem o reexame de provas, a interpretação de cláusulas contratuais, temas já pacificados pelo próprio Tribunal ou causas de reduzido valor econômico. O filtro de relevância surge, justamente, para reduzir a carga excessiva de processos que chegam ao STJ, resgatando o seu papel constitucional.

A redução do número de recursos individuais significa, necessariamente, julgamentos mais rápidos e decisões de melhor qualidade?

Entendo que a celeridade não deve ser imposta aos julgadores como um fim em si mesma. A qualidade da prestação jurisdicional não pode ser medida apenas pelo tempo, salvo quando a demora ultrapassa os limites do razoável. Atualmente, as decisões do STJ são de elevada qualidade, fruto do trabalho hercúleo dos julgadores e respectivas assessorias. Naturalmente, com a redução do número de recursos, os temas poderão ser examinados e debatidos com ainda maior profundidade.

Ao priorizar casos capazes de orientar milhares de outros processos, o tribunal pode contribuir para reduzir a insegurança jurídica e a divergência entre decisões dos tribunais estaduais?

Sem dúvida. Essa é a verdadeira função

Divulgação



constitucional do STJ, inclusive no plano federativo. A fixação de teses em julgamentos de recursos repetitivos promove a necessária uniformização da interpretação da legislação federal em todas as instâncias, reduz a divergência entre os tribunais de segunda instância e, consequentemente, fortalece a segurança jurídica.

Como medir o sucesso da mudança: pela quantidade de processos recebidos, pelo tempo de tramitação, pela uniformidade da jurisprudência ou pela efetiva proteção dos direitos?

Entendo que o sucesso da mudança deve ser aferido pela conjugação de todos esses fatores. Um tribunal com menor volume de processos tende, naturalmente, a atuar com maior celeridade. Além disso, a uniformização da jurisprudência contribui diretamente para a proteção dos direitos, pois orienta as instâncias inferiores e evita decisões díspares. O STJ desempenha papel fundamental no pacto federativo, ao promover, no plano jurisdicional, a harmonia na interpretação da legislação federal. Assim, a formação de precedentes vinculantes e a consolidação de entendimentos uniformes concretizam a missão constitucional atribuída ao Tribunal pelo constituinte originário no artigo 105 da Constituição Federal, especialmente em seu inciso III, alínea c, que lhe confere a função de solucionar divergências interpretativas entre tribunais. Entre as competências do STJ, essa é a que melhor evidencia o seu papel federativo.

O cidadão que perder uma causa em segunda instância terá menos chances de levar a discussão ao tribunal superior?

Sim, necessariamente. Em primeiro lugar, é importante observar que, em razão da ampla

possibilidade de interposição de recursos, o STJ acabou por assumir, de forma anômala, o papel de uma terceira instância. O filtro de relevância surge justamente para resgatar a função constitucional do Tribunal de assegurar a autoridade da legislação federal e uniformizar sua interpretação. A lógica do sistema processual é que, em regra, os processos se encerrem na segunda instância, último grau destinado à discussão ampla e à revisão dos fatos e das provas. Para que a controvérsia seja examinada pelo STJ, ressalvadas as hipóteses de relevância presumida, caberá à parte demonstrar que a questão possui importância jurídica que justifique sua apreciação pelo Tribunal. Não se trata de limitar o acesso, mas, sim, de o racionalizar dentro das premissas constitucionais.

Se uma pessoa tiver um direito individual violado, mas sua causa não apresentar impacto coletivo evidente, como poderá obter uma revisão da interpretação da lei federal?

A relevância deverá ser demonstrada. A violação de direitos e garantias individuais, a meu ver, é uma das hipóteses que podem justificar o exame da controvérsia, independentemente de valor econômico superior a 500 salários mínimos. O filtro de relevância não fecha as portas do STJ à maioria dos litigantes; busca, antes, evitar a interposição de recursos com finalidade meramente protelatória. Eventuais violações de direitos serão, certamente, examinadas pelos ministros sob a perspectiva da relevância.

Existe o risco de que causas de menor valor econômico ou de pessoas em situação de vulnerabilidade tenham mais dificuldade para chegar ao STJ?

Como mencionei, nas causas de valor inferior a 500 salários mínimos, a parte deverá demonstrar que a questão jurídica possui relevância suficiente para justificar o julgamento do recurso especial pelo Tribunal. Não se trata, portanto, de um risco, mas de uma exigência constitucional que afasta o acesso automático ao STJ em causas de menor valor econômico. Quanto às pessoas em situação de vulnerabilidade, elas enfrentam, há muito tempo, um problema de inconstitucionalidade estrutural — um verdadeiro estado de coisas inconstitucional — decorrente, entre outros fatores, do número insuficiente de defensores públicos e da falta de condições adequadas para assegurar sua representação efetiva. Assim, a principal dificuldade enfrentada por essas pessoas

está menos no acesso ao STJ e mais na garantia de uma representação jurídica efetiva.

Como evitar que o filtro de relevância se transforme em uma barreira adicional para quem já enfrenta dificuldades para acessar a Justiça?

Trata-se de uma questão estrutural. O problema não reside no filtro de relevância, mas na insuficiência da estrutura das defensorias públicas para representar efetivamente as partes. É equivocada a afirmação de que a Justiça se destina apenas aos mais abastados. A Constituição previu as defensorias públicas justamente para assegurar assistência jurídica àqueles que não dispõem de recursos para contratar um advogado. O problema, portanto, está muito mais na atuação dos Poderes Executivos estadual e federal, responsáveis por conferir estrutura adequada às defensorias, do que no filtro de relevância.

Como compatibilizar a seleção dos casos com as garantias constitucionais de acesso à Justiça, contraditório e ampla defesa?

Não se deve confundir a incidência desses princípios. O acesso à Justiça, o contraditório e a ampla defesa constituem garantias processuais e mandamentos constitucionais que devem ser observados em todos os processos, sob pena de nulidade. A seleção dos recursos com base no critério de relevância, por sua vez, parte da premissa de que essas garantias constitucionais já foram devidamente respeitadas. É importante ter em mente que esse mecanismo de relevância visa direcionar o STJ ao exercício de sua verdadeira função: examinar violações efetivas de direitos e uniformizar a interpretação da legislação federal, conferindo ao Tribunal a relevância institucional que a Constituição lhe atribuiu.

Se um recurso não for admitido por ausência de relevância, quais alternativas jurídicas permanecem disponíveis para a parte prejudicada?

O processo segue uma marcha para a frente, cujo desfecho é a formação da coisa julgada. Em nossa tradição jurídica latina, é comum que as partes resistam à derrota e busquem alternativas para revertê-la. Não admitido o recurso por ausência de relevância, poderão restar, conforme o caso, a impugnação ao cumprimento de sentença ou, em caráter excepcional, a ação rescisória, medida de cabimento restrito e elevado custo.

Visão do Direito



Caroline Rangel

Advogada criminalista, especialista em crimes sexuais e Lei Maria da Penha

Caso Isabelle Caracristi: da distinção entre violência psicológica e instigação ao suicídio

O caso da estudante de direito Isabelle Caracristi, de 22 anos, encontrada sem vida no pátio de um condomínio em Fortaleza, em 13 de setembro, requer uma apuração cuidadosa, técnica e capaz de esclarecer as circunstâncias que antecederam o desfecho. O namorado da jovem, João Munhoz Neto, está preso preventivamente, e é investigado por indução ao suicídio, obstrução de provas e violência psicológica.

São condutas distintas, com previsões legais próprias e consequências diferentes, e cabe à investigação, a partir das provas, estabelecer o que de fato ocorreu. Distinguir os tipos penais não significa diminuir a gravidade do caso nem antecipar conclusões, mas assegurar que uma eventual responsabilização esteja bem fundamentada. O Código Penal trata da indução, instigação ou auxílio ao suicídio no artigo 122, com pena de reclusão de até dois anos. Se da tentativa resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena sobe para até três anos, e, se o suicídio se consuma, pode chegar a seis anos.

A pena é duplicada quando o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil, ou quando a vítima tem diminuída a capacidade de resistência, e pode, ainda, ser aumentada quando a conduta ocorre por meio de redes sociais ou de computadores.

Trata-se de crime que exige a demonstração de que a conduta do agente induziu, instigou ou auxiliou a decisão da vítima, e isso demanda provas consistentes que podem ser reconstruídas por diferentes meios: mensagens, áudios, testemunhos e perícias.

Já a violência psicológica, prevista no Código Penal por meio da inclusão do artigo 147-B, pela Lei 14.188/2021, criminaliza a conduta de causar dano emocional à mulher que prejudique seu pleno desenvolvimento ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões se a conduta não constituir um crime mais grave – uma importante ressalva pois, comprovada uma conduta mais grave, a definição do tipo penal aplicável deverá observar os elementos específicos previstos no ordenamento jurídico.

A Lei Maria da Penha já reconhecia a violência psicológica como forma de violência doméstica e familiar, aplicável às relações íntimas de afeto, independentemente de coabitação. Controlar rotinas, restringir o contato com familiares e monitorar constantemente a parceira são exemplos de condutas que podem assumir relevância jurídica própria. Há ainda um aspecto que merece atenção especial. A existência de condições pessoais anteriores da vítima, sejam elas de natureza emocional, psicológica ou de qualquer outra ordem, não define, por si só, a natureza jurídica da

conduta praticada por outra pessoa.

Essas circunstâncias podem fazer parte da apuração, mas não funcionar como atalho para uma conclusão sobre a existência ou não de um crime. É justamente por isso que a investigação precisa examinar o conjunto dos fatos no contexto específico do ocorrido. A condição pessoal de alguém pode integrar a explicação de um acontecimento sem, por isso, determinar sua capitulação jurídica.

Por isso, a investigação precisa percorrer dois caminhos com igual atenção: apurar se houve violência psicológica ao longo do relacionamento e, se houve, verificar se existem elementos que indiquem uma evolução para induzimento ou instigação ao suicídio. Uma conclusão não decorre automaticamente da outra. Da mesma forma, a existência de tendências suicidas anteriores na vida da vítima não exclui e nem comprova, por si só, a responsabilidade de terceiros.

Cabe às autoridades estabelecer essas relações com base no conjunto probatório. Os elementos revelados pela Polícia Civil do Ceará são relevantes e precisam ser devidamente sopesados. Segundo as autoridades, João não comunicou a família de Isabelle sobre a morte, buscou impedir a entrada de parentes no prédio, deixou o apartamento, colocou o imóvel à venda, desativou suas redes sociais e permaneceu por dias sem dar

notícias ou atender ligações. Isoladamente, tais circunstâncias não comprovam a prática de qualquer crime, entretanto, juntas elas integram um rol de fatos que precisa ser examinado pela investigação, inclusive no que diz respeito à suspeita de obstrução de provas, sempre com respeito à presunção de inocência.

Em casos como esse, é fundamental que a apuração avance com profundidade técnica, caracterizada por perícia completa nos aparelhos telefônicos de ambos, reconstituição minuciosa da linha do tempo a partir das câmeras do condomínio, oitiva de todas as testemunhas e análise pericial do teor de mensagens e áudios trocados nos dias e horas anteriores à morte. Somente assim o Ministério Público disporá de elementos suficientes para formar convicção sobre eventual denúncia, preservando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Qualquer que seja o enquadramento final, o que se espera é que uma resposta institucional precisa. A família de Isabelle tem direito a conhecer as circunstâncias de sua morte e a receber uma resposta clara. Diante dessa expectativa social, a técnica jurídica não deve ser vista como um obstáculo à justiça, mas como instrumento para que a responsabilização, quando cabível, seja individualizada, fundamentada e legítima.



Bárbara Vasconcelos Alves

Advogada especialista em direito digital do Almeida Prado e Hoffmann

Consultório Jurídico

IA negocia contratos sem intervenção humana: quem responde quando ela erra?

Uma inteligência artificial autorizada a conceder descontos de até 10% oferece 35% e fecha um contrato sem consultar ninguém. A empresa pode simplesmente alegar que houve um erro tecnológico e se recusar a cumprir o acordo? A resposta é: não necessariamente. E é justamente aí que começa um dos principais desafios jurídicos da automação empresarial.

Agentes de inteligência artificial já conseguem negociar preços, formular contrapropostas e concluir operações sem intervenção humana em cada etapa. A autonomia tecnológica, porém, não significa autonomia jurídica. A IA não possui personalidade jurídica e suas decisões não afastam, por si só, as responsabilidades de quem a utiliza.

Em regra, a empresa que coloca o sistema para negociar em seu nome assume os riscos dessa atuação perante terceiros. Isso não significa que todo contrato celebrado por inteligência artificial seja automaticamente válido. É necessário examinar os poderes atribuídos à ferramenta, as circunstâncias da negociação e a confiança legítima da outra parte.

Se o parceiro comercial não tinha motivos para desconfiar de que a proposta ultrapassava os limites autorizados, a empresa poderá ser obrigada a cumprir o acordo, mesmo diante de um resultado financeiramente desfavorável. O simples arrependimento econômico não constitui fundamento para invalidar um contrato.

Outra questão é a responsabilidade do fornecedor da tecnologia. Quando o erro decorre de uma falha comprovada no sistema, de configurações inadequadas ou do descumprimento de mecanismos de segurança contratados, pode haver fundamento para buscar reparação. Mas essa discussão é distinta da obrigação assumida perante o parceiro comercial.

O desafio das empresas, portanto, não é apenas adotar ferramentas mais eficientes, mas estabelecer mecanismos efetivos de governança. Limites financeiros, validação humana de cláusulas sensíveis, rastreabilidade das decisões e preservação adequada dos registros precisam integrar a operação, respeitada a legislação de proteção de dados.

A resposta à pergunta sobre quem paga pelo erro da inteligência artificial depende das circunstâncias de cada caso. O que não se pode admitir é que a autonomia do sistema seja utilizada como justificativa automática para afastar responsabilidades. Quanto maior o poder de decisão delegado à tecnologia, maior deve ser o rigor dos controles de quem a coloca em operação.

Visão do Direito



Luciano José Stutz

Especialista em regulação de telecomunicações e presidente da diretoria da Abrintel

Fim do compartilhamento pode provocar invasão de torres de celular no horizonte das cidades

O Supremo Tribunal Federal inicia nesta sexta-feira (23/10) o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7708 ajuizada em 2024, a qual questiona a revogação da obrigatoriedade das prestadoras de telecomunicações de buscar, entre elas, o compartilhamento de torres de telecomunicações já existentes antes de construir uma nova a menos de 500 metros.

A alteração da Lei 11.934/2009 foi resultado de uma emenda parlamentar de última hora e sem qualquer relação temática com a proposição original — a Medida Provisória (MP) 1018/2020, voltada, exclusivamente, à desoneração tributária de serviços de internet por satélite. Essa manobra caracterizou nítido “contrabando legislativo” (emenda “jabuti”), afrontou o devido processo legislativo e o princípio democrático, violando, também, a vedação constitucional de alteração do marco regulatório de telecomunicações por meio de medida provisória (artigo 246 da CF/88 e Emenda Constitucional 8/1995).

Entretanto, o julgamento de ações no

STF não se limita à análise isolada dos fundamentos jurídicos formais incidentes sobre os temas debatidos, uma vez que considera os impactos na vida cotidiana, o contexto contemporâneo e as evoluções sociais e tecnológicas. Teses nessa linha consequencialista podem prevalecer sobre uma formalidade jurídica em sede de uma decisão do tribunal.

Ao analisar o caso, o ministro relator Flávio Dino concedeu liminar para restabelecer a vigência do distanciamento mínimo de 500 metros para torres, reconheceu a inconstitucionalidade formal e a relevância do compartilhamento para a organização dos serviços e o uso eficiente de recursos. Porém, a liminar não foi referendada pelo plenário do STF, tendo o ministro Luís Barroso proferido voto divergente (o qual foi seguido por mais sete magistrados) alegando que, como consequência da liminar, o restabelecimento do afastamento entre torres colocaria em risco a implantação da nova tecnologia de conectividade 5G.

Como tecnologias de conectividade evoluem rápido, mesmo antes do desfecho

processual já é possível dizer que o alarde usado para derrubada da liminar não era tão concreto assim. O Brasil já está no quarto ano de instalação do 5G e os números da Anatel mostram que mais de 60.000 estações já propagam o seu sinal em mais de 1.500 cidades.

Desses equipamentos, cerca de 79% foram instalados em suportes antigos construídos antes de 2021 (o ano da revogação da obrigação) e 97% são usadas para suportar equipamentos de outras tecnologias mais antigas, como o 2G, o 3G ou o 4G. Isso já deixa evidente que o 5G não precisou de torres novas e dedicadas para seu atual alcance.

Além disso, também desde 2021, cerca de 7.000 estações 5G foram registradas em infraestruturas novas colocadas em distâncias menores que os 500 metros de outras. Dessas infraestruturas, apenas 5,7% (398) são dedicadas com exclusividade ao 5G. As demais também receberam antenas de outras tecnologias, ou seja, não foram construídas apenas por conta do 5G.

Na outra ponta do processo, 16

associações municipalistas pediram ingresso na causa do STF como “amigas da corte”, mas apenas uma foi aceita e destacou a importância da regra dos 500 metros para o urbanismo das cidades. Torres duplicadas e próximas de outras podem comprometer a paisagem e serem alvo de queixas de munícipes, uma questão consequencialista que deve ser igualmente apreciada no arcabouço do processual.

Na mesma esteira da preocupação com o avanço do 5G, o aspecto urbanístico do compartilhamento também deve ser observado para evitar que discussões, outrora superadas, voltem a gerar embates, como as lendas sobre a multiplicação das torres nos bairros e o surgimento dos “paliteiros” de torres. Foi também por priorizar avanços tecnológicos negligenciando questões urbanísticas e de organização de infraestruturas que chegamos no estágio atual dos postes urbanos, nos quais a proliferação de cabos é descontrolada e a paisagem cada vez pior. Será que vale ariscar novamente?

Visão do Direito



José Geraldo de Sousa Junior

Professor emérito, ex-reitor da Universidade de Brasília

Saúde e democracia: quando o direito é amorosidade

O momento eleitoral convoca uma tomada de posição crítica diante do confronto entre dois projetos de país. Um, que já experimentou a gestão negacionista da saúde, alcançando a cifra letal de mais de setecentos mil mortos, sacrificando vidas para preservar negócios. Outro, inscrito na Constituição de 1988, comprometido com o social, que concebe a saúde como direito, bem público fora de mercado, na modelagem universal e equitativa do Sistema Único de Saúde.

O mal-estar acentuado pelo debate presidencial do dia 18, revelando ameaças ao SUS, leva-me a recuperar o percurso construído pela cidadania e a reconhecer na Educação Popular em Saúde o encontro entre políticas públicas, participação democrática e conhecimento socialmente compartilhado.

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, marco da inflexão política e sanitária que desenhava o capítulo constitucional da saúde, participei do painel

“Construção Social da Cidadania.” Ali sustentei que a saúde não constitui favor do Estado, tampouco benefício condicionado à capacidade econômica ou previdenciária, mas atributo inerente à dignidade humana e à vida bem vivida.

Os direitos não nascem de concessões tecnocráticas. São conquistas da mobilização e das lutas sociais. O cidadão, antes reduzido à condição de cliente ou segurado, afirma-se como sujeito coletivo de direito, protagonista do espaço público. Essa compreensão, crítica do legalismo excludente, fundamenta a exigência de participação popular e controle social permanente sobre políticas públicas orientadas pelas necessidades dos territórios e das classes trabalhadoras.

São fundamentos que se projetam na Educação Popular em Saúde, institucionalizada pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS, pela Portaria 2.761/2013. Sua concepção político-pedagógica, inspirada em Paulo Freire, articula

diálogo horizontal, valorização dos saberes populares e construção compartilhada do conhecimento e da amorosidade.

Nessa perspectiva, amorosidade não é sentimentalismo, mas disposição ética e política para reconhecer o outro como sujeito de dignidade. Associa-se à problematização crítica da realidade, ao protagonismo comunitário, à integralidade do cuidado e à equidade, respeitando diferenças culturais, raciais, de gênero e territoriais.

Salvaguardar esses fundamentos significa orientar a política pela solidariedade e pela fraternidade, na direção da civilização do amor, horizonte ético que reconhece na justiça e na paz condições da convivência humana, destacado como princípio fundante pelo Papa Leão XIV na encíclica Magnifica Humanitas.

Daí a necessidade de resistir às agendas autoritárias, enfrentar os resíduos do negacionismo científico e da necropolítica, preservar a capilaridade da educação popular

na Atenção Primária à Saúde, ameaçada pela precarização do trabalho e pela descontinuidade das gestões. É indispensável impedir que essa política seja reduzida a treinamento técnico ou instrumento de adesão a protocolos, esvaziando sua potência emancipatória.

Reconstruir criticamente o país exige ampliar o diálogo com a diversidade, acolher saberes ancestrais de parteiras, benzedeiras e rezadeiras, reconhecer as dimensões mental e espiritual do cuidado e fortalecer conselhos e conferências de saúde, reconectando a gestão pública às bases populares.

É nessa construção democrática que o direito se realiza como amorosidade: não como abstração normativa, mas como prática solidária de reconhecimento, participação e cuidado. Defender o SUS é, afinal, defender a própria democracia, afirmando que nenhuma vida pode ser descartada e que a saúde, como direito de todos, não pode ser subordinada à lógica do mercado.

Visão do Direito



Aline Alicia Klein

Doutora em direito do Estado pela USP e mestre em direito do Estado pela UFPR. Sócia de infraestrutura e regulatório do Vernalha Pereira



Ruy Barbosa Júnior

Advogado, especialista em negociações pela FGV e em relações trabalhistas e sindicais pela WCCA/SP. Membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/PR

Fim da escala 6x1: contratos públicos exigem reequilíbrio rápido para evitar prejuízos

A emenda constitucional que pôs fim à escala 6x1, aprovada pelo Senado Federal em 14 de outubro de 2026, estabeleceu uma regra de transição própria para as empresas que prestam serviços à administração pública com emprego de mão de obra. Para esses contratos, a redução da jornada e a fruição de dois dias de repouso semanal não seguem automaticamente o prazo geral de entrada em vigor em 60 dias. A mudança fica vinculada ao aditamento do contrato, para que o aumento de custo seja recomposto antes de recair sobre a contratada.

A previsão não se limita à terceirização em sentido estrito. O critério do texto aprovado abrange o emprego direto de mão de obra em contratos vigentes na data de publicação da emenda, firmados com a administração direta ou indireta de qualquer ente federativo.

Estão incluídos os contratos regidos pela Lei de Licitações, como os de limpeza e vigilância, as concessões e permissões de serviços e obras públicas, as parcerias público-privadas e os demais instrumentos de colaboração com a iniciativa privada.

Contratos de simples fornecimento de bens, em que a mão de obra não compõe diretamente o preço, tendem a ficar fora, e os casos intermediários, como obras e serviços

sem dedicação exclusiva, devem ser examinados contrato a contrato.

O próprio texto constitucional define o alcance, o prazo e a consequência da falta de aditamento, e passa a valer com a publicação da emenda, sem depender de lei ou decreto, ou seja, é autoaplicável.

Contudo, nada impede que os entes federativos editem atos infralegais disciplinando o rito administrativo dos aditivos, além de eventuais ajustes que possam tramitar no Congresso Nacional, uma vez que o relator no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), já indicou que alguns ajustes poderão vir por outras proposições.

Os prazos aplicáveis a esses contratos são os seguintes:

- Até 12 meses após a publicação da emenda para a formalização do aditivo que recomponha o equilíbrio econômico-financeiro;
- A nova jornada passa a valer para os empregados alocados no contrato na data do aditamento ou, se ele não ocorrer, ao fim dos 12 meses.

Nessa segunda hipótese, caso a administração pública permaneça inerte e não firme o aditivo no prazo estipulado, a empresa

será obrigada a aplicar a nova jornada imediatamente, suportando o ônus financeiro enquanto pleiteia a recomposição nas vias administrativa ou judicial. Por isso, esperar a iniciativa do órgão contratante não é uma estratégia segura. Do lado dos entes públicos, a recomposição depende de previsão orçamentária, e o órgão que deixar o aditivo para o fim do prazo verá a nova jornada aplicada sem cobertura no contrato.

O caminho para a recomposição depende do tipo de contrato. Nos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Lei 14.133/2021 prevê a repactuação (art. 135), baseada na variação de custos demonstrada em planilha. Nos demais contratos administrativos, o pleito fundamenta-se no reequilíbrio econômico-financeiro por Fato do Príncipe (art. 124, II, “d”, c/c art. 134), visto que a alteração decorre de ato estatal cogente e superveniente à proposta. Nas concessões e PPPs, a revisão observará a matriz de alocação de riscos de cada contrato.

Desde logo, as empresas contratadas devem mapear os contratos públicos vigentes, identificando os postos de trabalho, as escalas praticadas e os instrumentos coletivos aplicáveis. Com esse retrato, a empresa calcula o custo da nova jornada, seja por contratação de pessoal, seja por cobertura

com horas extras, e monta a planilha do pedido de aditamento, que deve ser protocolado de modo célere, com memória de cálculo e base legal.

Empresas que atendem ao mesmo tempo clientes públicos e privados terão dois regimes no mesmo quadro, porque os empregados alocados em contratos privados seguem a transição geral de 60 dias. A gestão de ponto, folha e compliance trabalhista exigirá segregação rigorosa de registros e alocação contratual.

Por fim, para os editais publicados depois da emenda, a regra de transição não se aplica, e as propostas já devem considerar a jornada de 40 horas e os dois dias de repouso, salvo se o próprio edital contiver disposição expressa em sentido contrário. Editais publicados anteriormente à emenda, em que as propostas ainda não foram entregues ou que ainda precisem postos com base em 44 horas, comportam pedido de esclarecimento ou impugnação em relação ao tema.

Na prática, as empresas contratadas devem mapear os contratos alcançados, calcular o impacto da nova jornada e protocolar o pedido de recomposição ou reequilíbrio o quanto antes, organizando ao mesmo tempo a convivência com a regra geral no restante do quadro.

Visão do Direito



Filipe Denki Belém Pacheco

Advogado, sócio do STG Law e da Veritas Administração Judicial, especialista em reestruturação empresarial, com atuação em recuperação de empresas, negociação de dívidas e reorganização de negócios

Ri Happy renegocia R\$ 827 milhões em dívidas

O pedido de recuperação extrajudicial da Ri Happy evidencia os desafios do varejo diante de juros elevados e concorrência. A empresa recorreu à Justiça de São Paulo para renegociar cerca de R\$ 827,4 milhões em dívidas. O processo inclui outras empresas do grupo, entre elas a PBKids, e já conta com a adesão de credores que representam, aproximadamente, R\$ 308,8 milhões.

A companhia atribui as dificuldades à redução do poder de compra, à desaceleração do varejo e à concorrência internacional. Também cita efeitos da pandemia e negociações anteriores malsucedidas. Apesar do pedido, lojas físicas, site e demais canais continuam funcionando normalmente, com

foco no quarto trimestre, período importante devido ao Dia das Crianças e ao Natal.

O caso ocorre após a venda do controle para a BluSun Capital Partners, anunciada em 31 de agosto. Héctor Núñez, CEO entre 2012 e 2020, retornou ao cargo. A reorganização das dívidas pode integrar a estratégia do novo controlador para recuperar o equilíbrio financeiro e viabilizar um plano operacional sustentável.

Prevista na Lei nº 11.101/2005, a recuperação extrajudicial permite negociar diretamente com credores e submeter o acordo à homologação judicial. Diferentemente da recuperação judicial, pode abranger apenas determinadas classes de créditos, sem envolver, necessariamente, todo o passivo, e

tende a ter uma estrutura menos complexa. O resultado depende da adesão dos credores e da viabilidade do plano.

Após as mudanças da Lei 14.112/2020, a empresa pode apresentar o pedido com adesão de credores que representem pelo menos um terço dos créditos de cada espécie abrangida, desde que alcance a maioria exigida em até 90 dias. Se não conseguir as adesões necessárias, poderá avaliar a conversão em recuperação judicial. No caso da Ri Happy, o apoio inicial indica uma base de negociação, mas o resultado dependerá dos requisitos legais e da construção de um acordo viável.

A proteção temporária contra execuções

relativas aos créditos abrangidos também pode preservar o caixa durante as negociações. Isso é relevante em período sazonal, quando estoques, fornecedores e capital de giro influenciam o desempenho.

A concorrência de plataformas como Shopee e AliExpress pressiona preços e margens. Além dos tributos, varejistas tradicionais enfrentam custos trabalhistas, logísticos e de manutenção de lojas físicas. Nesse cenário, renegociar dívidas pode ajudar a preservar operações, mas não resolve, por si só, problemas estruturais. A recuperação depende também da revisão de custos, da geração de caixa e de metas realistas para sustentar o negócio no longo prazo.

Visão do Direito



Sérgio Bruno Cabral Fernandes

Promotor de Justiça do Distrito Federal e mestre em direito pela Universidade de Cornell (Ithaca, NY)

A metacrise da corrupção

Imparcialidade não é apenas a ausência de favorecimento de uma das partes pelo juiz. Existe outra importante vertente da imparcialidade: quando as pessoas, de fato, acreditam que o tribunal julga sem favorecer ninguém. É a percepção pública de que o tribunal julga com isenção. Vamos chamá-la de imparcialidade percebida (pela sociedade).

Quando há razões para duvidar da imparcialidade dos magistrados, a legitimidade do Judiciário se corrói. Nessa vertente percebida, a imparcialidade é um bem coletivo pelo qual cada juiz deveria zelar em nome do conjunto.

Se o Poder Judiciário é percebido coletivamente como parcial, temos um problema sistêmico. Dizemos que um sistema é complexo quando seus elementos influenciam uns aos outros e produzem consequências de segunda ordem, muitas vezes imprevisíveis. O comportamento de cada membro de um tribunal afeta a credibilidade de todos.

Problemas complexos nunca andam sozinhos. Enquanto olhamos para um problema no terreno, outros, conexos a ele, estão sendo gestados no porão. De tempos em tempos, esses problemas vêm à tona em um contexto que chamamos de crise.

Diante da erupção de uma crise, é fácil enxergar os problemas sendo expelidos. O que raramente se enxerga, porém, é o mecanismo que a gestou. É o que chamo aqui de metacrise: a crise que produz a crise. Esta não é episódica e não ganha manchete. Ela é um conjunto perene de

condições que, após cada onda de escândalos, se recolhe nas entranhas, se reorganiza e prepara as condições para uma nova crise.

O que normalmente é visto (e alvo de indignação) é o produto e não o fato gerador. É muito mais consequência do que causa. A crise do momento não é apenas uma série de problemas éticos ou criminais, mas a evidência de um ecossistema que produz esses comportamentos.

O baralho da crise atual tem como coringa o mesmo banqueiro, usando os mesmos métodos manjados de cooptação do Estado. A desenvoltura com que o Grande Gatsby de Minas Gerais conseguiu, segundo as investigações, comprar ou alugar altos agentes públicos, em diversos setores do Estado, revela o quanto o terreno da metacrise estava fértil.

Enxergar a metacrise exige um olhar sistêmico. Ela não é um fato específico, mas sim um grande mosaico formado por hábitos e costumes que se sedimentam no subterrâneo do cotidiano, sem serem questionados. Esses comportamentos são tratados como inofensivos pelos contorcionistas da ética e convenientemente tolerados pelos demais.

Condutas outrora exóticas para um juiz agora parecem endêmicas em parcela da alta magistratura. Caronas em jatinhos; diárias em hotéis de luxo; agrados a parentes; patrocínios a eventos pseudo jurídicos; e custeio de festas caras, acompanhadas de caras acompanhantes.

Eventos desse tipo, quando olhados individualmente, não são inéditos. Inquietante é a sensação de que algo se modificou no ethos da magistratura

que ocupa o rooftop do Poder Judiciário.

As homenagens bajulantes, sem correspondência com o currículo oco do homenageado, revelam-se investimentos rentáveis ao longo do tempo. As “amizades miojo”, fabricadas instantaneamente. As intimidades compradas pelo drive-thru. A fidelidade desinteressada entre amigos de fé, tão autêntica quanto uma nota de três reais. As juras de amor verdadeiro, financiadas por milhões. Todas essas práticas mostram como o terreno da metacrise é cultivado com a semente da corrupção.

Existem condutas que só se estabelecem se houver aceitação, ainda que tácita, da maioria que compõe o grupo. O modo de agir de integrantes de uma corporação é ditado em grande parte pela expectativa de como seus pares reagirão ao seu comportamento. Quando se diz que a magistratura é um sacerdócio, implicitamente está se mandando um alerta para aventureiros: aqui não é lugar para enriquecer ou ostentar vida de luxo. Do mesmo modo que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço, a magistratura não admite hífen: juiz-empresário, juiz-advogado, juiz-político, juiz-lobista e juiz-influencer. Nada disso deveria ser tolerado pelos pares que têm o dever de zelar pela imparcialidade percebida do Judiciário.

Olhar para a História é crucial. As causas e efeitos dos problemas complexos não andam de mãos dadas no momento presente. Elas costumam ficar distantes no tempo e no espaço. Crise mal resolvida no passado é semente

de crise futura. Muitas guerras começam onde a anterior terminou mal resolvida. Com a corrupção sistêmica não é diferente. Olhe para os grandes escândalos que vieram antes do atual e você verá fios condutores entre eles. A mão que ontem anulou a sujeira e a jogou para debaixo do tapete agora precisa ser lavada.

A impunidade é o elixir da corrupção sistêmica. Quem colaborou, ativa ou passivamente, para a impunidade de ontem é corresponsável pela crise de hoje. A sinergia da impunidade está registrada na História e guarda coerência própria quando se olha para a metacrise. Afinal, “lobo não come lobo”.

A omissão que favorece o desvio não vem apenas daqueles legalmente obrigados a agir, mas também daqueles que, mesmo sem esse dever jurídico, deveriam intervir por motivos éticos e institucionais. Não porque alguma regra determine, mas porque é a coisa certa a fazer. Afinal, todos devem ser guardiões da imparcialidade percebida do Poder Judiciário. Trata-se de um múnus institucional e cívico, uma responsabilidade moral inerente à posição de magistrado.

No caso da corrupção sistêmica, porém, a atenção costuma se concentrar nos autores das condutas ilícitas ou antiéticas, deixando à sombra aqueles que, por omissão, tolerância ou convivência, permitiram que esses comportamentos se transformassem no “novo normal”. Quando se olha para a metacrise, percebe-se que o problema não está apenas em quem envenenou a água, mas também em quem a bebeu e se acostumou com seu gosto.



Alexander Ladislau Menezes

Advogado, especialista em direito eleitoral e mestre em direito constitucional pelo IDP

Consultório Jurídico

Por que houve mudanças nos locais de votação e como os eleitores podem consultar o local em que deverão votar?

As mudanças nos locais de votação entre o primeiro e o segundo turno decorrem de necessidades excepcionais. Chuvas intensas, danos estruturais, reformas, problemas de acessibilidade e questões de segurança podem impedir o uso de determinados prédios.

A transferência busca garantir condições adequadas para o exercício do voto.

O levantamento inicialmente divulgado apontava 4.352 seções com mudança de endereço. Após a revisão dos registros, o total passou para 453, conforme atualização divulgada em 20 de outubro. Esses números são provisórios e podem sofrer novos ajustes até a votação.

Segundo a Justiça Eleitoral, parte da diferença decorreu das alocações provisórias do primeiro turno: enquanto sua manutenção para o segundo turno não era registrada, o sistema indicava o retorno ao

endereço original como mudança. Também houve revisão do critério de identificação, que inicialmente considerava alterações no nome do local, mesmo sem troca de endereço.

Alterações entre turnos já ocorreram em eleições anteriores, mas devem ser excepcionais e amplamente divulgadas. As providências cabem às zonas eleitorais e aos tribunais regionais; o TSE reúne e publica os dados. É importante distinguir seção de local de votação: um mesmo prédio pode abrigar diversas seções.

Para consultar onde votar, basta

acessar o aplicativo e-Título, na opção “Onde votar”, ou o Autoatendimento Eleitoral, no site www.tse.jus.br, e preencher os dados solicitados. A consulta informa o endereço, a zona e a seção eleitoral. Quem tiver dificuldade pode procurar o cartório eleitoral.

A recomendação é conferir os dados com antecedência e novamente antes de sair de casa no dia da eleição, mesmo que o eleitor costume votar no mesmo endereço. À Justiça Eleitoral cabe informar claramente as mudanças e evitar obstáculos ao exercício do voto.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 22 de outubro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000****1 IMÓVEIS**
COMPRA & VENDA**2 IMÓVEIS**
ALUGUEL**3 VEÍCULOS****4 CASA**
& SERVIÇOS**5 NEGÓCIOS**
& OPORTUNIDADES**6 TRABALHO**
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL**CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS**ÁGUAS CLARAS****1 QUARTO**

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS**2 QUARTOS**

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS**MEU IMÓVEL IMOB**

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE**QUITINETES**

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

215 Oportunidade 2qtos DCE garagem phimoveis.com.br Tr. 99275-8882 Cj6210

1.2 ASA NORTE**3 QUARTOS**

206 NORTE Vdo/trc Ap 3qtos dce gar Base: R\$ 2.3 milhões 99539-3553

403 Oportunidade 3qtos suite vazado canto desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.

404 BLOCO I Apto 78m2 3qtos 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL**2 QUARTOS****CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE

208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qtos ste c/ closet cj5211 33223443

4 OU MAIS QUARTOS**J RIBEIRO VENDE**

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO**3 QUARTOS****PLANO EMPREEND.**

QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ**GUARÁ****3 QUARTOS****ACHEI IMÓVEIS DF**

QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

QI 23 Guará Nobre 3qtos garagem elevador desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE**2 QUARTOS**

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA**2 QUARTOS****TRATO FEITO IMÓV**

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE**2 QUARTOS****INVEST FLAT VENDE**

105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 CRUZEIRO**1.3 CASAS****CRUZEIRO****4 OU MAIS QUARTOS****TRATO FEITO IMÓV**

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA**3 QUARTOS****MEU IMÓVEL IMOB**

PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

NÚCLEO BANDEIRANTE**3 QUARTOS****RITA LANDIM VENDE**

3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY**4 OU MAIS QUARTOS****RITA LANDIM VENDE**

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO**4 OU MAIS QUARTOS****PLANO EMPREEND.**

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582.28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

**Curso de Departamento Pessoal e eSocial**

Aprenda cada etapa do **DP** e **eSocial** em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento **Dexion** e **eSocialWeb**.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573**1.3 TAGUATINGA****TAGUATINGA****3 QUARTOS****CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qtos 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS**LOJAS****SUDOESTE****TRATO FEITO IMÓV**

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES**VICENTE PIRES**

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS**ÁGUAS CLARAS**

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE**1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES****ASA NORTE**

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ**SR. IMÓVEIS**
CJ 9417

QI 08 Oportunidade ! R\$ 1.250.000,00 Lotes de 400 metros, contrói três vezes, residencial e comercial Contato: 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS**DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovi- la BR 251 Cavas / Bairro c/água, casa, cerca- da, etc... doc Ok. . (61) 98202-7591 ou 99514-7645

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**

**(62) 98280-1111**


GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO CHÁCARA CORUMBÁ IV 20.984 m2 quit cs poço artesia- no energia solar, frutife- ras, tanque peixe 345 mil. Ac imóvel no DF/ carro (61) 9 8621-4352

NUCLEO RURAL Ale- xandre Gusmão, Vendo ou troco Chác. com 21 hectare c/ escritura. Ide- al p/ gado leiteiro ou de corte. Infraestrutura com- pleta. Tr: 99981-0088

NUCLEO RURAL Ale- xandre Gusmão, Vendo ou troco Chác. com 21 hectare c/ escritura. Ide- al p/ gado leiteiro ou de corte. Infraestrutura com- pleta. Tr: 99981-0088

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

102 SUL Bloco K Apto 3qts sendo 1 suite, dce garagem, reformado, vista livre. Aluguel R\$6.800,00 + Condomínio R\$ 1.600,00 Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 GUARÁ

2.2 APARTAMENTOS

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz a99112-3703 /
3386-9000 cj22002

TAGUATINGA

2 QUARTOS

QSE 19 AE 11 TAG SUL
COND Varandas do
Parque Alugo apto
2qts suite arms, wc so-
cial, sala 2 ambts, va-
randa gourmet, porce-
lanato, coz america-
na, ár/serv, garagem,
pisc churrasq. Qd poli-
esportiva etc Whatsa-
pp: (61) 98127-1580

2.3 CASAS

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

QL 02 alg 7qts (4suítes)
8wc pisc churr + salão
festas 4vgs 98125-2120

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aposte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja
de frente W3 com térreo
e subsolo, 120 metros.
Tratar: 3042-9200 ou
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

SCRN 712/713 Loja tér-
rea com 378m². Tr:
98134-0001 c18606

2.4 ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRN 704 Norte c/ 3 pav-
imentos subsolo térreo e
primeiro andar c/ 200m2
de pareia de frente para
W3 Tr. 99109-6160 SR
Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200
metros, sendo 100 me-
tros de térreo e 100 de
subsolo, de frente W3
Sul Tr. 3042-9200/
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comer-
cial, de 6 pavimentos c/
elevador 99976-4334.

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis**
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários**
- 3.3 Caminhões**
- 3.4 Motos**
- 3.5 Outros Veículos**
- 3.6 Peças e Serviços**

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi
flex S-tronic revisada
ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5
16V Turbo flex aut
31.200 km 99288-9231

HONDA

CITY 19/19 Completo,
1.5, automático, preto,
IPVA Pg 120.000 km car-
ro de primeira. Pronto pa-
ra viajar. R\$ 79.900,00.
Tr: (61) 99985-2193

CITY 19/19 Completo,
1.5, automático, preto,
IPVA Pg 120.000 km car-
ro de primeira. Pronto pa-
ra viajar. R\$ 79.900,00.
Tr: (61) 99985-2193

3.1 VOLKS

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Aces-
se nosso páio e confi-
ra as melhores ofertas
disponíveis para você!



Aposte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport
1.8 branco 4x2 Flex
16V Autom. câmera de
ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
- 5.2 Comunicados, Mensagens e Editais**
- 5.3 Infomática**
- 5.4 Oportunidades**
- 5.5 Pontos Comerciais**
- 5.6 Telecomunicações**
- 5.7 Turismo e Lazer**

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

CODÓ DO MARANHÃO
A MÃE de Santo do
Codó do Maranhão
traz seu amor de volta
arrastando em poucas
horas, faz trabalhos,
também p/ saúde, fi-
nanceiro, tira vício de
drogas, faz passar em
concurso, resolve pro-
blemas de justiça, afa-
sta rivais. Zap: (61)
99149-8430 Tenho mi-
lhares de testemu-
nhos.

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PREVICRED
CRÉDITO PESSOAL -
para funcionário público
em geral com cheque
desconto em folha, déb
em conta sem consulta
Spc/Serasa 98449-3461

PREVICRED
CRÉDITO PESSOAL -
para funcionário público
em geral com cheque
desconto em folha, déb
em conta sem consulta
Spc/Serasa 98449-3461

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os
números
desta Seção
são do DF
DDD 61,
excetuando-se
os que forem
precedidos
de DDD
diverso
expresso

LUANA LINDA LOIRA
ALTA E MAGRA Mass
Anti-stress+Relax 1H Ta-
guatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Mas-
sagem sensual. >timos
ganhos 61 98184-6503

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
- 6.2 Procura por Emprego**
- 6.3 Ensino e Treinamento**

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

LA GRILL RESTAURANTE
ASA SUL

AUXILIAR de Cozinha
e Saladeiro (a) Que seja
profissional em Buffet/
Self-Service. Enviar cur-
riculo (61)98350-7773

CONTRATA-SE
**AUXILIAR DE COSTU-
RA** e Costureira c/ experi-
ência em costura reta .
Local: Lago Sul. Informa-
ções: (61) 99304-1563

6.1 NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE
SERVIÇOS GERAIS
COM EXPERIÊNCIA
em limpeza. Salário
+prêmio, +Vale Transpor-
te, +Vale Alimentação.
Enviar currículo para:
rh@germana.com.br

CASEIRO PARA Servi-
ços Gerais, para morar.
Casal 99903-0605.

ÓTIMOS GANHOS!!
**MASSAGISTA PRECI-
SA-SE** com ou sem
exper.99414-1086 zap

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE
ALMOXARIFE
PARA TRABALHAR
em Indústria de alimen-
tos em Samambaia. Salá-
rio, +prêmio, +Vale Trans-
porte, +Vale Alimenta-
ção. Enviar currículo pa-
ra: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE
CÂMARA FRIA
NÃO É NECESSÁRIO
experiência, 02 vagas. Sa-
lário, +assiduidade,
+Vale Transporte, +Vale
Alimentação. Enviar cur-
riculo para o e-mail:
rh@germana.com.br

CONTRATA-SE
**MANICURES E CABE-
LEIREIRAS (OS)** Exce-
lentes rendimentos! Asa
Norte. 61 98173-1168

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
COZINHEIRA, Atenden-
te e Sushman. Que se-
ja pró-ativo. Local de tra-
balho em Taguatinga .
Enviar CV para e-mail: cur-
riculum.guara@gmail.
com

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Mas-
sagem sensual. >timos
ganhos 61 98184-6503

CONTRATA-SE
**VENDEDORES E RE-
PRESENTANTES** Co-
merciais, c/ experiên-
cia comprovada. Que
tenha habilitação e dis-
ponibilidade para via-
gens. Perfil desejado:
Boa comunicação, faci-
lidade para negociar e
vontade de crescer pro-
fissionalmente. Salário
+VT +VR. Enviar CV
p/ empregoextintores
@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA
há mais de 30 anos,
tem também : Secreta-
ria do Lar, Arrumadeira,
Dianista, Cozinheira de for-
no e fogão, Babá, Passa-
deira , Aux Serviços Ge-
rais, Caseiro, cuidadora
de idosos e motorista .
Tel.: 3356-3351 ou
98609-0574

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra
a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

INSTITUTO
NACIONAL
DO SEGURO
SOCIAL

MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2026 - UASG 512006

Nº Processo: 35014.029846/2026-02 Objeto: Contratação de serviços contínuos de copeiragem copeiras, garçons e encarregado com fornecimento de uniformes, materiais, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, para atendimento das necessidades da Administração Central e da Superintendência Regional Centro-Oeste – SRNCO do INSS e o Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS, em Brasília/DF., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital, a partir de 22/10/2026, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: SAS Quadra 02 Bloco "O" Sala 405, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Entrega das Propostas: a partir de 22/10/2026 às 09h00 no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Abertura das Propostas: 10/11/2026, às 10h00, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

GUSTAVO JOSÉ FERREIRA DE FREITAS
Coordenador Geral de Licitações e Contratos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 219/2026

Objeto: Contratação de seguro total para veículos oficiais do TST. Data da sessão pública: 06 de novembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 22 de outubro de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos



SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO
EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação nº 305/2026

OBJETO: Contratação de fornecimento de água mineral e de garrafas retornáveis de 20L, à medida que houver necessidade, para as diversas unidades administrativas e legislativas do Senado Federal.
ABERTURA: 09/11/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 239/2026

OBJETO: Aquisição de módulo de sofá, mesa e cadeira para sala de jantar, aparador em madeira, mesa de cabeceira, mesa de centro, mesa lateral e poltrona tipo Barcelona, novos e para primeiro uso.

DATA DA ABERTURA: 5/11/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.242/2026

OBJETO: Aquisição de tablets, novos e para primeiro uso.

DATA DA ABERTURA: 5/11/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro



PECINI
LEILÕES
Swiss Park

EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias **27/10/2026** e **29/10/2026**, às 15h30, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, dos imóveis:

1) Lote nº 14, Quadra nº 37, do loteamento **Parque do Distrito**, à Rua 09, Cidade Ocidental/GO. **Área de 250,00m²**. Matrícula nº 2.413 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 753714 e inscrição nº 1.75.00037.00014.0. Consolidação da Propriedade em 06/10/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 143.306,52. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 156.750,41.** Devedora Fiduciante: Bianca Vieira de Souza, CPF nº 036.550.021-65.

2) Lote nº 10, Quadra nº 78, do loteamento **Parque do Distrito**, à Rua 17, Cidade Ocidental/GO. **Área de 250,00m²**. Matrícula nº 12.660 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 757810 e inscrição nº 1.75.00078.00010.0. Consolidação da Propriedade em 06/10/2026. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 120.687,20. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 128.447,62.** Devedora Fiduciante: Katia Regina Melo Barral, CPF nº 238.542.511-49.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. **Encargos do Arrematante:** i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) os débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão quitados pela **CREDORE FIDUCIÁRIA**, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem **APÓS** as datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/benefetoria; vi) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. **Os Leilões serão realizados na modalidade online.** Ficam os Devedores Fiduciários desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais.

Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br E-mail exclusivopara notificações e ofícios: juridico@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485, Fone: (19) 3794-2044. **Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE